

RELATÓRIO E CONTAS 2001

ANNUAL REPORT
& ACCOUNTS



ANACOM

AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES



RELATÓRIO E CONTAS 2001

ANNUAL REPORT
& ACCOUNTS



ANACOM

AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

INDEX

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOTE FROM THE BOARD OF DIRECTORS

5

1

ACTIVIDADE DO ICP THE ICP's ACTIVITY

13

2

RECURSOS HUMANOS HUMAN RESOURCES

61

3

SITUAÇÃO PATRIMONIAL E INVESTIMENTO ASSETS AND INVESTMENT

67

4

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA ECONOMIC AND FINANCIAL ANALYSIS

73

5

BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS BALANCE SHEET AND OUTLINE OF RESULTS

83

6

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/01 SUPPLEMENTS TO FINANCIAL STATEMENT AT 31ST DECEMBER 2001

91

7

RELATÓRIO DE AUDITORIA AUDITOR'S REPORT

131

8

PARECERES OPINIONS

135

9

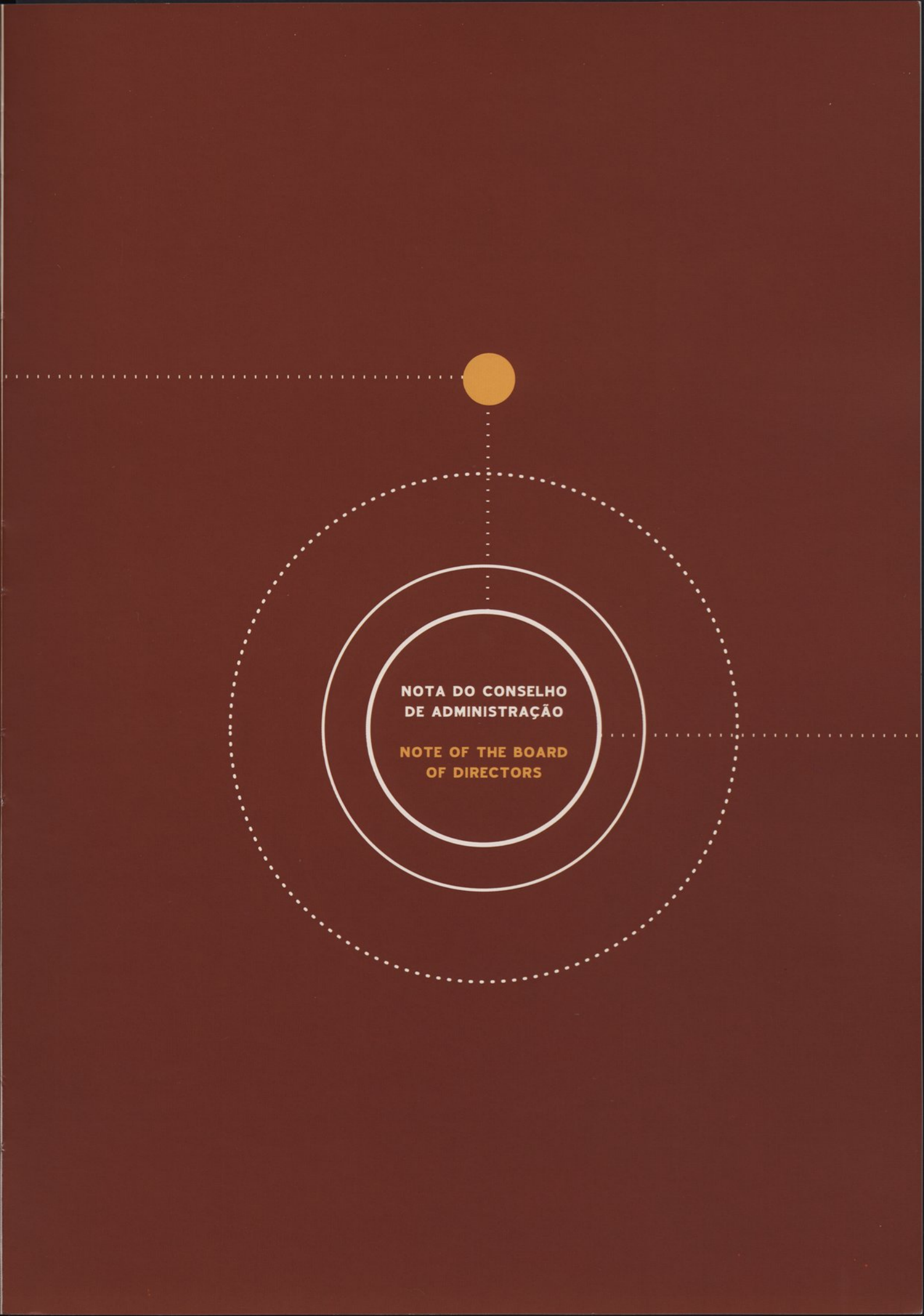
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REPORT AND OPINION OF THE STATUTORY AUDIT COMMITTEE

139

10

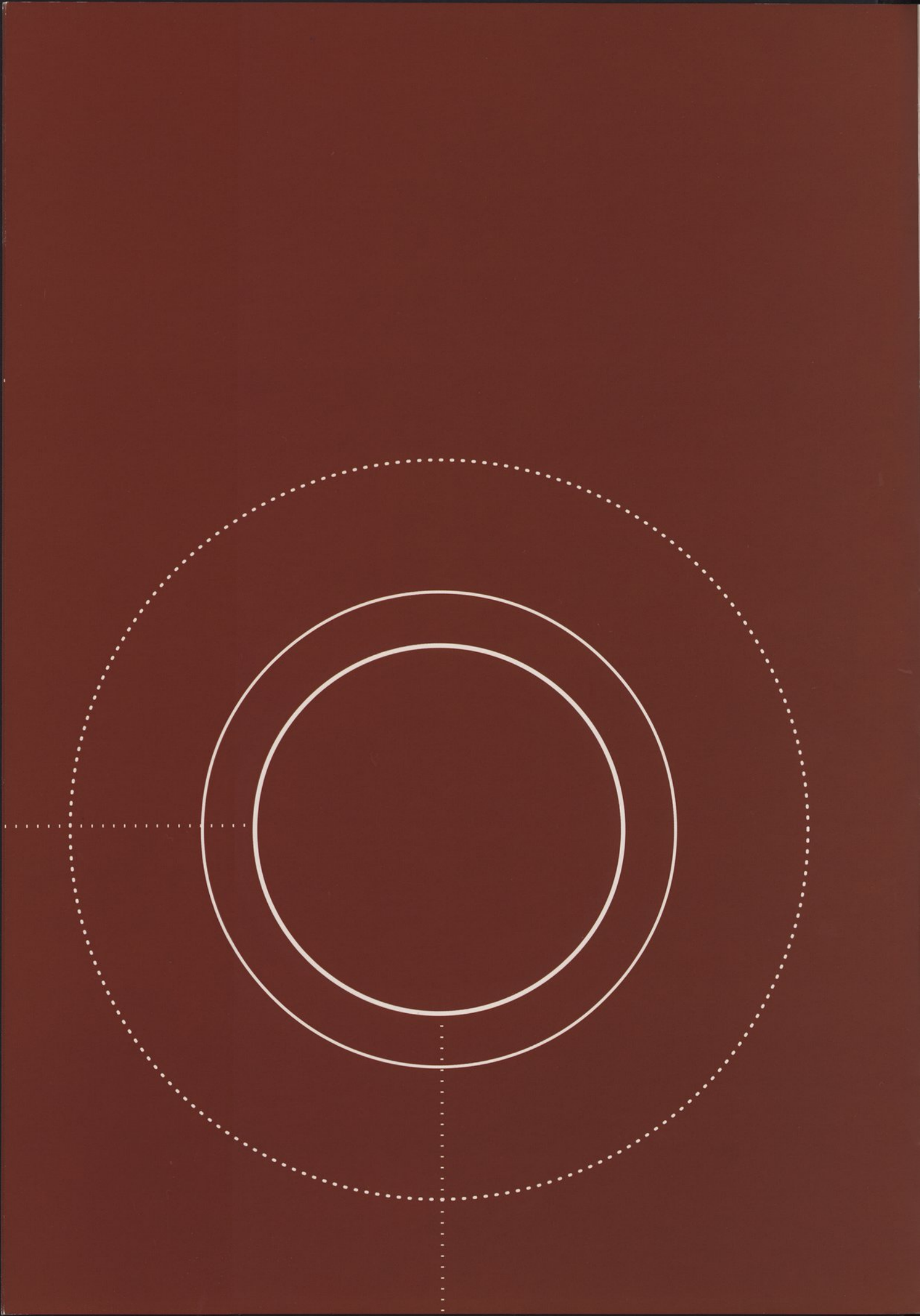
BALANÇO SOCIAL SOCIAL BALANCE

149

The cover features a dark red background. A horizontal dotted line and a vertical dotted line intersect at the center. A solid orange circle is positioned at the top of the vertical line. Below it, a large dotted circle is centered. Inside this dotted circle are two concentric solid white circles. The text is located within the innermost solid circle.

**NOTA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

**NOTE OF THE BOARD
OF DIRECTORS**



1
**NOTA
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

A actividade do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) em 2001 foi marcada, em matéria de telecomunicações, pela consolidação da plena liberalização do sector. Os princípios e objectivos políticos definidos no Plano de Acção *eEurope* e na Iniciativa Internet, bem como a necessidade de garantir o funcionamento do mercado em ambiente de efectiva concorrência e de preparar as condições para adaptação do enquadramento regulamentar às mudanças em curso, ao nível nacional e internacional, constituíram igualmente factores determinantes da actividade do ICP durante este ano.

Também a evolução ocorrida no enquadramento regulamentar do sector postal, resultante da entrada em vigor do novo regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços postais explorados em concorrência, que representou um passo fundamental para a sintonia do quadro legal nacional com o comunitário, na concretização do princípio da liberalização gradual e controlada dos serviços postais, influenciou de forma marcante a actividade do ICP durante o ano 2001. De referir, neste contexto, que o ICP esteve directamente envolvido na preparação e adopção da posição comum do Conselho da União Europeia sobre a liberalização subsequente e gradual abertura à concorrência dos serviços postais, que prevê a plena concretização do mercado interno neste sector em 2009.



1
**NOTE
FROM THE BOARD
OF DIRECTORS**

The activity of the Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) in 2001 was marked, in terms of telecommunications, by the complete liberalisation of the sector. The political principles and objectives laid out in the *eEurope* Action Plan and in national Internet Initiative, the need to guarantee that the market works in a truly free and competitive manner, as well as the preparation for the review of the regulatory framework induced by the changes in the national and international framework, were also decisive factors in the ICP's activities during that year.

The changes in the regulatory framework of the postal sector, namely the entering into force of the new regulation concerning market access in a liberalised environment, had a marked influence on the ICP's activity during the year. These changes were a fundamental step towards bringing the national regulatory framework into line with that of the European Union (EU) with regard to implementing a gradual and controlled liberalisation of postal services. It is important to note that, in this regard, ICP was involved in preparing and adopting the common position adopted by the EU Council on subsequent liberalisation and the gradual opening up of competition in postal services, which should be fully implemented in the internal market by 2009.

Entre as alterações ocorridas a nível nacional, destaca-se a aprovação dos novos estatutos do ICP (Decreto-Lei nº 309/2001, de 7 de Dezembro) que, embora com entrada em vigor no início de 2002, é ilustrativa das alterações verificadas e perspectivadas para o sector, desde logo em termos da própria designação - que passou a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) -, ela própria indiciadora da mudança de fundo que se operou: a criação de uma verdadeira autoridade reguladora independente.

A ANACOM tem por objecto a regulação, supervisão e representação do sector das comunicações (telecomunicações e correios), continuando a personalidade jurídica do ICP, mas desvinculando-se do anterior estatuto jurídico de instituto público.

O reforço dos seus poderes e procedimentos de autoridade e a introdução de flexibilidade nos instrumentos de que se socorre, tanto no plano jurídico como ao nível do regime económico-financeiro, são também fundamentais para comportar a nova matriz regulamentar decorrente do processo de revisão do quadro que, ao nível comunitário, rege o sector das telecomunicações.

Este processo - designado por *Revisão 99* - sofreu desenvolvimentos importantes em 2001, tendo a sua adopção formal pelo Conselho da União Europeia ocorrido no início de 2002. O pacote, com transposição prevista para o 1º semestre de 2003, tem desde logo a particularidade de, espelhando os princípios da convergência e da neutralidade tecnológica, estender o seu campo de aplicação às comunicações electrónicas, abrangendo todas as redes, serviços e recursos conexos. O acompanhamento dos trabalhos associados à preparação deste pacote, quer no âmbito da União Europeia, quer de outras organizações regionais, como o Grupo de Reguladores Independentes (IRG) e a Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações (CEPT), mereceu uma participação intensa por parte do ICP.

Por outro lado, a necessidade de adaptação do

Reference must be made to the approval of ICP's new statutes (Decree-Law no. 309/2001 of 7 December), which, although only implemented at the start of 2002, are representative of the changes that have been and are expected to be made to the sector. The change in name itself - ICP is now the Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) - is indicative of the fundamental change that was carried out: the creation of a true, independent regulatory authority.

ANACOM's aim is to regulate, supervise and represent the communications sector (telecommunications and postal services), inheriting ICP's rights and obligations but losing its former legal status as an 'Instituto Público' ('public institute').

A reinforcement in the outreach of ANACOM's powers and increased flexibility in both the legal and financial and economic tools of which it makes use, are also fundamental in complying with the new regulatory framework resulting from the revision of the regulations that on EU level govern the telecommunications sector.

This process - known as '99 Review' - underwent important developments in 2001 and the EU Council formally adopted it in 2002. The package, which will come into force in the first half of 2003 if all works according to plan, will also, in line with the principles of technological convergence and neutrality, extend to electronic communications and cover all networks, services and associated resources. The ICP was heavily involved in overseeing the work associated with preparing this package, both within the EU and regional organisations, such as the Independent Regulators Group (IRG) and the Conference of European Postal and Telecommunications Administrations (CEPT).

Another aspect of the year in question was the launch of an important project by the ICP, in conjunction with the ICS-Instituto da Comunicação Social (the government body in charge of media affairs), with the aim of identifying relevant issues brought up by the

enquadramento regulamentar à evolução do mercado conduziu ao desenvolvimento, na sequência do lançamento pelo Governo, em Junho de 2001, da Iniciativa Convergência e Regulação, de um importante trabalho protagonizado pelo ICP, conjuntamente com o Instituto da Comunicação Social (ICS), com o objectivo de identificar as questões relevantes e estratégicas suscitadas pela convergência dos sectores das telecomunicações e do audiovisual. No entanto, só em 2002 serão apresentadas as conclusões desse trabalho, que inclui, nomeadamente, a auscultação directa ao mercado através do lançamento de uma consulta pública.

São, igualmente, de destacar os desenvolvimentos associados à introdução de novas plataformas de comunicações, consubstanciados nomeadamente na realização do concurso público para a atribuição de uma licença de âmbito nacional para o estabelecimento e exploração da plataforma de televisão digital terrestre (TDT), que culminou com a emissão da licença correspondente, tudo no decurso de 2001. A actividade do operador licenciado deverá ter início até 31 de Agosto de 2002.

Foi ainda objecto de análise detalhada a questão do adiamento da entrada em funcionamento dos sistemas móveis de terceira geração (UMTS), tendo sido decidida pelo Governo, na sequência de proposta do ICP, a prorrogação, até 31 de Dezembro de 2002, do prazo para o efectivo início da actividade licenciada por parte dos operadores UMTS.

A permanente análise do mercado protagonizada pelo ICP em 2001, visando a consolidação da liberalização do mercado das telecomunicações e o seu funcionamento em ambiente de efectiva concorrência, conduziu à intervenção regulatória em diversas áreas essenciais, sendo de destacar: a definição do novo regime de acesso à Internet; o acompanhamento do mercado de interligação, quer no tocante à aplicação e alteração dos princípios contidos na Proposta de Referência de Interligação (PRI) para 2001, quer em relação à definição das condições gerais e prévias à

convergência de das telecomunicações e audio-visual sectors. This project resulted from the Government's launch of the Convergence and Regulation Initiative in June 2001. The conclusions reached through this project will, however, only be presented in 2002 and will include the results of a public consultation.

Also worthy of note was the development of new communications platforms, particularly the public tender for the granting of a national digital terrestrial television licence (TDT), which came to an end with the granting of said licence, all within 2001. The licensed operator is due to launch its service on 31 August 2002.

The Government's deferral of the effective launch of 3G mobile systems (UMTS), until 31 December 2002, was decided after a detailed analysis of the situation and according to ICP's advice. The ICP's constant market monitoring throughout 2001, namely the analysis of the consolidation and liberalisation of the telecom market, led the Institute to intervene in many key areas, of which the following are examples: the drawing up of the new regulatory framework for Internet access; the supervision of the interconnection market, both in terms of the application and alteration of the principles of the Reference Interconnection Offer (RIO), and the outlining of the general conditions for establishing interconnection agreements for 2001, as well as the resolution of conflicts concerning interconnection agreements between mobile operators including the interconnection prices; the work associated with the launch of the Unbundled Local Loop (LLU) Offer by Portugal Telecom; the supervision of the universal service obligations; the definition of the prices of calls between customers of different PSTN operators; the introduction, on 30 June 2001, of number portability (PSTN and ISDN services).

The ICP's activities were based around three main areas that were clearly outlined in the 2001 Plan of Activities: development of open and competitive

negociação de acordos de interligação em 2001, quer ainda, em particular, à conclusão dos acordos com os operadores do serviço móvel terrestre, incluindo os preços por estes praticados nesse contexto; os trabalhos associados à efectiva oferta do lacete local (OLL) pela concessionária da rede pública; o acompanhamento das práticas relacionadas com as práticas da concessionária em matérias no âmbito do serviço universal; a finalização do processo de definição do preço das chamadas do serviço fixo de telefone originadas na rede da concessionária e terminadas na rede de outros prestadores desse serviço; a introdução, em 30 de Junho de 2001, da funcionalidade da portabilidade do número, na modalidade de portabilidade de operador, na rede fixa e na rede digital com integração de serviços (RDIS).

A actividade do ICP em 2001 foi orientada em torno de três eixos fundamentais, claramente identificados no plano oportunamente aprovado com referência a esse ano: desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais; defesa dos utilizadores e consumidores; desenvolvimento da sociedade da informação. Estes eixos suportam a missão do ICP, enquanto órgão regulador do mercado das comunicações: promover a universalidade, qualidade e diversidade das redes e serviços de telecomunicações e correios.

O presente Relatório e Contas, no que se refere à descrição da actividade do ICP em 2001, segue, pois, a lógica que presidiu à construção do Plano de Actividades, dele constando quer os projectos desenvolvidos e as medidas adoptadas no âmbito daqueles eixos, quer as acções que se inserem nas funções de assessoria ao Governo e de representação do sector, que constituem parte integrante do objecto do ICP, quer ainda a actividade laboratorial. Introduziu-se, portanto, uma alteração significativa na estrutura adoptada em anos anteriores, de acordo também com as recomendações do Conselho Consultivo nesta matéria.

markets; consumer's and user's rights protection; development of an information society. The following areas are the basis for the ICP's mission as a communications market regulator: promoting the universality, quality and diversity of telecommunications and postal networks and services. This Annual Report, in terms of describing the ICP's activities in 2001, follows the pattern that was used in creating the Plan of Activities. It includes both the projects that were developed, the measures undertaken as part of the areas outlined above, the activities involved in advising the Government and sector representation, as well as laboratory activities. There has thus been a significant change to the structure used in previous years, in line with the recommendations of the Consultation Committee that deals with this matter.

To finish, we would like to show our appreciation to the Advisory Board and the Statutory Audit Council, whose work, in their respective areas, made a significant contribution to the completion of the ICP's mission and objectives.



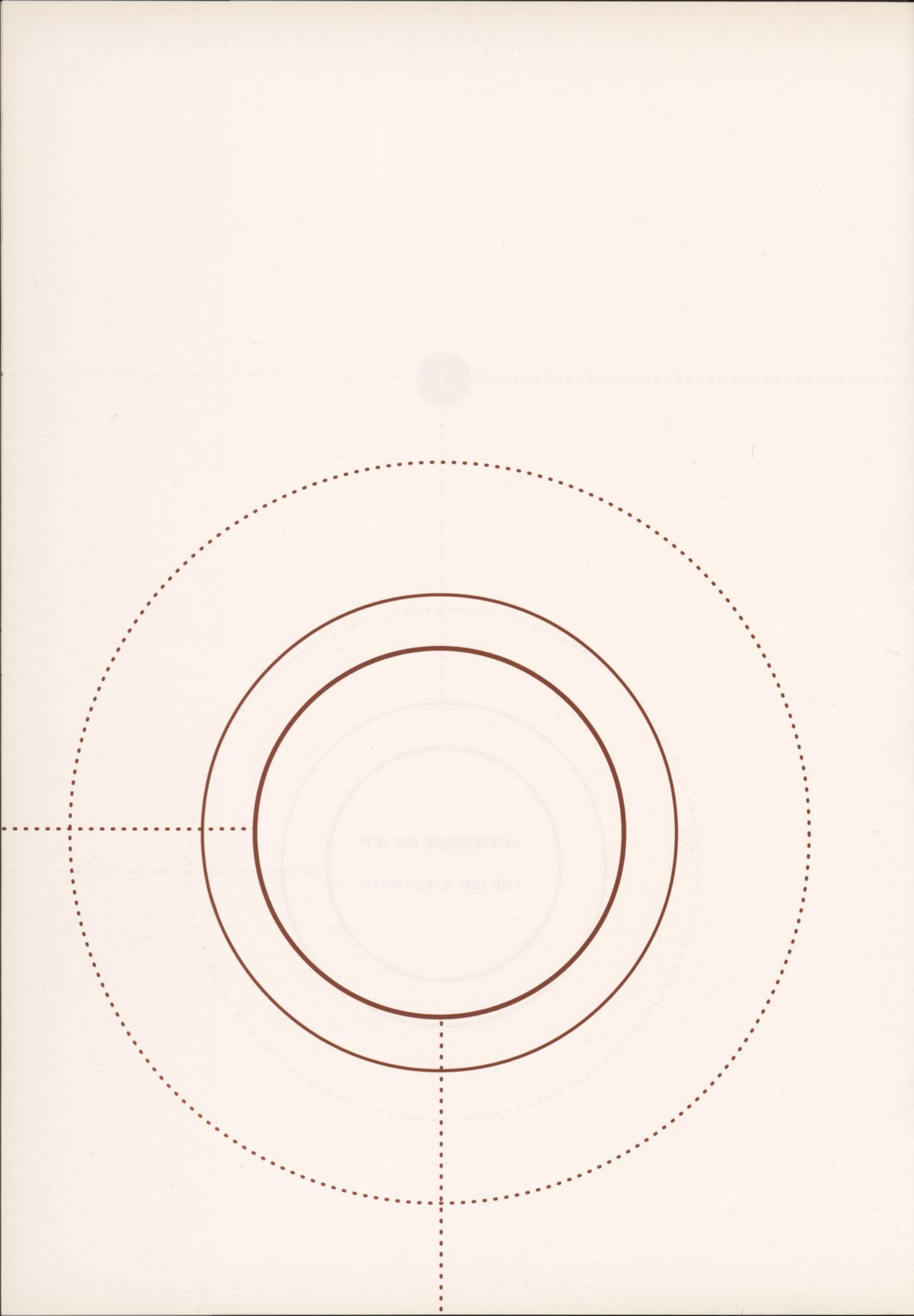


A encerrar, é de registar uma palavra de apreço ao Conselho Consultivo e ao Conselho Fiscal, cuja actividade, no âmbito das respectivas áreas de competência, contribuiu de forma assinalável para o cumprimento da missão e dos objectivos do ICP.

1

ACTIVIDADE DO ICP

THE ICP'S ACTIVITY



1. ACTIVIDADE DO ICP

A actividade do ICP no ano 2001 pode ser sintetizada e sistematizada de acordo com as principais funções e eixos de actuação do Instituto, consagrados no seu Plano de Actividades - desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais, defesa dos utilizadores e consumidores e desenvolvimento da sociedade da informação. Atribui-se particular destaque às medidas que permitiram consolidar o processo de liberalização do mercado de comunicações em Portugal.

Igualmente se descrevem as acções mais relevantes que decorrem das funções de assessoria ao Governo e de representação do sector das comunicações, bem como as desenvolvidas no âmbito da actividade laboratorial prosseguida pelo ICP.

1

DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS (1º EIXO ESTRATÉGICO DE ACTUAÇÃO DO ICP CONSAGRADO NO PLANO DE ACTIVIDADES)

A promoção de mercados abertos e concorrenciais contribui para a satisfação das necessidades de comunicação dos cidadãos e das empresas e, por outro lado, para o crescimento económico, competitividade, geração de emprego e desenvolvimento da Sociedade de Informação.

1.1 NOVAS MEDIDAS DE CONSOLIDAÇÃO DA LIBERALIZAÇÃO DO SECTOR

Entre as várias acções desenvolvidas pelo ICP durante o ano 2001 no âmbito deste eixo de actuação,

1. The ICP's ACTIVITY

The ICP's activity in 2001 can be organised and presented in accordance with the Institute's main functions and the areas set out in the Plan of Activities. These are the development of open and competitive markets, user's and consumer's rights protection, and development of an information society. Of these, special importance is given to measures that allowed for the consolidation of the liberalisation of the Portuguese communications market.

The most important aspects of the ICP's role as Government advisor and representative of the communications sector are also described, as are the ICP's laboratory activities.

1

THE DEVELOPMENT OF OPEN AND COMPETITIVE MARKETS (ICP'S 1ST STRATEGIC ACTION BY LAID DOWN IN THE PLAN OF ACTIVITIES)

The development and promotion of open and competitive markets contributes towards fulfilling the communication needs of all citizens and companies. It also boosts economic growth, competition, job creation and the development of an information society.

1.1 NEW MEASURES FOR CONSOLIDATION AND LIBERALISATION OF THE SECTOR

Among the many measures undertaken by the ICP in 2001 as part of this area, those that allowed for the

identificam-se em primeiro lugar as que permitiram consolidar a liberalização do sector, as quais revestem natureza diversa, sendo por isso susceptíveis de se enquadrarem nos diferentes programas que integram este eixo. No entanto, o impacto que tiveram no ano em causa justificam o seu tratamento autónomo.

1.1.1. Alargamento da elegibilidade das chamadas em regime de acesso indirecto

Em 1 de Janeiro de 2002, na sequência de anteriores deliberações do ICP, foi alargada ao tráfego local e regional a possibilidade de acesso indirecto no serviço fixo de telefone, através do recurso aos serviços de outro prestador que não o detentor do acesso local.

Tal medida constitui uma nova oportunidade de negócio para os prestadores do serviço fixo de telefone (SFT) e contribuirá para alargar os potenciais benefícios da concorrência às chamadas de curta distância.

1.1.2. Plataforma de televisão digital terrestre (TDT)

Também o lançamento do concurso para atribuição de uma licença de âmbito nacional para o estabelecimento e exploração de uma plataforma de televisão digital terrestre (TDT), nos termos do despacho do Ministro do Equipamento Social de 7 de Abril de 2001, contribuirá seguramente para a consolidação do processo de liberalização do mercado das comunicações em Portugal, iniciando o processo irreversível de transição para o mundo digital. Trata-se, portanto, de uma medida que toca transversalmente os três eixos de actuação do ICP.

A TDT constituirá uma nova plataforma de suporte não só para programas de televisão mas também para uma multiplicidade de ofertas interactivas, sejam serviços de televisão, telecomunicações ou serviços da sociedade de informação, estimulando a produção de conteúdos a vários níveis. As regras do concurso garantem aos cidadãos o acesso gratuito e aberto aos actuais canais nacionais, em Portugal Continental, e aos canais nacionais e regionais nos Açores e na Madeira, e permite a recepção de novos canais nacionais, com elevada qualidade de som e imagem,

liberalisation of the sector are of prime importance. These measures were diverse in nature and can be categorised under the various programmes that were part of this area. Their impact was such, however, that they deserve to be outlined separately.

1.1.1. The extension of indirect access to local and regional PSTN calls

On 1st January 2001, as a result of previous ICP decisions, the possibility of making indirect access fixed line calls was widened to local and regional calls. Indirect Access gives customers of telecoms networks the chance to select which operators carry their calls for them.

This step is a new business opportunity for fixed line telephone service providers (FTS) and will contribute to increasing the potential benefits of competition for short distance calls.

1.1.2. Digital terrestrial television (TDT) platform

The launch of the public tender for the allocation of a national digital terrestrial television (TDT) licence, under terms of an Infrastructure Ministry Order of 7 April 2001, will also contribute toward consolidation of liberalisation of the Portuguese communications market, and facilitating its entrance into the digital world. It is therefore a measure that covers all three of the ICP's areas of strategic action.

TDT will be a new platform not only for television programmes, but also for many types of interactive services, whether involving television, telecommunications, or the information society. It will stimulate the production of many and various types of digital content. The rules of the tender guarantee free access to the current national and regional terrestrial television channels to all citizens. It will also allow for the reception of new national channels with high quality sound and image and will extend the offer of interactive television services to all citizens. TDT will thus fulfil the needs of consumers, allow for the development of innovative services and promote inter-modal competition in accessing the information

tornando acessíveis a todos os cidadãos as funcionalidades próprias da televisão interactiva.

Desta forma, a TDT permitirá satisfazer as necessidades dos consumidores, desenvolver serviços inovadores e promover a concorrência intermodal no acesso à sociedade de informação. A tecnologia utilizada (DVB-T) permite ainda uma importante racionalização do uso do espectro radioeléctrico.

Indicativamente, por ocasião do lançamento deste concurso, foi prevista a desactivação do actual sistema de radiodifusão televisiva analógico em 2007.

Na sequência do lançamento do concurso e da entrega das propostas, a decisão da comissão de análise foi divulgada a 17 de Julho de 2001, tendo a Plataforma de Televisão Digital Portuguesa (PTDP) figurado em primeiro lugar na lista classificativa.

A licença foi emitida à PTDP em 9 de Outubro de 2001, na sequência do despacho de atribuição do Ministro do Equipamento Social de 7 de Agosto. A actividade respectiva terá início até 31 de Agosto de 2002.

1.1.3. Condições de acesso ao lacete local (OLL)

A oferta desagregada do acesso ao lacete local da rede básica de telecomunicações pela concessionária, a PT Comunicações, constitui outro dos mecanismos de consolidação do processo de liberalização do mercado das comunicações em Portugal.

Esta medida, que afecta directamente os mercados a montante mas que constitui um dos factores fundamentais para a determinação da estrutura e da intensidade da concorrência nos mercados a jusante, promoverá, igualmente, a oferta de Internet de banda larga.

Neste âmbito, destacam-se as seguintes acções:

- a) Actuação em estreita ligação com todos os interessados (operadores/prestadores de serviços, associações de consumidores, Direcção-Geral do Comércio e Concorrência), tendo para o efeito sido

society. The technology to be used (DVB-T) will also lead to a more efficient use of the radio spectrum.

When the digital television tender was launched, 2007 was suggested as the date for deactivation of the current analogue television system.

Following the tender's launch and the submission of proposals, the examination commission's decision was announced on 17 July 2001. Plataforma de Televisão Digital Portuguesa (PTDP) was classified in first place.

The Infrastructure Ministry granted the licence to PTDP on 9 October 2001, following the publication of the respective Order on 7 August. PTDP is due to begin broadcasting on 31 August 2002.

1.1.3. Local Loop Unbundling (LLU)

The offer of local loop unbundling by the incumbent operator, PT Comunicações, was another step towards consolidation of the Portuguese communications market's liberalisation process.

This step, which directly affects the current market structure but is also a decisive factor in the structure and level of competition of downstream markets, will also promote the offer of broadband Internet access.

In this respect, the following projects were of importance:

- a) Acting in strict conjunction with all interested parties (operators/service providers, consumer associations, Directorate-General for Trade and Competition), a consultation committee was set up with the aim of promoting a discussion platform to define the technical and operational aspects that need to be harmonized in order to implement LLU;
- b) Approval by ICP of the changes to be made to the Reference Offer for Local Loop Unbundling drawn up by PT Comunicações. The ICP's input was particularly notable in lowering the monthly local loop costs by 58% compared to the original proposal by PT Comunicações;

constituído um grupo consultivo com o objectivo de promover um fórum de debate, tendente a definir os aspectos técnico-operacionais, necessitando de harmonização e cooperação na implementação da OLL;

- b) Aprovação pelo ICP das alterações a introduzir na Oferta de Referência para Acesso ao Lacete Local (ORALL) elaborada pela PT Comunicações. Em particular, os preços fixados para as mensalidades do lacete local foram reduzidos em cerca de 58% face à proposta inicial da PT Comunicações;
- c) Fixação das compensações a prestar pela PT Comunicações por incumprimento dos prazos de resposta aos pedidos de fornecimento no âmbito da ORALL;
- d) Constituição de um grupo de supervisão da OLL com o objectivo de fiscalizar o cumprimento da ORALL. O trabalho desenvolvido envolveu, em 2001, a visita a 25 centrais da PT Comunicações que ofereciam co-instalação remota de acesso ao lacete local. Na sequência do trabalho realizado, foram definidos alguns parâmetros técnicos relacionados com este serviço.

Também neste caso, as medidas adoptadas têm impacto ao nível dos três eixos norteadores da actividade do ICP.

1.1.4. Portabilidade de operador

A portabilidade de operador foi introduzida na rede telefónica fixa e na rede digital com integração de serviços (RDIS) em 30 de Junho de 2001, em cumprimento do calendário estabelecido no Despacho do Ministro do Equipamento Social nº 12 809/2000 (2ª Série), de 6 de Junho de 2000. Esta funcionalidade permite ao utilizador escolher um novo prestador de serviço sem prescindir do seu anterior número de telefone, e constitui uma forma de eliminar uma barreira à livre escolha dos consumidores e logo ao desenvolvimento de um mercado concorrencial.

Neste contexto, o ICP desenvolveu as seguintes acções:

- a) Celebração de um protocolo entre o ICP, a Apritel e os prestadores com obrigações de portabilidade

- c) Setting of levels of compensation to be paid by PT Comunicações in case of failure to comply with the delivery period defined in the Reference Offer;

- d) Setting up a supervisory group for LLU with the aim of monitoring compliance with the Reference Offer. The work in 2001 included visiting 25 PT Comunicações local exchanges that provided remote local loop collocation. In wake of this work, some of the technical parameters related to this service were defined.

Once again, the steps undertaken in this respect have an impact on all three of the ICP's strategic action areas.

1.1.4. Number Portability

Operator Number portability was made available for PSTN and ISDN networks on 30 June 2001, in line with the timetable set by Ministry of Infrastructure Order no. 12 809/2000 (2nd Series) of 6 June 2000. This capability allows users to choose a new service provider without changing their previous telephone number, and is a way of removing the obstacle preventing freedom of choice for consumers and thus the development of a free market.

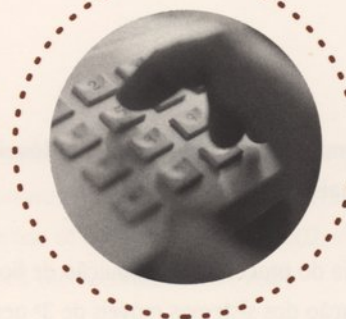
In this respect, the following actions were of importance:

- a) Signing of a protocol between the ICP, Apritel and the operators obliged to offer portability (including land mobile operators, despite the fact that portability of mobile numbers was only introduced on 1 January 2002), with the aim of establishing the process for developing the necessary steps for introducing portability;
- b) A joint selection by the ICP and the operators of a reference entity to act as an intermediary between different operators and be responsible for the development, installation, testing, operation, maintenance, management, and updating of a main database. The reference entity is also responsible for providing all administrative services related to supporting operator portability;

(incluindo os prestadores do serviço móvel terrestre, muito embora a portabilidade de operador na rede móvel apenas tenha sido introduzida em 1 de Janeiro de 2002), com o objectivo de formalizar os procedimentos conducentes ao desenvolvimento das medidas necessárias à introdução da portabilidade;

- b) Selecção pelo ICP e pelos prestadores envolvidos de uma entidade de referência (ER), que actua como intermediária entre os diferentes prestadores e é responsável pelo desenvolvimento, instalação, teste, operações, manutenção, gestão e actualização permanente de uma base de dados de referência, bem como pelo fornecimento dos serviços administrativos de suporte à portabilidade de operador;
- c) Elaboração da especificação para a portabilidade de operador, incluindo a definição técnica do interface de rede na interligação entre os prestadores, e supervisão da sua aplicação;
- d) Aprovação de um projecto de decisão relacionado com a forma de informação ao utilizador sobre o preço de chamadas para números portados, que prevê o recurso a mensagens gravadas e serviços informativos e de apoio ao utilizador, bem como a realização de uma campanha de comunicação pelo ICP, tendo, porém, a aprovação da decisão final sobre a matéria transitado para 2002, uma vez analisados os comentários dos interessados;
- e) Preparação de um projecto de diploma legal para alteração do Regulamento de Exploração do Serviço Fixo de Telefone, por forma a comportar plenamente a portabilidade, nomeadamente pela criação dos mecanismos que assegurem a prestação permanente e contínua do serviço aos utilizadores finais e pela simplificação dos procedimentos de mudança de prestador, contribuindo-se dessa forma para o desenvolvimento da concorrência no mercado. Este projecto só foi formalmente submetido ao Governo em 2002.

No final de 2001, havia um total de 2338 números portados.



- c) Outlining the operator portability specification, that includes technical definition of the network interface for operator interconnection, and the supervision of its application;
- d) Approval of a draft decision on how to inform end users about the price of calls made to ported numbers. The draft decision includes the following measures: the use of a recorded message service and telephone help line, as well as a public information campaign by the ICP. Approval of the final decision on this matter has been pushed back to 2002, once the opinions of all interested parties have been heard;
- e) Preparation of a legal measure for altering the Regulation for the Operation of Fixed Telephone Services, so as to fully include portability, namely through the creation of devices that guarantee uninterrupted service for end users, and simplification of the operator changeover process. These measures will thus contribute towards development of competition in the market. This project was only formally submitted to the government in 2002.

At the end of 2001, there were a total of 2,338 ported numbers.

1.1.5. Mobile Telecommunications/Universal Mobile Telecommunications System (IMT2000/UMTS)

Following the awarding of licences for 3rd generation mobile services and networks (IMT2000/UMTS) in 2001, and considering the international context and its impact in the Portuguese market, the ICP took a number of actions:

1.1.5. Sistema de Telecomunicações Móveis Internacionais (IMT2000/UMTS)

Na sequência do processo de atribuição de licenças para exploração dos sistemas móveis de 3ª geração (IMT2000/UMTS), as quais foram emitidas já em 2001, e tendo em conta a situação genericamente vivida ao nível mundial, com impacto também no mercado nacional, o ICP assumiu uma intervenção activa, consubstanciada em diferentes tipos de acções:

a) Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001, publicada em 8 de Janeiro de 2001, foi criado um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista à monitorização das obrigações assumidas pelos operadores UMTS no quadro do desenvolvimento e promoção da sociedade da informação em Portugal, o qual, sob a presidência do ICP, manteve uma actividade regular ao longo de 2001, que se prolongará no futuro;

b) Analisado o pedido de prorrogação do início de actividade dos operadores UMTS, devido a atrasos na disponibilização de terminais de terceira geração, bem como a dificuldades de estabilização do software de rede resultantes de atrasos na elaboração das normas a utilizar no desenvolvimento dos sistemas associados às redes UMTS, foram decididas e desencadeadas as seguintes iniciativas:

- Com vista a determinar a natureza imprevisível, impeditiva e insuperável dos factos alegados pelos operadores e a data previsível em que as dificuldades associadas seriam ultrapassadas, foi solicitada aos operadores uma fundamentação em termos económicos, de mercado e tecnológica do pedido formulado, tendo simultaneamente o ICP promovido uma consulta formal junto dos fabricantes de infra-estrutura e terminais;
- Na sequência deste processo de consulta, e reconhecida como constituindo motivo de força maior a comprovada inexistência no mercado de equipamentos de infra-

a) Under terms of Council of Ministers Resolution no.

3/2001, published on 8 January 2001, a working group was set up to maintain links between the UMTS operators, the ICP and the Interministerial Commission for an Information Society. The aim of this group was to monitor fulfilment of the UMTS operators' obligations with regard to the development and promotion of an Information society in Portugal. Chaired by the ICP, this working group met regularly during 2001 and will continue to do so in the future;

b) After analysing the request to put off the launch of the services of UMTS operators due to the delayed availability of third generation handsets, and to difficulties with network software because of delays in establishing standards for the development of UMTS systems, the following steps were taken:

- The ICP requested that the operators present economic, market and technological reasons for their request to delay the launch in order to establish the unpredictable and unsurpassable nature of the problems put forward by the operators and to set a date by which same might be overcome. At the same time, the ICP carried out a formal survey terminal and infrastructure manufacturers;
- Following this consultation process it was established that the lack of availability of equipment and infrastructure would prevent the licensees from launching their services on the dates stipulated in their licenses. The ICP therefore put forward a proposal to the Ministry of Infrastructure, which agreed to delay the UMTS launch until 31 December 2002;



- estrutura de rede e terminais que permitissem o início de actividade dos serviços UMTS nos prazos a que as entidades licenciadas se haviam vinculado, foi proposta ao Ministro do Equipamento Social, que concordou, a prorrogação, até 31 de Dezembro de 2002, do prazo para o efectivo início da actividade licenciada pelos operadores UMTS;
 - Simultaneamente, também mediante proposta do ICP, foi decidida a aplicação, em 2002, de uma taxa de utilização do espectro radioeléctrico afecto aos serviços UMTS de valor nulo aos operadores que iniciarem a actividade durante esse ano;
 - Com vista a garantir um rápido desenvolvimento das redes e da respectiva cobertura e com o intuito de promover a concorrência ao nível dos serviços finais, foram definidos pelo ICP os elementos de rede susceptíveis de partilha entre os operadores UMTS, no quadro das actuais licenças;
- c) Por outro lado, na sequência de um pedido de atribuição extraordinária de frequências DCS1800 (GSM), formulado pelo operador ONI Way - Infocomunicações, detentor de uma licença UMTS, justificado pela necessidade de dispor de rede própria, nas zonas de maior tráfego, para a oferta de serviços utilizando a tecnologia GSM/GPRS, o ICP comunicou ao requerente o sentido provável da sua decisão, de indeferimento, por considerar que as frequências em causa se destinavam à prestação de serviços para os quais a ONI Way não estava licenciada, não se encontrando por outro lado prevista a disponibilização de frequências para a realização de uma quarta rede GSM/DCS;
- d) Tendo o mesmo operador inquirido ainda o ICP sobre a possibilidade de utilização das redes dos seus três concorrentes no mercado da 3ª geração móvel, mediante roaming nacional, oferecendo serviços com recurso à tecnologia GSM/GPRS, foi decidido não poder a ONI Way aproveitar as condições de roaming previstas nos instrumentos do concurso, não se considerando a possibilidade de impor o roaming em
- At the same time, also following an ICP proposal, a decision was made not to charge UMTS operators for the use of radio spectrum in 2002, if they launched their service in that year;
 - In order to speed up the process of network development and increase their respective coverage and in order to promote downstream competition, the ICP defined which network components could be shared by UMTS operators in the framework of their current licenses;
- c) UMTS licence-holder ONIWAY - Infocomunicações, requested to be assigned DCS1800 frequencies (GSM) in order to provide GSM/GPRS services in areas of greatest traffic using its own network. The ICP responded by saying that in all likelihood it would turn the request down given that the frequencies required are used for providing services for which ONIWAY does not have a licence, and that there are no plans to attribute frequencies for a fourth GSM/DCS network;
- d) The same operator enquired about the possibility of providing a GSM/GPRS service by using the networks of its three UMTS rivals through national roaming. ICP decided that ONIWAY could not make use of the roaming conditions outlined in the public tender until such time as it began setting up the UMTS network stated in its licence. The national roaming requested by ONIWAY could not go ahead despite the conditions already negotiated with other operators;
- e) At the same time, a decision was made to submit a document on the matter of mobile virtual network operators (MVNOs) for analysis by the ICP Advisory Board and the four mobile phone operators, as a way of looking into the viability of new market players. This discussion was partially inconclusive;
- f) In November 2001, ONIWAY informed the ICP of a roaming agreement made with TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais. Analysis of this agreement was put back to 2002.

causa, nomeadamente no âmbito das condições pré-negociadas com outros operadores, sem que haja lugar à implementação da rede UMTS objecto da licença;

e) Em simultâneo, foi decidido submeter a auscultação do Conselho Consultivo do ICP e dos quatro operadores móveis um documento sobre o exercício da actividade de prestador de serviços móveis sem frequências próprias (vulgarmente designados por MVNO - mobile virtual network operators), como forma de acautelar a viabilização de novos entrantes neste mercado, discussão essa que não foi totalmente conclusiva;

f) Em Novembro de 2001, a ONIWAY comunicou ao ICP um pré-acordo de roaming nacional firmado entre aquela empresa e a TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, cuja análise transitou para 2002.

1.1.6. Acesso Fixo Via Rádio (FWA)

A possibilidade de utilização das frequências atribuídas para o acesso fixo via rádio (FWA), na sequência do concurso realizado em 1999, como suporte para as redes de transmissão das entidades licenciadas, foi objecto de análise aprofundada, incluindo no seio do Conselho Consultivo.

Essa análise conduziu à preparação de um projecto de diploma legal para alteração da Portaria nº 465-B/99, de 25 de Junho, que aprovou o regulamento do concurso público respectivo, cuja apreciação pelo Governo transitou para 2002.

1.1.7. Licenciamento dos serviços postais em concorrência

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 150/2001, de 7 de Maio, que regulamenta o regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços postais explorados em concorrência, iniciou-se o processo de licenciamento e autorização dos prestadores de serviços postais não reservados, abrangidos ou não abrangidos no âmbito do serviço universal, respectivamente.

Por Despacho do Ministro do Equipamento Social,

1.1.6. Fixed Wireless Access (FWA)

The possibility of using frequencies allocated to fixed wireless access (FWA), following the tender put out in 1999, as a basis for the transmission networks of the licensees, was subject to thorough analysis by the Advisory Board.

This analysis led to the preparation of a draft legal measure to modify Administrative Rule no. 465-B/99 of 25 June, which approved the regulations of the public tender. The Government's analysis of this project was put off until 2002.

1.1.7. Licensing and authorisations of postal operators

Following the coming into force of Decree-Law no. 150/2001, of 7 May, that regulates access to the postal market and the activities postal service operators, the process of licensing and authorisation began. Licenses were granted for providers of non-reserved postal services either within the scope or outside the universal service definition.

A Ministry of Infrastructure Order fixed the rates owed by the licensed parties.

1.2. REGULATION OF OPERATORS WITH SIGNIFICANT MARKET POWER (SMP) AND PROMOTION OF OPEN NETWORKS (ONP)

The promotion of open networks and competitive markets requires that the operators with significant market power (SMP) be regulated and that conditions be imposed upon the offer and use of services. The conditions that are particularly significant are those of transparency, objectivity, proportionality, non-discrimination, and cost-orientation (when applicable), particularly with regard to access to services and interconnection, as well as on the principles of price-setting and accounting, quality of service and the conditions of shared use.

It should be noted in this context, that the wholesale leased lines market and the interconnection are essential in determining the structure and intensity of competition in the retail markets.

foram fixados os montantes das taxas devidas pelas entidades licenciadas e autorizadas para a prestação de serviços postais.

1.2. REGULAÇÃO DOS OPERADORES COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO (PMS) E PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA (ORA/ONP)

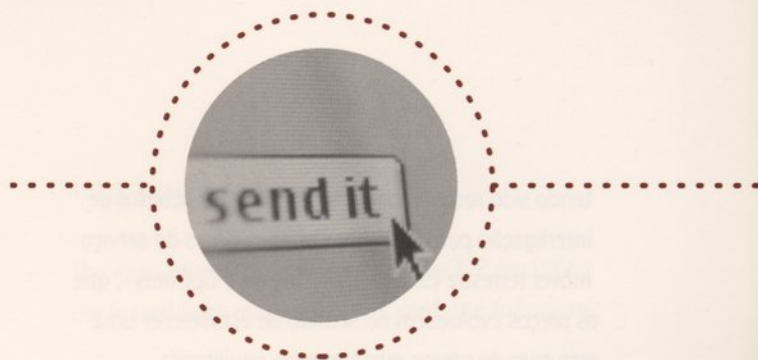
A promoção de redes abertas e mercados concorrenciais exige a regulação dos operadores com poder de mercado significativo (PMS) e a imposição de condições de oferta e utilização de serviços. Destaca-se, em particular, a imposição de condições de transparência, objectividade, proporcionalidade, não-discriminação e orientação para os custos (quando aplicável) em relação, nomeadamente, ao acesso aos serviços e condições de interligação e, bem assim, a princípios de tarifação e contabilização, qualidade de serviço e condições de utilização partilhada.

Com efeito, enquanto o mercado da interligação constitui um dos factores fundamentais para a determinação da estrutura e da intensidade da concorrência no tocante às ofertas grossistas, o mercado do serviço fixo de telefone desempenha papel idêntico em relação às ofertas retalhistas.

1.2.1. Mercado da interligação - Voz

No que respeita, especialmente, à interligação - voz, realçam-se as seguintes medidas tomadas pelo ICP:

- a) Determinação de alterações à Proposta de Referência de Interligação (PRI) para 2001, apresentada pela PT Comunicações, afectando os preços máximos de interligação, os pontos geográficos de interligação (PGI) e as disposições referentes ao tráfego internacional de saída, serviços especiais, serviços de audiotexto, serviço de trânsito com facturação em cascata e chamadas originadas em postos públicos;
- b) Aprovação das condições gerais e prévias à negociação dos acordos de interligação para 2001,



1.2.1. Interconnection market - Voice

In terms of voice interconnection, the following steps taken by the ICP are of particular note:

- a) Determination of modifications to the Reference Interconnection Offer (RIO) for 2001 put forward by PT Comunicações. These changes affected the maximum charges for interconnection, the points of interconnection and the international outgoing traffic, special services, audiotext services, transit service with cumulative invoicing, and calls originating from public pay phones;
- b) Approval of the general pre-conditions drawn up for the negotiation of interconnection agreements for 2001. The ICP recommended that in interconnection agreements with the mobile operators - TMN, Telecel and Optimus - the relative price structure should be balanced, especially in terms of intra- and inter-network traffic, in order to protect consumer rights, limit or avoid obstacles to taking advantage of network externalities by end users, particularly by fixed networks users. This rebalancing of relative price structures should encourage equal competition between fixed and mobile networks. This process was later complemented by the approval of a draft decision on interconnection prices charged by mobile operators, which will come into force in 2002;
- c) Adoption, at the end of 2001, of a draft decision on the Reference Interconnection Offer (RIO) for 2002, based on an evolution of RIO 2001, and taking into account the "Minimum set of items to be included in the reference interconnection offer for 2001" approved by the ICP in 2000 and the subsequent Decisions concerning RIO 2001. The draft decision

tendo sido recomendado, no âmbito dos acordos de interligação para 2001 com os operadores do serviço móvel terrestre (SMT) - TMN, Telecel e Optimus -, que os preços evoluíssem no sentido de estabelecer uma estrutura de preços relativos mais equilibrada, designadamente no tocante ao tráfego intra e inter-redes, que contribuíssem para a defesa dos interesses dos consumidores, limitando ou evitando o desenvolvimento de barreiras ao aproveitamento das externalidades das redes, por parte dos utilizadores finais, em particular dos clientes das redes fixas, e promovessem condições que incentivassem o desenvolvimento de uma concorrência equilibrada entre redes fixas e móveis. Este processo foi posteriormente complementado com a aprovação de um projecto de decisão relativo aos preços de interligação praticados pelos operadores de serviço móvel terrestre, só tornado definitivo em 2002;

- c) Adopção, no final de 2001, de um projecto de decisão relacionado com a Proposta de Referência de Interligação (PRI) para 2002, consubstanciada numa evolução da PRI 2001, tendo em conta os "Elementos mínimos a incluir na proposta de referência de interligação para 2001", aprovados pelo ICP em 2000, e as determinações subsequentes relativas a alterações à PRI 2001, e contemplando, por outro lado, a necessidade de redução de preços de interligação, tendo em conta a evolução da eficiência da PT Comunicações e a sua repercussão nos custos.

1.2.2. Mercado da interligação - Regime de Acesso à Internet (PRAI)

Em 2001, o ICP determinou a alteração completa do regime de acesso à Internet, tendo como objectivo contribuir para a sustentabilidade do negócio de prestação de acesso à Internet e, dessa forma, promover este serviço fundamental para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento. Embora o novo regime tenha ficado estabilizado no tocante à sua execução, é de referir que o novo regime definido pelo ICP foi objecto de impugnação por parte da PT Comunicações, processo que se encontra em curso no Tribunal competente.

for 2002 also took into account the need to reduce interconnection prices, considering the increased efficiency of PT Comunicações and the effect this had on costs.

1.2.2. Interconnection market - Internet Access Regime (PRAI)

In 2001, the ICP determined a complete change to the regime governing Internet access, with the aim of increasing the sustainability of Internet service provision and to thus promote this fundamental factor in the development of an Information Society. Although the new regime went ahead, it is worth mentioning that it has been contested by PT Comunicações, and that the process is under review in court.

In this area the following measures were taken:

- a) The previous tariff system, which was based on revenue-sharing between the direct access operator and the Internet Service Provider (ISP), was replaced by an interconnection system based on call origination payments (defined in line with the Reference Interconnection Offer - RIO). In this new system, the ISPs are responsible for defining the price charged to the end user, and the ISPs pay the direct access operator a call origin charge. At the same time, the maximum prices charged by PT Comunicações, both for flat rate access and for charges by the minute, were defined;

PT Comunicações subsequently drew up an Internet Access Reference Offer (PRAI), which was the object of some binding interpretations by ICP which also defined the rules for interconnection agreements applied to Internet access traffic;

- b) Adoption, at the end of the year of a draft PRAI for 2002, which should be based on proposals regarding interconnection agreements for internet access traffic and include reduced interconnection prices taking into account the increased efficiency of PT Comunicações and the effect this has on costs.

Neste contexto, foram tomadas as seguintes medidas:

- a) Substituição do anterior modelo de tarifação, baseado na repartição de receitas entre o operador de acesso directo e os prestadores de acesso à Internet (ISP), por um modelo de interligação assente numa lógica de pagamentos de originação (definidos com base na Proposta de Referência de Interligação - PRI). De acordo com este modelo, os ISP são responsáveis pela definição do preço suportado pelo utilizador final, pagando ao operador de acesso directo um preço de originação. Definiram-se, simultaneamente, os preços máximos a praticar pela PT Comunicações, tanto no regime de ofertas não temporizadas ("tarifa plana"), como em relação às ofertas temporizadas (venda ao minuto);

Subsequentemente, a PT Comunicações preparou uma Proposta de Referência de Acesso à Internet (PRAI), objecto de algumas posições interpretativas por parte do ICP, que igualmente definiu as regras a observar nos acordos de interligação aplicáveis ao tráfego de acesso à Internet;

- b) Adopção, no final do ano, de um projecto de decisão relativo à PRAI para 2002, que deverá ter por base as propostas de acordos de interligação aplicáveis ao tráfego de acesso à Internet e contemplar uma redução de preços de interligação, tendo em conta a evolução da eficiência produtiva da PT Comunicações e o seu reflexo nos custos.

1.2.3. Mercado dos circuitos alugados

As acções mais relevantes do ICP no âmbito do mercado de circuitos alugados durante o ano 2001 foram as seguintes:

- a) Notificação de operadores com poder de mercado significativo (PMS) - foi aprovado o entendimento preliminar sobre poder de mercado significativo (PMS) no mercado dos circuitos alugados para o ano de 2001, que previa a notificação da PT Comunicações, sobre o qual foi pedido o parecer da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC);

1.2.3. Leased lines market

The most relevant measures taken by ICP regarding the leased lines market in 2001 were the following:

- a) Notification of operators with significant market power (SMP) - the preliminary report on significant market power (SMP) in the leased lines market in 2001 was approved. The report concluded that PT Comunicações should be notified as an operator with SMP in the leased lines market. An opinion concerning this study and conclusions was requested from Directorate-General Of Trade and Competition (DGCC);
- b) Monitoring conformity of the cost accounting system of PT Comunicações - following an audit carried out on results of the cost accounting system of PT Comunicações for 1999, the system's conformity was declared. In the future, however, the operator must present the costs and revenues of leased lines in greater detail;
- c) Start of an audit of service quality indicators for leased lines for 1999 and 2000;
- d) Alteration of PT Comunicações leased lines offer - a decision was made to alter PT Comunicações leased lines offer, specifically, the simplification of applicable discounts, reduced prices for national digital lines with a capacity of more than 64 Kbps, increased availability of high-capacity lines, the offer of a "wholesale" option, and the alteration of service quality objectives;



- b) Verificação da conformidade do sistema de contabilidade analítica da PT Comunicações - na sequência da auditoria realizada aos resultados do sistema de contabilidade analítica da PT Comunicações referente ao exercício de 1999, foi declarada a conformidade do referido sistema aos princípios definidos, devendo no entanto a concessionária apresentar de futuro os custos e os proveitos dos circuitos alugados com um maior grau de detalhe;
- c) Início de uma auditoria aos indicadores de qualidade de serviço dos circuitos alugados respeitante aos anos de 1999 e 2000;
- d) Reformulação da oferta de circuitos alugados da PT Comunicações - foi determinada a reformulação da oferta de circuitos alugados da PT Comunicações, nomeadamente, a simplificação dos descontos aplicáveis, a redução de preços de circuitos digitais nacionais de capacidade superior a 64 Kbps, a dinamização da oferta de circuitos de alta capacidade, o desenvolvimento de uma oferta "grossista" e a reformulação dos objectivos de qualidade de serviço;
- e) Suspensão de oferta de circuitos alugados - na sequência do pedido da PT Comunicações para autorização prévia da suspensão do serviço de circuitos alugados a um conjunto de operadores de telecomunicações, por violação das condições de utilização, e após recolha de informação e consulta aos interessados, o ICP considerou não se encontrarem reunidas condições que justificassem aquela medida, pelo que indeferiu o pedido. Mais tarde, e na sequência da análise de documentação apresentada pela PT Comunicações, foram detectados fortes indícios da existência de fundamento para a recusa de fornecimento de circuitos à MAXITELCOM - Comunicações Inteligentes, pelo que a PT Comunicações foi notificada para, querendo, formalizar o competente pedido de autorização prévia para a suspensão da respectiva oferta. No entanto, constatando-se a suspensão de oferta de circuitos alugados por parte da PT Comunicações sem que tivesse sido obtida a legal autorização do ICP para



- e) Suspension of the supply of leased lines - following a request by PT Comunicações for pre-approval of the suspension of leased line service to a group of telecom operators, for infringing on usage conditions, and after collating the necessary information, the ICP considered that the decision was not justified and turned down the request. Later, following the analysis of documentation presented by PT Comunicações, the ICP considered there was strong evidence to justify suspending the supply of leased lines to MAXITELCOM - Comunicações Inteligentes. PT Comunicações was informed of the decision so that it could formally present the service suspension request. However, having established that PT Comunicações had suspended the said supply before receiving legal authorisation to do so from the ICP, it was decided that the company should immediately reinstate service to MAXITELCOM, so as not to prevent the company's customers from accessing its services.

1.2.4. Fixed telephone network and Voice Telephony markets

In terms of the markets for fixed telephone networks and voice telephony, the following measures are worth mentioning:

- a) Notification of operators with significant market power (SMP) - PT Comunicações was designated an operator with significant market power in the fixed line telephone market for 2001;
- b) Monitoring conformity of the cost accounting system of PT Comunicações - following an audit carried out on results of the cost accounting system of PT Comunicações for 1999, the

o efeito, foi decidido que esta empresa deveria retomar de imediato a oferta de circuitos à MAXITELCOM, por forma a não impedir o acesso dos consumidores e demais utilizadores aos serviços por esta prestados.

1.2.4. Mercado das redes telefónicas fixas e ou do serviço fixo de telefone

No âmbito do mercado das redes telefónicas fixas e ou do serviço fixo de telefone (SFT), são de salientar as seguintes medidas:

- a) Notificação de operadores com poder de mercado significativo (PMS) - a PT Comunicações foi notificada como operador com PMS no mercado das redes telefónicas fixas e ou do serviço fixo de telefone, com referência ao ano 2001;
- b) Verificação da conformidade do sistema de contabilidade analítica da PT Comunicações - na sequência da auditoria realizada aos resultados do sistema de contabilidade analítica da PT Comunicações referente ao exercício de 1999, foi declarada a conformidade do referido sistema com os princípios definidos;
- c) Preço das chamadas do SFT originadas na rede da PT Comunicações e terminadas nas redes de outros prestadores do SFT - na sequência das anteriores deliberações sobre os preços das comunicações telefónicas, realizadas em modo de acesso directo, originadas na rede da PT Comunicações e terminadas nas redes de outros prestadores de SFT, o ICP decidiu não se opor à entrada em vigor dos tarifários para as modalidades de postos de assinante a vigorar até 05/02/01 e a partir de 06/02/01 e de postos públicos a vigorar durante o ano 2001. Foi ainda deliberado que o agrupamento de tarifários por operador, resultante do englobamento dos perfis de tráfego, só é justificável caso se verifique que esse agrupamento contribui significativamente para a simplificação do tarifário e quando a vantagem resultante seja superior a potenciais desvantagens;

conformity of the system was declared;

- c) Pricing of voice telephony calls originating from the PT Comunicações network and ending in the networks of other voice telephony providers - in light of previous deliberations on the pricing of direct access telephone communications originating from the PT Comunicações network and terminating in the networks of other FTS providers, the ICP decided it would not oppose the prices for these type of calls in force until 05/02/01 and from 06/02/01, and for public pay phones in force throughout 2001. It was also decided that the grouping of tariffs by operator, resulting from the aggregation of traffic statistics, is only justifiable if said grouping contributes significantly to tariff simplification and when the resulting advantage is greater than the potential disadvantages;
- d) Alteration of the price of primary ISDN access - a decision was made to suspend the prices for this service announced by PT Comunicações, as they were not compatible with cost orientation principles. The prices were subsequently reduced by 10% compared with those charged at the end of 2000;
- e) Voice telephony quality indicators - after a first round of consultation of interested parties, a consolidated proposal was prepared for discussion by the ICP Consultation Committee, which then published a report on the subject. The adoption of the quality indications was put back to 2002.

d) Alteração do preço dos acessos primários RDIS (AP RDIS) - foi decidida a suspensão dos preços deste serviço anunciados pela PT Comunicações, pelo facto de estes não serem compatíveis com o princípio da orientação para os custos, e a redução em 10% daqueles preços face ao preço praticado no final de 2000;

e) Indicadores de qualidade para o SFT - após uma primeira consulta aos interessados, foi preparada uma proposta consolidada para discussão no Conselho Consultivo do ICP, que emitiu um parecer sobre o assunto, tendo a adopção destes indicadores transitado para 2002.

1.3. PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA (ORA/ONP) - GESTÃO DE RECURSOS ESCASSOS

A promoção de redes abertas exige a regulação da numeração, endereçamento e atribuição de números, e a gestão do espectro radioelétrico.

1.3.1. Numeração

No âmbito do Plano Nacional de Numeração (PNN), desenvolveu-se uma base de dados estatística para aferir o nível de utilização dos recursos de numeração, seleccionáveis a partir do tipo de recurso, estado do recurso e prestador. A título ilustrativo, apresentam-se no quadro seguinte os números atribuídos pelo ICP.

QUADRO 1 TABLE 1

NÚMEROS ATRIBUÍDOS PELO ICP NUMBERS ALLOCATED BY THE ICP

	2001	2000	antes de 2000 before 2000	Total
Números geográficos Geographical numbers				
Área geográfica de Lisboa Lisbon area	180.000	130.000	3.890.000	4.200.000
Área geográfica do Porto Porto area	60.000	70.000	1.810.000	1.940.000
Restantes áreas geográficas Other areas	350.000	1.580.000	15.870.000	17.800.000
Números não geográficos Non geographical numbers				
Serviços de dados* Data services*	200.000	200.000	3.700.000	4.100.000
Os outros serviços não geográficos (exclui serviços de audiotexto) Other non-geographical numbers (excludes audiotext)	1.320.000	300.000	580.000	2.200.000

*Inclui 41 ISP; 100.000 números consumidos por ISP

*41 ISP included; 100.000 numbers consumed per ISP

1.3. PROMOTION OF OPEN NETWORK PROVISION (ONP) - MANAGEMENT OF SCARCE RESOURCES

The promotion of open network provision entails the regulation of numbering, addressing and number assignment, as well as management of the radio spectrum.

1.3.1. Numbering

As part of the National Numbering Plan, a database was developed to check the level of use of numbering resources, that can be searchable by type of resource, state and provider. The following table indicates the numbers allocated by the ICP.

1.3.2. Gestão do espectro radioelétrico

No contexto da gestão do espectro radioelétrico, destacam-se as seguintes acções:

- a) Adequação das licenças radioelétricas ao novo regime de licenciamento de redes e estações de radiocomunicações - de acordo com a competência cometida ao ICP para proceder às alterações necessárias às licenças radioelétricas emitidas, bem como à emissão de novos títulos, no prazo de um ano após a entrada em vigor do regime instituído pelo Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20 de Julho, procedeu-se à adequação das licenças radioelétricas ao novo regime de licenciamento de redes e estações de radiocomunicações;

1.3.2. Management of the radio spectrum

In terms of management of the radio spectrum, the following measures should be noted:

- a) Adjustments to the arrangements for licensing radio stations and networks - in line with the ICP's responsibility to carry out all the necessary modifications to existing licensing arrangements and release of new licenses within a year after the entry into force of Decree-Law no. 151-A/2000 dated the 20th of July, where considerable changes were introduced to the regulatory framework governing the authorization for the use of radio stations and networks;

QUADRO 2 TABLE 2

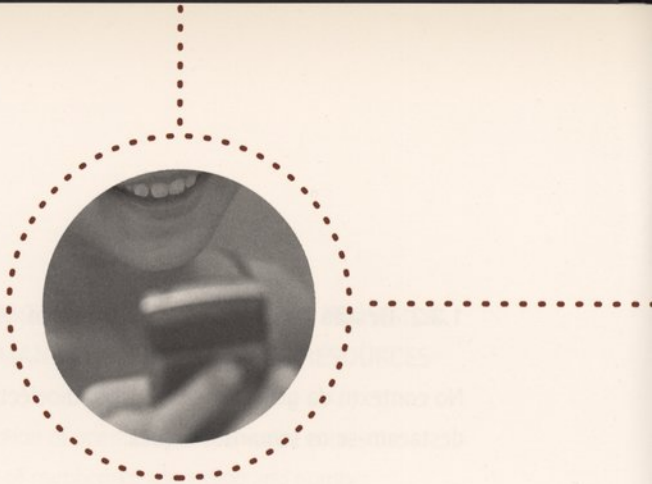
ADEQUAÇÃO AO NOVO REGIME DE LICENCIAMENTO DE REDES DE RADIOCOMUNICAÇÕES ADJUSTMENT TO THE NEW REGIME FOR LICENSING OF RADIO NETWORKS AND STATIONS

	Reorganização e transferência de estações	Emissão de licenças de estação	Emissão de licenças de rede
	Reorganisation and transferral of stations	Granting of station licences	Granting of network licences
Rádiodifusão Broadcasting Service	981	981	-
Serviço Fixo Fixed service	2.128	-	216
Serviço Móvel Terrestre (redes privadas) Land Mobile Service (private networks)	63.799	-	2.794
Serviço Móvel Marítimo e Aeronáutico Aeronautical and Maritime Mobile Service	785	785	-
Com. Públicas - Serviços Móveis Public Communications - Mobile services	4.698	-	9
Serviço de Amador Amateur	5.477	-	-
Outros Serviços Other Services	134	134	-

- b) Licenciamentos - as alterações introduzidas com o novo regime de licenciamento, em particular, o estabelecimento de dois tipos de licenças (licenças de estação e licenças de rede), não permitem uma análise evolutiva do número de licenças atribuídas em 2001, comparativamente aos anos anteriores. Não obstante, de acordo com a evolução verificada no 2º semestre do ano 2001, foi significativo o acréscimo registado no número de licenças de

- b) Licensing - the changes made due to the new regime, particularly the setting up of two distinct types of licences (station licences and network licences), do not allow for comparative analysis of the number of licences granted in 2001. Despite this, based on the growth seen in the second half of 2001, there was a significant increase in the number of licences for networks in the fixed service, both in terms of radio links (72%) and Fixed

redes do serviço fixo, tanto ao nível dos feixes hertzianos (72%) como ponto multiponto FWA (50%). Mantém-se a tendência registada no ano anterior de redução do número de licenças dos serviços de amador e rádio pessoal - banda do cidadão;



QUADRO 3 TABLE 3
LICENÇAS EM VIGOR
CURRENT LICENCES

	4º Trim. 2001 4th Quarter, 2001		2º Trim. 2001 2nd Quarter, 2001	
	Licenças de Estação Station Licences	Licenças de Rede Network Licences	Licenças de Estação Station Licences	Licenças de Rede Network Licences
Serviço de Radiodifusão Broadcasting Service	1.086	-	1.074	-
Serviço Fixo Fixed Service				
Fixo - Ponto Multiponto FWA Fixed service - FWA Point Multipoint	-	9	-	6
Fixo - Feixes Hertzianos Radio Links	-	163	-	95
Fixo - Monovias Radio Links - One Channel	-	49	-	51
Fixo - Onda Curta Fixed Service - Short Wave	14	-	14	-
Fixo - Satélite Fixed Satellite Service	35	-	35	-
Serviços Móveis Mobile Services				
Serviço Móvel Terrestre - Privativas Land Mobile Service - Private	-	2.728	-	2.762
Serviço Móvel Aeronáutico Aeronautical Mobile Service	221	-	221	-
Serviço Móvel Marítimo Maritime Mobile Service	575	-	577	-
Comunicações de Uso Público Communications for Public Use				
Chamada de pessoas - Público Paging - Public	-	4	-	4
Serviço Móvel Recursos Partilhados Mobile Trunking Service	-	2	-	2
Serviço Móvel Terrestre - Público Land Mobile Service - Public	-	3	-	3
Outros Other	37	-	14	-
Amadores Amateurs	5.427		5.486	
Banda do Cidadão - licenças activas Citizens' Band - active licences	21.920		22.834	
Banda do Cidadão - utilizadores registados Citizens' Band - registered users	1.310		13.710	

c) Desenvolveram-se, ainda, acções visando a criação de disponibilidade espectral para novas coberturas

Wireless Access- FWA (50%). The downward trend in the number of licences granted for the amateur service and

T-DAB, que possibilitem o acesso das rádios locais a este novo sistema, designadamente as relacionadas com a planificação nacional e coordenação europeia;

- d) Adopção das Decisões ERC (Comité Europeu de Radiocomunicações, da CEPT) sobre o estabelecimento de uma base de dados regulamentar relativa aos regimes de licenciamento aplicáveis a redes e serviços de telecomunicações, bem como as relativas a equipamentos de pequena potência e curto alcance, designadamente de harmonização de frequências, características técnicas e isenção de licença individual;
- e) Igualmente se adquiriu um sistema de gestão do espectro, suporte fundamental que irá permitir a informatização integrada da gestão do espectro radioeléctrico.

1.4. PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA (ORA/ONP) - EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS

A promoção de redes e mercados abertos implica, igualmente, a imposição de condições de normalização ao nível dos equipamentos de telecomunicações e a respectiva fiscalização. Esta função exige o acompanhamento do mercado de equipamentos.

Por outro lado, torna-se necessário impor condições de normalização e harmonização das infra-estruturas de telecomunicações em edifícios e para responsabilização das entidades envolvidas na sua instalação.

1.4.1. Monitorização de equipamentos de telecomunicações

A verificação da colocação no mercado de equipamentos de rádio que não funcionam em faixas harmonizadas em toda a União Europeia registou em 2001 um acréscimo considerável. Apenas 21,7% das notificações recebidas estavam incorrectas, respeitando as incorrecções mais frequentes a indicações de faixas de frequência atribuídas exclusivamente a outros serviços (25%), às antenas

citizens' band seen in the previous year was maintained;

- c) Steps were also taken with the aim to safeguard spectrum availability for new T-DAB coverages, especially those concerning national planning and European co-ordination in order to allow local radios to access the new technology;
- d) Adoption of ERC (European Radiocommunications Committee of CEPT) Decisions on establishing a regulatory database for the licensing regimes applicable to telecom services and networks, as well as those concerning low-power and short-range devices (SRDs), namely frequency harmonisation, technical characteristics, and individual licence exemption;
- e) An integrated spectrum management system was also set up. This was a fundamental step towards the implementation of fully automated tools to perform frequency management.

1.4. PROMOTION OF OPEN NETWORK PROVISION (ONP) - EQUIPMENT AND INFRASTRUCTURE.

The promotion of open markets and networks also entails the standardization of telecommunications equipment and the inspection that this implies. This requires that the equipment market be closely followed.

It also becomes necessary to standardize and harmonise conditions on telecommunications infrastructure in buildings and for the parties involved in installing same to be answerable for the quality of their work.

1.4.1. Monitoring of telecommunications equipment

The control of radio equipment that works outside the harmonised bands set by the European Union saw a considerable rise in 2001. Just 21.7% of the notifications received were incorrect, with the most frequent errors concerning frequencies exclusively attributed to other services (25%), antenna equipment (17%), duty cycle limits (14.9%) and the lack of a European contact point (10%).

dos equipamentos (17%), aos limites para duty cycle, ou seja, ciclo de funcionamento (14,9%) e à ausência de ponto de contacto europeu (10%).

QUADRO 4 TABLE 4

ACÇÕES RELATIVAS A NOTIFICAÇÕES NO ÂMBITO DA DIRECTIVA R&TTE – NOTIFICAÇÕES 6.4
ACTIONS REGARDING NOTIFICATIONS UNDER THE R&TTE DIRECTIVE – NOTIFICATIONS 6.4

	2001	2000
Notificações recebidas Notifications received	1.519	647

1.4.2. Fiscalização de equipamentos de telecomunicações

As restantes acções de verificação no mercado de equipamentos registaram em 2001 uma alteração de actuação, tendo-se dado primazia às acções com recolha e análise de declarações de conformidade e de documentação técnica, o que pode ser observado nos quadros seguintes. Cerca de 82% dos equipamentos objecto de acções de verificação de equipamento no mercado foram analisados na óptica da compatibilidade electromagnética, sendo que 47,6% dos modelos analisados respeitaram a equipamentos informáticos e de escritório. Ao nível das acções com recolha e análise de declarações de conformidade e de documentação técnica, 58,7% das análises realizadas relacionaram-se igualmente com equipamentos informáticos.

1.4.2. Inspections of telecommunications equipment

The remaining inspections made to the equipment market changed in 2001, with the priority changing to collecting and inspecting conformity declarations and technical documents, as can be seen in the following tables. Around 82% of the pieces of equipment inspected were checked for electromagnetic compatibility, with 47.6% of the items analysed being computer and office equipment. With regard to the collection and analysis of conformity declarations and technical documents, 58.7% of the inspections carried out were also of computer equipment.

QUADRO 5 TABLE 5

MERCADO DE EQUIPAMENTOS
EQUIPMENT MARKETS

	2001	2000
Acções de verificação de equipamento no mercado Number of equipment inspection visits made	402	1.071
Equipamentos verificados Number of items inspected	3.777	4.277
Acções com recolha de equipamentos para ensaios em laboratório (equipamentos recolhidos) Number of pieces of equipment collected for laboratory tests	26	54
Acções com recolha e análise de declarações de conformidade e de documentação técnica (dossier técnico de instrução) Number of actions taken to analyse conformity declarations and technical documents (technical instruction manual)	254	105
Declarações de conformidade e documentação técnica recolhida Number of declarations of conformity and technical documents collected	832	494

QUADRO 6 TABLE 6

NOTIFICAÇÕES DE COMPATIBILIDADE DE ELECTROMAGNÉTICA
NOTIFICATION OF ELECTROMAGNETIC

	2001	2000
Notificações recebidas Notifications received	82	210

1.4.3. ITED - Infra-estruturas de telecomunicações em edifícios

No contexto do Decreto-Lei nº 59/2000, de 19 de Abril, que estabelece o novo regime de instalação das infra-estruturas de telecomunicações em edifícios e respectivas ligações às redes públicas de telecomunicações, bem como o regime da actividade de certificação das instalações e avaliação de conformidade de equipamentos, materiais e infra-estruturas (ITED), destacam-se as seguintes medidas:

- Lançamento de uma consulta pública sobre o "Manual ITED", que inclui novas prescrições e especificações técnicas traduzindo a actual realidade tecnológica, regulamentar e de mercado. Este manual visa, também, facilitar a tarefa de todas as entidades envolvidas;
- Aprovação dos critérios de preenchimento do modelo de certificado de conformidade a emitir pelas entidades certificadoras, bem como os procedimentos de avaliação de conformidade;
- Registo de entidades certificadoras e inscrições de técnicos projectistas e técnicos instaladores, ilustrado no quadro seguinte.

1.4.3. ITED - Telecommunications infrastructures in buildings

In the context of Decree-Law no. 59/2000 of 19 April, that regulates the installation of telecommunications infrastructure in buildings and its links to public telecom networks, as well as the activities of certification of installations and the verification of conformity of equipment, materials and infrastructure, the following measures were carried out:

- Launch of a public consultation on the "ITED Manual", which includes a new framework and technical specifications to incorporate today's technological, market and regulatory situation. This manual also aims to make the task easier for all parties involved in the process;
- Sanctioning of the filling criteria of conformity certificates issued by certification bodies, as well as of conformity evaluation procedures;
- Registration of certification bodies and project technicians and installation technicians, outlined in the following table:

QUADRO 7 TABLE 7

ITED
ITED

	2001	2000
Entidades certificadoras registadas Number of certification entities registered	10	-
Novas inscrições de técnicos projectistas e técnicos instaladores Newly registered project technicians and installation technicians	1.387	45
Renovações de ex-RITA (Técnicos e Empresas) Reapplications from ex-RITA (technicians and Companies)	-	6.092

1.5. PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

À promoção de mercados abertos e concorrenciais estão também associados o licenciamento e a autorização de operadores de rede e prestadores de serviços de comunicações e a fiscalização das obrigações respectivas.

1.5.1. Mercado de telecomunicações

No âmbito do mercado de telecomunicações, destacam-se as seguintes acções desenvolvidas pelo ICP em 2001:

a) Actividade de registo e licenciamento de serviços de telecomunicações, que se encontra reflectida no quadro seguinte:

QUADRO 8 TABLE 8
REGISTOS/LICENÇAS/AUTORIZAÇÕES - TELECOMUNICAÇÕES
REGISTRATIONS/LICENCES/AUTHORISATIONS - TELECOMMUNICATIONS

	2001	2000
Registos de prestadores de telecomunicações de uso público Telecommunications for public use operators registered	17	27
Licenças para a prestação do serviço fixo de telefone Licences for providing fixed telephone services	7	10
Licenças de operador de redes públicas de telecomunicações Licences for operating public telecommunications networks	9	13
Autorizações para a actividade de distribuição por cabo Authorisations for CATV	1	4
Licenças para exploração de sistemas móveis de 3ª geração (IMT2000/UMTS) Licences for 3rd generation mobile operators (IMT2000/UMTS)	4	-
Licença para exploração de plataforma de televisão digital Licence for digital television platform	1	-
Registos para a prestação de serviços de audiotexto Registration for providing audiotext services	13	21

b) Realização de diversas auditorias a operadores e prestadores de serviços, sublinhando-se as acções relativas à verificação do início de actividade no quadro das licenças para o acesso fixo via rádio (FWA) e à validação dos indicadores estatísticos remetidos ao ICP no âmbito do serviço móvel com recursos partilhados (trunking) e das redes de distribuição de televisão por cabo.

1.5. PROCEDURES FOR LICENSING, AND AUTHORIZATION AND MONITORING OF OBLIGATIONS.

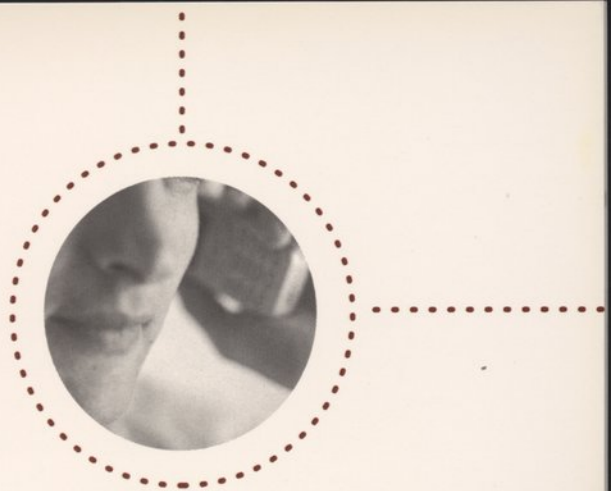
The licensing and authorisation of network operators and communications service providers, and the monitoring of their respective obligations are also part of promoting an open market.

1.5.1. Telecommunications market

In the telecommunications market the following steps taken by the ICP in 2001 are of particular note:

a) Registration and licensing of telecommunications services, outlined in the following table:

b) Carrying out of various audits on operators and service providers, with special emphasis on the monitoring of the launch of fixed wireless access (FWA) services and the validation of the statistical indicators presented to the ICP as part of mobile trunking services and cable television distribution networks.



1.5.2. Serviços postais

Como já anteriormente referido, iniciou-se em 2001 a atribuição de licenças e autorizações aos prestadores de serviços postais em regime de concorrência, com base no novo regime legalmente consagrado, que introduziu a necessidade de licença para os serviços postais não reservados abrangidos no âmbito do serviço universal e de autorização para os serviços postais não reservados e não abrangidos no âmbito do serviço universal. Este regime prevê ainda a dispensa de título habilitante adicional para os serviços postais não reservados e não abrangidos no âmbito do serviço universal, prestados pela empresa concessionária do serviço postal universal, CTT - Correios de Portugal. As licenças e autorizações atribuídas em 2001 constam do quadro seguinte:

1.5.2. Postal services

As has already been mentioned, the granting of licences and authorisations for providing postal services began in 2001. This step was taken in line with the newly approved regulatory framework that established a need to assign licences for non-reserved postal services within the universal service boundaries, and authorisations to provide non-reserved postal services that are not part of the universal service. The licences granted in 2001 appear in the following table:

QUADRO 9 TABLE 9

LICENÇAS/AUTORIZAÇÕES – SERVIÇOS POSTAIS
LICENCES/AUTHORISATIONS – POSTAL SERVICES

	2001
Licença para prestação de serviços postais não reservados incluídos no âmbito do serviço universal Licence for non-reserved postal services within the boundaries of universal service	1
Autorizações para prestação de serviços postais não reservados não incluídos no âmbito do serviço universal Authorisations to provide non-reserved postal services not included in the universal service	5

2

DEFESA DOS UTILIZADORES E CONSUMIDORES E A GARANTIA DE UM SERVIÇO UNIVERSAL (2º EIXO ESTRATÉGICO DE ACTUAÇÃO DO ICP CONSAGRADO NO PLANO DE ACTIVIDADES)

Por forma a garantir a complementaridade entre os objectivos económicos e sociais da política de comunicações, o ICP manteve em 2001 um papel activo na defesa dos direitos dos cidadãos e dos consumidores e na garantia da prestação de um serviço universal.

Em particular no que diz respeito à salvaguarda do serviço universal, o ICP fiscalizou as obrigações de serviço universal da PT Comunicações e dos CTT - Correios de Portugal, ou seja, a disponibilização de determinados serviços com uma determinada qualidade, a preços acessíveis, independentemente da localização geográfica, da condição socioeconómica e das necessidades especiais de grupos de utilizadores vulneráveis, tais como idosos, deficientes ou outros com necessidades específicas.

2.1. GARANTIA DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES E DOS UTILIZADORES

No que respeita à garantia dos direitos de consumidores e utilizadores, destacam-se os seguintes factos relevantes:

- a) Atendimento de reclamações sobre serviços de comunicações - foi atendido no ICP um grande número de reclamações dos consumidores em geral relativamente aos diversos prestadores de serviços,

2

PROTECTION OF CONSUMER AND USER RIGHTS AND GUARANTEEING A UNIVERSAL PRODUCT (2ND STRATEGIC AREA OF ACTION IN ICP'S PLAN OF ACTIVITIES)

In 2001, the ICP played an active role in the defence of consumers' rights and guaranteed a universal service, so that it could guarantee that the communications policy social and economic objectives are complementary.

In terms of guaranteeing a universal service, ICP inspected the universal service obligations of PT Comunicações and CTT - Correios de Portugal. That is, ICP made sure they provided certain services, with a certain level of quality and reasonable prices, regardless of the location, social or economic conditions of the consumer, or special needs of senior citizens, the disabled or other.

2.1. PROTECTING CONSUMER AND USER RIGHTS

The relevant points relating to the protection of consumer and user rights follow:

- a) The handling of communications services complaints - a large number of complaints were handled by the ICP from consumers regarding service providers. There were 115% more complaints, in absolute terms, in 2001, than in the previous year.



tendo-se registado em 2001, em termos absolutos, um crescimento de 115% face ao ano anterior.

QUADRO 10 TABLE 10

	2001	2000
Reclamações sobre serviços de comunicações recebidas no ICP Complaints about communications services received by the ICP	1.228	572

O maior número de reclamações esteve associado aos serviços de audiotexto e ao serviço fixo de telefone (SFT). As reclamações respeitantes ao SFT relacionaram-se maioritariamente com questões sobre pré-selecção, facturação, reparação de avarias e contratos de adesão. As reclamações relativas aos correios prenderam-se, sobretudo, com a violação de encomendas;

The largest number of complaints concerned audiotext and fixed telephone services (FTS). Most complaints regarding FTS had to do with questions about pre-selection, invoicing, repairing malfunctions and contracts. Complaints about postal services concern the mishandling of packages;

QUADRO 11 TABLE 11
DISTRIBUIÇÃO DAS RECLAMAÇÕES POR SERVIÇOS
COMPLAINTS BY SERVICE TYPE

	2001	2000
Serviço fixo de telefone Fixed telephone	238	105
Serviço móvel terrestre Mobile telephone	97	101
Audiotexto Audiotext	790	318
Transmissão de Dados Data transmission	48	14
TV Cabo Cable television	31	17
Correios Postal services	10	5
Outros Other	14	12



b) Atendimento de reclamações sobre interferências - as reclamações relativas a interferências na recepção de televisão analógica registaram em 2001 uma redução significativa, na ordem dos 40%, devido à crescente adesão à televisão por cabo. Apenas um quarto das reclamações foram efectivamente interferências confirmadas, constatando-se que as restantes não representavam verdadeiras interferências, mas apenas deficiências de instalação;

b) The handling of interference-related complaints - complaints relating to interference in analogue television reception saw a significant drop - 40% - in 2001. This was primarily due to new cable television clients. Only a quarter of the complaints were confirmed cases of interference, while the remainder were not considered true interference but improperly installed equipment;

QUADRO 12 TABLE 12
RECLAMAÇÕES DE INTERFERÊNCIAS NA RECEPÇÃO DE TELEVISÃO ANALÓGICA
COMPLAINTS OF INTERFERENCE IN ANALOGUE TELEVISION RECEPTION

	2001	2000
Reclamações recebidas Complaints received	446	724
Interferências confirmadas Confirmed interference	25%	28%
Interferências não confirmadas (deficiências de instalação) Unconfirmed interference cases (improper installation)	75%	72%

c) Limitação da exposição da população aos campos electromagnéticos (0Hz - 300GHz) - a temática da exposição a radiações electromagnéticas não ionizantes mereceu atenção cuidada, tendo sido deliberada pelo ICP a adopção dos níveis de referência fixados pela União Europeia, na Recomendação do Conselho 1999/519/CE, de 12 de Julho de 1999, aplicáveis enquanto parâmetro técnico a todas as estações de radiocomunicações.

Simultaneamente, assistiu-se em 2001 a uma crescente preocupação do público em geral com as questões associadas à instalação de antenas de estações de radiocomunicações, em particular as estações de base do serviço móvel terrestre, tendo-se verificado um aumento do número de solicitações nesta área. Foram, assim, recebidas 101 solicitações (contra 7 em 2000), que implicaram a respectiva análise, em local, com o objectivo de avaliar e garantir o cumprimento dos níveis de

c) Limiting the population's exposure to electromagnetic fields (0Hz-300GHz) - the problem of non-ionised electromagnetic radiation exposure received special attention, as the ICP adopted the levels fixed by the European Union in Recommendation of the Council 1999/519/EC of 12 July 1999, applicable to all radio communications stations.

The year 2001 also saw a rise in general public concern over the installation of radio communications station antennae, particularly for mobile telephone services. There were 101 such requests in 2001 (versus 7 in 2000); this implied inspecting each location to guarantee that the adopted levels were met. Some 85 station evaluations were carried out, and the levels were at least 50 times less than those set as reference by the EU Recommendation for the power flux density. There were only two cases where operators were

referência adotados. Ficaram concluídos, no mesmo período, 85 processos, apontando os resultados apurados para valores pelo menos 50 vezes inferiores aos valores de referência indicados na Recomendação para a densidade do fluxo de potência. Apenas em dois casos, os operadores foram chamados a alterar as condições de instalação, o que fizeram.

called to make some installation changes, which they responded to.

QUADRO 13 TABLE 13

**SOLICITAÇÕES SOBRE A INSTALAÇÃO DE ANTENAS DE RADIOCOMUNICAÇÕES
REQUESTS TO INSPECT INSTALLATION OF RADIOCOMMUNICATIONS ANTENNAE**

	2001
Pedidos de análise recebidos pelo ICP Number of requests received by ICP	101
Processos concluídos, com análise em local para avaliação dos níveis de referência Inspections carried out and concluded, to evaluate levels	85

Mediante proposta do ICP, foi igualmente decidida a criação de um grupo de trabalho interministerial, composto por representantes dos Ministros de Saúde (cujo representante coordenará o trabalho do grupo), do Equipamento Social, da Economia e da Ciência e Tecnologia. Esta decisão foi concretizada através do despacho conjunto nº 8/2002, subscrito pelos ministros respectivos em 27 de Novembro de 2001. A este grupo de trabalho competirá analisar a Recomendação do Conselho nº 1999/519/CE, de 12 de Julho de 1999, propor um quadro de restrições básicas e níveis de referência adequados e elaborar propostas de actuação concretas;

As part of an ICP proposal, an agreement was reached to create an inter-ministry team, composed of representatives from the Health Ministry, (who will lead the team) the Infrastructure Ministry, the Economy Ministry and the Science and Technology Ministry. This decision was made through Joint Order no. 8/2002, signed by the respective ministers on 27 November 2001. The team will be responsible for analysing Recommendation of the Council no. 1999/519/EC, of 12 July 1999, and will propose a set of basic restrictions to follow and put together and propose concrete actions.

d) Barramento dos serviços de audiotexto - com a entrada em vigor, em 25 de Agosto de 2001, da Lei nº 95/2001, de 20 de Agosto, os serviços de audiotexto passaram a estar barrados como regra. O novo regime impôs aos prestadores do serviço de suporte, normalmente os prestadores do serviço fixo de telefone (SFT), a obrigação de barramento, só podendo o acesso ser activado, genérica ou selectivamente, mediante pedido expresso nesse sentido apresentado pelos respectivos clientes. Apenas se exceptuam desta regra - barramento - os serviços de audiotexto de televoto (a que

d) Audiotext services call barring - starting on 25 August 2001, based on Decree-Law no. 95/2001 of 20 August, audiotext services were barred as a rule. The new law obliged support service providers, normally fixed telephone service (FTS) providers, to block all audiotext calls; the service can only be activated, generically or selectively, if the client presents a formal request to do so. The only exception to this rule is for televoting audiotext services (607 prefix). This service is automatically provided when the contract between the user and the service provider begins. Also, the penalty for failing to comply with this rule was increased.

corresponde o código 607), cujo acesso é automaticamente facultado a partir da entrada em vigor do contrato celebrado entre o utilizador e o prestador do serviço de suporte. Foram, igualmente, reforçadas as penalizações por incumprimento;

e) Fixação da caução exigível nos casos de restabelecimento do serviço fixo de telefone (SFT) - após consulta promovida junto dos prestadores de SFT, foi adoptado pelo ICP o valor de 9.000\$00 (nove mil escudos) para a caução por estes exigível nos casos de restabelecimento do serviço, na sequência de interrupção decorrente de incumprimento contratual imputável ao consumidor. A aplicação desta caução resulta directamente do Decreto-Lei nº 195/99, de 8 de Junho, que estabelece o regime de prestação de cauções no âmbito dos serviços públicos essenciais;

f) Contactos permanentes com associações de consumidores, nomeadamente com a DECO no âmbito do protocolo estabelecido em 2000, e com o Instituto do Consumidor, em matérias sectoriais que envolvem a protecção dos direitos do consumidor.

2.2. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A disponibilização de mais e melhor informação aos consumidores e utilizadores em geral foi considerada uma prioridade, nomeadamente através da crescente utilização do sítio do ICP como instrumento privilegiado para o efeito. Pretende-se que o sítio se assumia cada vez mais como uma referência inequívoca para os diversos intervenientes no sector, quer em termos de informação genérica quer especializada (áreas temáticas), garantindo-se que nele são publicadas, em tempo útil, as deliberações com impacto externo adoptadas pelo Conselho de Administração do ICP.

Assim, o sítio do ICP, enquanto ferramenta fundamental da política de comunicação, foi objecto de actualização permanente, no tocante à sua versão portuguesa e à versão inglesa. Além disso, iniciou-se em 2001 um processo de reestruturação profunda do sítio, tanto



e) Maximum financial guaranty demanded by fixed telephone service (FTS) providers - after consulting with FTS providers, the ICP approved a PTE 9,000 (nine thousand escudos) maximum guaranty to be demanded by FTS providers in case of reconnection following interruption of service for clients who fail to comply with their contract. This fee was established as a result of Decree-Law no. 195/99 of 8 June, which set guidelines for these types of guaranties to be charged by essential public services providers;

f) There is constant contact with consumer associations, namely with DECO under terms of the protocol established in 2000 and with the Instituto do Consumidor (Consumer Institute), in sectorial matters involving the protection of consumers rights.

2.2. INFORMATION AVAILABILITY

The ICP considered it a priority for consumers and users in general to have access to more and better information, namely through increased use of its website to that end. The ICP expects its website to increasingly serve this purpose for the many and diverse players in the sector, either for general or more specialised information. The Institute aims to ensure that decisions made by the Board of Administration, which it deems will have external impact, are made public in a timely fashion.

As a result, the ICP's website, used as a fundamental tool of the Institute's communication policy, was subject to constant renovations and updates, both in the Portuguese version and the English version. In 2001, the ICP's website underwent serious restructuring, encompassing its graphic image and functional capabilities; site visitors were provided with

ao nível da imagem gráfica, como da arquitectura funcional de informação, visando a apresentação de novas áreas e conteúdos informativos, incluindo um balcão virtual. Nesse contexto, e com o intuito de conhecer o perfil e as necessidades dos utilizadores, foi efectuado em 2001 um questionário on-line, cujos resultados, juntamente com o desenvolvimento de uma aplicação de gestão de conteúdos, assumiram importância essencial para a total renovação do sítio.

A concretização dessa renovação e o consequente lançamento do novo sítio do ICP só ocorreram, porém, já no ano 2002. As recomendações da Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação (CISI), bem como as emanadas de outras entidades, foram tomadas como referência nesse processo de renovação, tendo sido dada especial atenção aos cidadãos com necessidades especiais.

No âmbito da disponibilização de informação ao mercado, com realce para os consumidores, há a referir a realização e publicação do estudo sobre a Aferição da Qualidade de Serviço das Redes Móveis (QoS - GSM), cuja recolha de medidas no terreno foi desenvolvida pelo ICP. Tanto os operadores do serviço móvel terrestre - TMN, Telecel e Optimus - como a DECO estiveram envolvidos na definição da metodologia seguida, tendo acompanhado os trabalhos de campo. Ao contrário do que sucedeu em 2000, este estudo englobou as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, para além do território do Continente.

Podem ainda ser identificadas outras acções desenvolvidas, que visaram sobretudo promover a imagem do ICP e do sector e a divulgação de informação relevante para o mercado:

- a) Publicação do Anuário Estatístico dos Mercados de Comunicações - 2000;
- b) Relatórios sobre a Percepção da Qualidade dos Serviços Postais (1999 e 2001);
- c) Estudo sobre a Evolução de Preços do Serviço Postal (1989-2000);

new areas and new content, as well as an online attendance service. Also, in 2001 the ICP had users fill out an online questionnaire in order to better understand customer profiles and needs. Results of the survey, along with the development of a content management application, were key in the site's renovation.

However, the final renovated product was only finished and subsequently launched in 2002. Recommendations made by the Interministerial Commission for the Information Society (CISI), among others, were taken into account in the renovation process. Special attention was paid to citizens with special needs.

In terms of providing information to the market, especially to consumers, special attention should be given to publication of the report entitled Measuring the Service Quality of Mobile Networks - QoS-GSM, which used data collection methods developed by the ICP. Mobile telephone operators - TMN, Telecel e Optimus - as well as DECO were involved in defining the method to be followed, and contributed to the fieldwork. Contrary to what happened in 2000, this study included, in addition to mainland Portugal, the autonomous regions of the Azores and Madeira.

Other activities undertaken to promote the ICP's image and that of the sector, and to disseminate relevant market information included:

- a) The publication of the Statistical Yearbook for the Communications Market - 2000);
- b) Reports on Perception of the Quality of Postal Services, 1999 and 2001;
- c) Report on the Evolution of Postal Service Prices, 1989-2000;



d) Estudo sobre Comparações Internacionais de Preços do Serviço de Aluguer de Circuitos (2001);

e) Edição dos 12 números mensais do boletim SPECTRU;

f) Publicação do livro e do filme "Tomás e o Espectro Radioelétrico", cuja divulgação é promovida, com carácter regular, através da Fundação Portuguesa das Comunicações, por ocasião das visitas escolares que regularmente têm lugar;

g) Desenvolvimento do processo de criação da nova imagem do ICP associada à sua nova designação - ANACOM - e respectiva aplicação nos diversos suportes.

O ICP esteve ainda envolvido nas seguintes acções:

a) 3ª edição do Prémio da Fundação Portuguesa das Comunicações;

b) Concurso Epistolar, promovido, ao nível mundial, pela União Postal Universal (UPU), o qual, em Portugal, resulta da actividade conjunta do ICP e dos CTT;

c) Preparação das comemorações dos 150 Anos do MES, a realizar em Outubro de 2002, em cujo grupo de trabalho está representado.

2.3. PROMOÇÃO DE UM SERVIÇO UNIVERSAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Durante o ano 2001, foram desenvolvidas as seguintes acções com o objectivo de garantir o cumprimento das obrigações de serviço universal da PT Comunicações:

a) Lançamento de uma consulta pública sobre a oferta de postos públicos pelo prestador de serviço universal, cujo objectivo foi a recolha de informação e opiniões sobre os critérios de dispersão geográfica, de densidade populacional e de utilidade pública a que deve obedecer a instalação e exploração de postos públicos para acesso ao serviço fixo de telefone (SFT), no âmbito do serviço universal;

d) Report on the Comparison of International Prices in Leased Line Services, 2001;

e) Publication of the 12 monthly issues of the SPECTRU bulletin;

f) Publication of a book and film, "Tomás e o Espectro Radioelétrico" (Thomas and the Radio Spectrum), which are distributed on a regular basis by the Portuguese Communications Foundation during school visits;

g) Development of the ICP's new image, along with its new designation - ANACOM - and the respective application in the various areas.

The ICP was also involved in the following activities:

a) The 3rd Portuguese Communications Foundation Award;

b) The letter-writing competition promoted all over the world by the Universal Postal Union (UPU) and organised in Portugal by the ICP and CTT;

c) Preparation of commemorations for the 150th anniversary of the Infrastructure Ministry, to take place in October 2002. The ICP is represented on the respective working group.

2.3. PROMOTION OF A UNIVERSAL TELECOMMUNICATIONS SERVICE

During 2001, the following activities were developed by the ICP to guarantee that PT Comunicações complies with the obligations of universal service:

a) The ICP began a public consultation of the universal service provider's network of public pay phones. Its aim was to gather information and opinions on the geographical location, population density, and public service criteria that PT Comunicações must comply with in what regards the installation and management of public pay phones;

b) Modifications to the provision of telephone books

b) Alterações da oferta de listas e serviços informativos associados ao serviço universal - na sequência de deliberações anteriores, foi determinado pelo ICP que a PT iniciasse os procedimentos conducentes à elaboração, publicação e disponibilização de listas telefónicas incluindo os clientes de outros prestadores do serviço fixo de telefone que não a PT e os clientes do serviço telefónico móvel, devendo incluir os dados dos clientes de outros prestadores do serviço fixo de telefone que não a PT e do serviço telefónico móvel no serviço informativo, bem como alterar a estrutura da apresentação do registo dos clientes nas listas telefónicas e dos ficheiros de recolha de informação. Simultaneamente, o ICP iniciou a análise das regras conducentes à formação de eventuais preços máximos aplicáveis no âmbito deste serviço, tendo para o efeito promovido uma auditoria;

c) Fiscalização do cumprimento das regras de fixação de preços - o ICP procedeu à verificação da conformidade da proposta de tarifários do SFT com as regras de fixação de preços definidas no âmbito do diploma que rege o serviço universal. Em 2001, os preços nominais do serviço fixo de telefone praticados pela PT Comunicações registaram, em termos globais, uma redução. As reduções mais acentuadas verificaram-se nas comunicações regionais e interurbanas, respectivamente, sendo que a assinatura de linha analógica foi a única componente com um acréscimo de preço;

and directory services associated to universal service - after prior deliberations, the ICP concluded that PT should start work on publishing a telephone book that includes the customers of fixed telephone service providers other than PT, as well as those of the mobile telephone service providers. Also, PT is to provide in directory inquiries data on customers of other fixed telephone service providers and those of mobile telephone service providers. The ICP also asked PT to alter the presentation of customer entries in the telephone directory and in their respective information files. Simultaneously, the ICP began an analysis of rules for applying maximum tariffs for this service; the Institute undertook an audit specifically for this end;

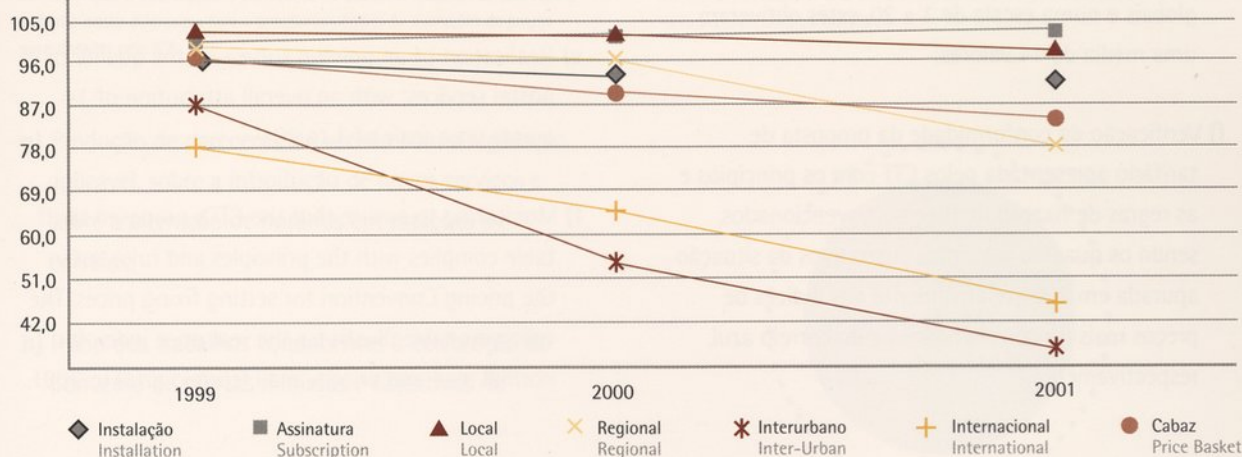
c) Monitoring of compliance with price-setting rules - the ICP proceeded to verify that the tariff proposals made by PT Comunicações complied with the universal service pricing principles and rules. In 2001, nominal prices for fixed telephone service as a whole, as practised by PT Comunicações, were lower than the previous year. The sharpest drops came under regional and inter-urban calls, respectively. The monthly fee for an analogue line was the only category that rose in price.

Nota: O índice de preços calculado é estático, ou seja, são utilizados os mesmos ponderadores para todos os anos da série. Os ponderadores utilizados correspondem à informação mais recente de que o ICP dispõe. Por esta razão, poderão existir diferenças face a anteriores versões de evoluções de peças apresentadas pelo ICP.

Note: This price index is static, i.e., the same traffic weights are used for every year in the series. The figures correspond to the most recent information available to the ICP. For this reason, there may be differences if compared to previous versions presented by the ICP.

Figura 1 Table 1

Índice real de preços do serviço fixo de telefone, 1999-2001 (ano base: 1998)
Real price of fixed telephone service, 1999-2001 (base year: 1998)



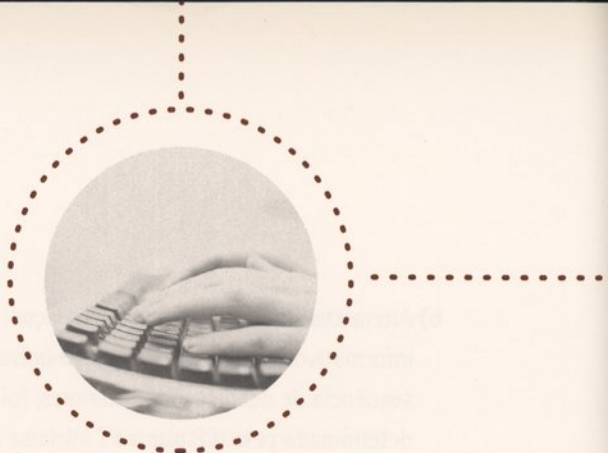
- d) Remessa ao Conselho Consultivo do ICP, para discussão e parecer, de um documento sobre os indicadores de qualidade do serviço fixo de telefone.

2.4. PROMOÇÃO DE UM SERVIÇO POSTAL UNIVERSAL

Também no âmbito dos serviços postais foi desenvolvido um conjunto de acções com o objectivo de fiscalizar o cumprimento das obrigações de serviço universal dos CTT - Correios de Portugal.

Entre estas acções, destacam-se as seguintes:

- a) Assinatura de adenda ao Convénio de Qualidade do Serviço Postal Universal, relativa aos níveis de qualidade de serviço do correio transfronteiriço intracomunitário;
- b) Aprovação do regime de preços dos serviços não reservados que integram o serviço postal universal a vigorar em 2002, assim como do texto da correspondente Adenda ao Convénio de Preços do Serviço Postal Universal;
- c) Publicação da declaração de conformidade do sistema de contabilidade analítica dos CTT com os princípios e regras aplicáveis, na sequência da realização de auditoria aos resultados referentes ao exercício de 1999;
- d) Aprovação dos resultados da auditoria aos indicadores de qualidade de serviço (IQS), relativamente ao ano de 1999;
- e) Realização de um estudo sobre a percepção da qualidade dos serviços postais, no qual, em termos globais e numa escala de 1 a 20, estes obtiveram uma média de 14 valores;
- f) Verificação da conformidade da proposta de tarifário apresentada pelos CTT com os princípios e as regras de fixação de preços convencionados, sendo os quadros seguintes ilustrativos da situação apurada em 2001 relativamente aos índices de preços reais do correio normal e do correio azul, respectivamente;



- d) The ICP's put together a document outlining the indicators for the quality of fixed telephone service and requested the Consultation Committee opinion about the document in question.

2.4. PROMOTION OF A UNIVERSAL POSTAL SERVICE

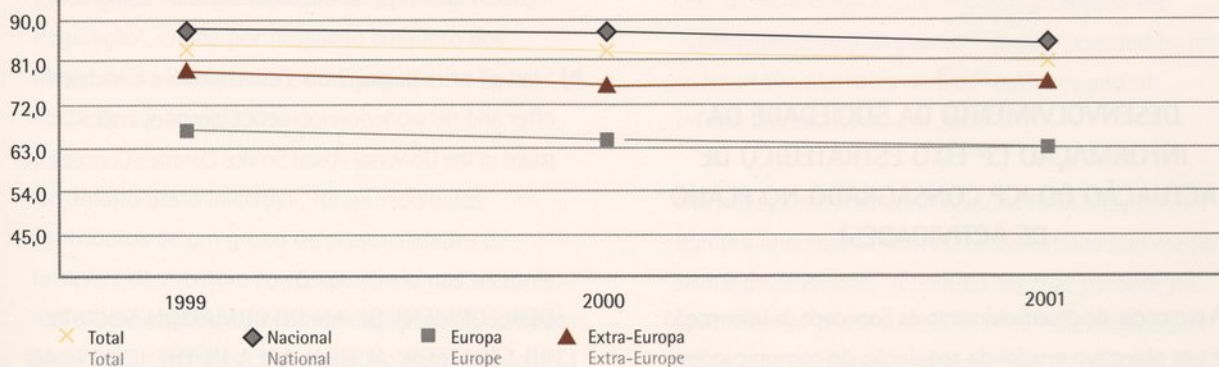
In terms of postal services, a series of actions were taken to monitor the obligations of CTT-Correios de Portugal to provide a universal service.

Among these actions, the following are of note:

- a) The signing of a supplement to the Universal Postal Service Quality Convention, which refers to the quality levels of cross-border intra-EU postal services;
- b) Approval of the pricing scheme for non-reserved services included in the universal postal service in force in 2002, as well as the Addendum to the Price Convention for Universal Postal Service;
- c) Publication of a statement of conformity of the CTT's analytical accounting standards, following an audit of its 1999 results;
- d) Approval of audit results of the 1999 quality service indicators;
- e) Realisation of an opinion survey on the quality of postal services; with an overall attribution of 14 points on a scale of 1 to 20;
- f) Monitoring to ensure that the CTT's proposed tariff table complies with the principles and rules set in the pricing Convention for setting fixing prices. The following table illustrates the real price index for normal mail and priority mail (correio azul) in 2001.

Figura 2 Table 2

Índice de Preços reais do Correio Normal, 1999-2001 (Ano base: 1989)
Real price index of Normal Mail, 1999-2001 (Base year: 1989)

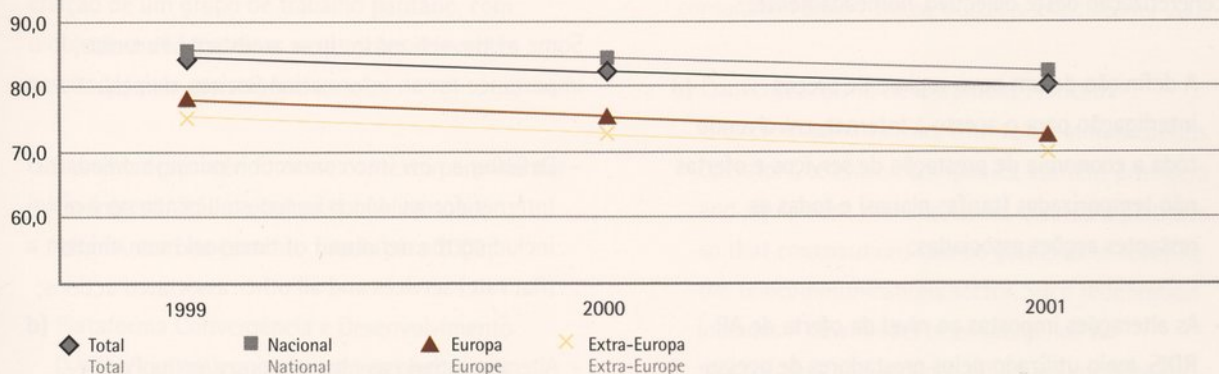


Nota: O índice de preços calculado é estático, ou seja, são utilizados os mesmos ponderadores para todos os anos da série. Os ponderadores utilizados correspondem à informação mais recente de que o ICP dispõe. Por esta razão, poderão existir diferenças face a anteriores versões de evoluções de preços apresentadas pelo ICP.

Note: This price index is static, i.e., the same variables are used for every year in the series. The figures correspond to the most recent information available to the ICP. Because of this, there may be differences if compared to previous versions presented by the ICP.

Figura 3 Table 3

Índice de Preços reais do Correio Azul, 1999-2001 (Ano base: 1992)
Real price index for Priority Mail, 1999-2001 (Base year: 1992)

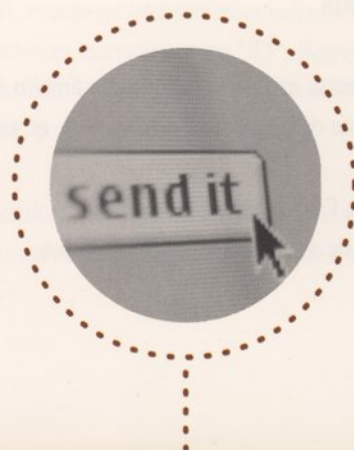


Nota: O índice de preços calculado é estático, ou seja, são utilizados os mesmos ponderadores para todos os anos da série. Os ponderadores utilizados correspondem à informação mais recente de que o ICP dispõe. Por esta razão, poderão existir diferenças face a anteriores versões de evoluções de preços apresentadas pelo ICP.

Note: This price index is static, i.e., the same variables are used for every year in the series. The figures correspond to the most recent information available to the ICP. Because of this, there could be differences if compared to previous versions presented by the ICP.

g) Produção de pareceres, de acordo com a legislação aplicável, sobre a introdução de novos serviços e sobre a alteração de horários em estações de correios;

h) Início dos trabalhos conducentes à celebração do Convénio de ofertas mínimas e objectivos de



desenvolvimento previsto no Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal.

3

DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (3º EIXO ESTRATÉGICO DE ACTUAÇÃO DO ICP CONSAGRADO NO PLANO DE ACTIVIDADES)

A promoção do desenvolvimento da Sociedade da Informação é um objectivo crucial da regulação de comunicações.

Para tal se conjugam as iniciativas previstas nos outros dois eixos de intervenção estratégica do ICP, relacionados com o desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais e com a protecção dos interesses dos utilizadores e consumidores.

Por esta razão, algumas das acções anteriormente registadas revestem importância crucial para a concretização deste objectivo, nomeadamente:

- A definição de um novo regime de preços interligação para o acesso à Internet, envolvendo toda a economia de prestação de serviços e ofertas não temporizadas (tarifas planas) e todas as restantes acções associadas;
- As alterações impostas ao nível da oferta de AP RDIS, meio utilizado pelos prestadores de acesso à Internet (ISP) para prestar o serviço;
- As deliberações associadas à reformulação da oferta de circuitos alugados;
- Os desenvolvimentos associados às plataformas de TDT e UMTS.

Para além destas acções, detalhadas no âmbito dos eixos anteriormente desenvolvidos, destacam-se as seguintes:

a) Iniciativa, Convergência e Regulação

A proposta de actuação estratégica para o

g) Issuance of opinions, in accordance with applicable legislation, about the introduction of new services and the alteration of post office opening and closing hours.

h) Start of work to prepare a Convention on minimum offer and network development objectives anticipated in the Universal Postal Service Contract Concession.

3

DEVELOPMENT OF AN INFORMATION SOCIETY (3RD STRATEGIC ACTION AREA IN THE ICP'S PLAN OF ACTIVITIES)

The promotion of Information Society development is a crucial part of communications regulation.

To achieve this, the ICP brings together the other two areas of action, related to the development of open and competitive markets and the protection of consumers' and users' interests.

Some of the actions in these areas are of crucial importance for an Information Society, namely:

- Defining a new interconnection pricing scheme for Internet access, which includes all of the service including the definition of timed and non-timed (flat rate) services and all other associated actions;
- Alterations that have been imposed in the Primary Access ISDN offer, which is an infrastructure used by Internet Service Providers (ISPs) to build its networks;
- Decisions made on the reformulation of PT's leased lines offer;
- Developments concerning Terrestrial Digital Television (TDT) and UMTS platforms.

Apart from these actions, which have been detailed in the areas mentioned above, the following are also of importance:

a) The Convergence and Regulation Project

desenvolvimento dos sectores do audiovisual e das telecomunicações em ambiente de convergência tecnológica motivou a iniciativa "Convergência e Regulação", criada por despacho conjunto dos Ministros da Presidência e do Equipamento Social, de 26 de Junho de 2001.

No âmbito desta iniciativa, foram recolhidos contributos de um grupo de personalidades de reconhecido mérito e com experiência nos sectores das comunicações e da comunicação social, nomeadas para o efeito também por despacho conjunto dos Ministros da Presidência e do Equipamento Social, bem como de representantes dos diferentes interesses em presença.

Atendendo à posição que assumem nos sectores em causa, é atribuída importância particular à acção conjunta do Instituto da Comunicação Social (ICS) e do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), que ficaram com a responsabilidade, que cumpriram, de criação de um grupo de trabalho paritário, com o objectivo de identificar as questões relevantes suscitadas pela convergência.

O trabalho desenvolvido nesse contexto permitiu dar início à preparação da consulta pública sobre a matéria, com lançamento fixado para 2002;

b) Plataforma Convergência e Desenvolvimento

O ICP criou, em conjunto com os operadores de telecomunicações, teledifusores, produtores de conteúdos, fabricantes de equipamentos e associações de consumidores, uma plataforma que visa gerar contribuições para a redefinição do sector das telecomunicações. Em causa está um novo modelo de convergência entre tecnologias e serviços, que necessariamente provocará alterações no próprio papel do ICP como organismo regulador.

Esta Plataforma de Convergência e Desenvolvimento congrega três grupos de trabalho, vocacionados para as questões dos consumidores, dos operadores e da indústria.

A strategic action proposal for development of the audiovisual and telecommunications sectors in a context of technological convergence prompted the "Convergence and Regulation" project, created by joint order of the Ministers of the Presidency and of Infrastructure of 26 June 2001.

The project counted contributions from a group of reputed and experienced communications and media sector professionals, appointed for that purpose by joint order of the Ministers of the Presidency and of Infrastructure. Representatives from the various participating organisations also contributed.

In light of the position they assume in their respective sectors, the joint action undertaken by the Portuguese Media Institute (ICS) and the ICP is considered to be of particular importance, as they fulfilled their obligation to set up a joint working group to identify issues raised by convergence.

The work in this context has prompted preparation of a public consultation project whose launch is scheduled for 2002;

b) Convergence and Development Platform

The ICP, in a joint effort with telecommunications operators, television companies, content providers and equipment manufacturers, created a platform so that contributions can be gathered to redefine the telecommunications sector. Such redefinition includes a new model of convergence for technologies and services, which will necessarily lead to changes in the ICP's role as a regulator.

This Convergence and Development Platform is made up of three working groups that handle queries from consumers, operators and industry.

In 2001, meetings and seminars were held about this platform, namely on the "ICP's Activity in International Organizations" and "Digital Television and the People with Special Needs";

c) Participation in the Interministerial Commission for an Information Society (CISI), co-ordinated by the

Durante o ano de 2001, realizaram-se no âmbito desta plataforma reuniões e seminários, nomeadamente, sobre "A Acção do ICP em Organismos Internacionais" e "A Televisão Digital e as populações com necessidades especiais";

c) Participação na Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação (CISI), coordenada pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, através do Presidente do Conselho de Administração do ICP, que integra o núcleo do Ministério do Equipamento Social;

d) Promoção de iniciativas no âmbito de projectos utilizadores de tecnologias de informação, comunicações e multimédia, nas áreas de informação, saúde, educação e necessidades especiais. Neste âmbito, são de assinalar as seguintes realizações em 2001:

- Finalização do projecto piloto dos Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC) - extensão das Lojas do Cidadão, desenvolvido em parceria com o Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão (IGLC) e com os CTT, tendo sido abertos, em 2001, 9 dos 11 postos que constituíam o projecto piloto;
- Conclusão da Iniciativa Estratégica para o Desenvolvimento da Telemedicina, tendo sido desenvolvidos uma dezena e meia de projectos de telemedicina, abrangendo diversos hospitais e instituições de saúde;
- Lançamento do programa "Geração Millenium", que se destina a dotar os jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos de competências básicas nas tecnologias da informação e comunicações;
- Inauguração do Cybercentro da Covilhã.

4. ASSESSORIA AO GOVERNO

No âmbito das suas funções de assessoria ao Governo, o ICP desenvolveu ao longo do ano 2001 diversas acções, das quais se destacam a preparação de legislação sectorial e a emissão de pareceres, incluindo no âmbito da

Minister of Science and Technology, via the Chairman of the ICP's Board of Administration, who is a member of the Infrastructure Ministry delegation;

d) Promotion of projects that use information technology, information in the communications and multimedia sectors, health, education and special needs. The following actions are highlighted:

- Finalisation of a Citizen Attendance Points pilot project - an extension of the so-called Lojas do Cidadão (Shops for Citizens); developed in partnership with the Lojas do Cidadão Management Institute (IGLC) and the CTT; the year 2001 witnessed the opening of 9 of the 11 points included in the project;
- Conclusion of the Strategic Initiative for Telemedicine Development; some 15 projects were developed in this context, counting the participation of various hospitals and health institutions;
- Launching of the "Millennium Generation" projects, focusing on teaching boys and girls (aged between 10 and 18) the basics of information and communications technologies;
- Inauguration of the Covilhã Cybercentre.

4. GOVERNMENT ADVISORY

As part of its government advisory responsibilities, the ICP undertook various projects in 2001. Activity for UMTS licences to change possible for us include, including the preparation of sector legislation and the issuance of opinions, namely on the eventual sale of the government's basic telecommunications network to PT Comunicações. Other relevant projects include the award of licenses to provide services using the radio spectrum. Even though the Ministry of Infrastructure was responsible for this, the ICP played a significant role, as exemplified by the award of a licence to a new TDT operator, and by the decisions to change the deadline for the initiation of activity by UMTS license holders.

eventual venda à concessionária da rede básica de telecomunicações. Destacam-se, igualmente, os processos de atribuição de licenças de prestação de serviços que envolvem a utilização de espectro radioeléctrico que, sendo da responsabilidade do Ministro do Equipamento Social, contaram com uma forte intervenção do ICP. Foi o caso da licença do novo operador de TDT e da decisão de alteração das licenças dos operadores UMTS no tocante ao prazo para o início da respectiva actividade.

Os principais diplomas associados às actividades do sector, publicados durante o ano de 2001, encontram-se listados em anexo.

5. REPRESENTAÇÃO DO SECTOR E COOPERAÇÃO

5.1 Representação do sector

O objecto do ICP inclui a representação do sector das comunicações, conforme expressamente resulta dos seus estatutos. No que à representação internacional diz respeito, está nomeadamente atribuída ao ICP a representação técnica do Estado Português nos organismos internacionais do sector e o acompanhamento, no plano técnico, das estruturas comunitárias. Simultaneamente, o ICP intervém, enquanto entidade reguladora do sector das comunicações, nas organizações especializadas correspondentes.

Neste contexto, o ICP acompanha activamente as actividades sectoriais no seio da União Europeia (Comissão, Conselho e Parlamento), da UIT - União Internacional das Telecomunicações, da IMSO - Organização Internacional de Satélites Móveis, da ITSO - Organização Internacional das Telecomunicações por Satélite, da EUTELSAT - Organização Europeia de Telecomunicações por Satélite, da UPU - União Postal Universal, da UPAEP - União Postal das Américas, Espanha e Portugal, da OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e da ESA - Agência Espacial Europeia, organizações estas com uma forte componente política, em que, como tal, é estabelecida uma articulação permanente com o Governo (Tutela e Ministério dos Negócios Estrangeiros).



The main legislative measures associated to sector-related activities published in 2001 may be found in the appendix.

5. SECTOR REPRESENTATION AND CO-OPERATION

5.1 Sector Representation

One of the ICP's goals is to represent the communications sector, as stated in the Institute's statutes. In so far as international representation is concerned, the ICP is the technical representative of the Portuguese government before international sector bodies. The ICP also accompanies EU technical projects and is part of various sectorial organisations.

ICP is an active player in sectorial activities of the European Union (Commission, Council and Parliament), the ITU - International Telecommunication Union, the IMSO - International Mobile Satellites Organisation, the ITSO - International Telecommunications Satellite Organisation, EUTELSAT - European Satellite Telecommunications Organisation, the UPU - Universal Postal Union, the UPAEP - Postal Union of the Americas, Spain and Portugal, the OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development, and the ESA - European Space Agency. These organisations have a strong political component and the government thus maintains permanent contact with same (through the Ministry of Foreign Affairs).

Highlights among the technically specialised sectorial organisations include CEPT - the European Conference of Postal and Telecommunications Administrations, the IRG - Independent Regulators Group, and the ETSI - European Telecommunications Standards Institute.



Em relação às organizações sectoriais especializadas de natureza técnica, são de realçar a CEPT - Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações, o IRG - Grupo de Reguladores Independentes e o ETSI - Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações.

No exercício desta actividade, o ICP estabelece, sempre que necessário, a coordenação com outras entidades interessadas nos assuntos em discussão, como sejam os operadores de telecomunicações e de correios.

A representação institucional e técnica do sector manteve-se, em 2001, como um vector importante da actividade do ICP, em particular no âmbito comunitário, onde há a destacar os avanços significativos ocorridos na discussão do novo quadro regulamentar aplicável às comunicações electrónicas, conhecido por "Revisão 99", bem como a adopção da posição comum do Conselho sobre a abertura à concorrência dos serviços postais.

O ICP assumiu ainda a vice-presidência da CEPT, a que se seguirá a respectiva presidência a partir do último trimestre de 2002.

O IRG, que reúne os reguladores europeus do espaço da UE e da EFTA, prosseguiu a sua intensa actividade em diferentes áreas de interesse comum, incluindo o processo da "Revisão 99". Foi também dada continuidade ao projecto IRGIS, liderado pelo ICP, que se consubstancia no sistema de gestão e disponibilização em linha da informação sobre a regulação e o mercado das telecomunicações na Europa.

No quadro da UIT, para além das actividades regulares, intensificaram-se os trabalhos de preparação das conferências mundiais que se irão realizar em 2002: a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (WTDC02) e a Conferência de Plenipotenciários (PP02). Também as organizações internacionais do sector postal -



During the exercise of this activity, and if deemed necessary, the ICP establishes contact and co-ordinates with other interested parties on the topics under discussion, whether concerning telecommunications or postal operators.

The institutional and technical representation of the sector was an important part of the ICP's activity in 2001. This is especially true in the EU context, where important measures include the discussion of the new regulatory framework for electronic communications known as 99 Review and the adoption of a common EU stance on opening the postal service to competition.

The ICP has also been named vice-president of CEPT, and will take on the respective presidency in the fourth quarter of 2002.

The IRG, which brings together all EU and EFTA European regulators, continued its activities in different areas of common interest, including 99 Review. The ICP also led the IRGIS project, a system of management and sharing of information on the European regulation and telecommunications market.

At the ITU, in addition to regular activities, preparations intensified for world conferences upcoming in 2002: the World Telecommunications Development Conference (WTDC02) and the Plenipotentiaries Conference (PP02).

Also, the international postal sector organisations - the UPU and UPAEP - carried on with their respective projects, associated to reform of said organisations, while the World Trade Organisation (WTO) discussed including postal services in the General Agreement on Trade in Services.

5.2 Co-operation

The ICP has always given high priority to co-operation

UPU e UPAEP - prosseguiram os respectivos trabalhos, associados nomeadamente à reforma destas organizações, enquanto no seio da Organização Mundial de Comércio (OMC) se abordou a inclusão dos serviços postais nas negociações do Acordo Geral de Comércio de Serviços.

5.2 Cooperação

O ICP sempre atribuiu importância significativa à cooperação com entidades homólogas, ou com competências afins, de outros países. Essa cooperação tem, de alguma forma, dado seguimento às políticas definidas ao nível governamental, complementando-as no âmbito dos domínios de intervenção do ICP.

Assumindo natureza quer institucional quer técnica, a cooperação protagonizada pelo ICP em 2001 manifestou-se através de diferentes tipos de actividades:

- a) Prosseguimento da cooperação institucional no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), consubstanciada nomeadamente na participação no V Encontro Ministerial e de Administrações de Correios e Telecomunicações, e da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa (AICEP), através do acompanhamento da respectiva assembleia geral e do Forum "Comunicações: Globalização e Identidade";
- b) Aprofundamento do relacionamento bilateral com o órgão regulador do Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), dando continuidade ao acordo de cooperação celebrado em 1999 ao nível ministerial, com a realização, em 2001, de duas reuniões bilaterais e de missões especializadas;
- c) Prosseguimento da cooperação técnica bilateral com os PALOP, em desenvolvimento de protocolos de cooperação bilaterais anteriormente celebrados com as autoridades competentes desses países, concretizada sobretudo através da realização de estágios em Portugal, missões em local e da resposta a pedidos de informação especializada;

with its counterparts in other countries. Such co-operation has followed on and complemented the government's policies.

The ICP celebrated the following institutional and technical co-operation agreements in 2001:

- a) An institutional co-operation agreement with the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP). This includes participating in the 5th Ministerial Meeting of Postal and Telecommunications Administrations of Portuguese-speaking Countries and Territories (AICEP), by taking part in the respective general assembly and the "Communications: Globalisation and Identity" forum;
- b) Strengthening of the bilateral relationship with Brazilian regulator Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). The ICP continued its co-operation agreement established in 1999 on a ministerial level, and in 2001 took part in two bilateral meetings and various specialised projects;
- c) Continuation of a bilateral technical co-operation agreement with PALOP (Portuguese-speaking Africa) countries, further developing previous bilateral co-operation protocols established with same. These include internships in Portugal, on-site projects and responding to requests for specialised information;
- d) Continuation of a co-operation agreement with East Timor, included in the Memorandum of Understanding on co-operation between the Portuguese government and the East Timor Transition Government established in 2000. This included internships at the ICP, on various communications sector topics;
- e) Bilateral meetings with the regulatory authorities of Hungary and Kenya.

6. SERVICE PROVISION - ICP LABORATORY ACTIVITIES

The ICP has been providing services to external entities

d) Prosseguimento da cooperação com Timor Leste, no âmbito do Memorando de Entendimento em matéria de cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo de Transição em Timor Leste, estabelecido em 2000, envolvendo a realização de estágios no ICP sobre matérias diversas no âmbito do sector das comunicações;

e) Realização de reuniões bilaterais com as autoridades reguladoras da Hungria e do Quênia.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ACTIVIDADE LABORATORIAL DO ICP

O ICP presta serviços a entidades exteriores através de dois dos seus laboratórios, o Laboratório de Compatibilidade Electromagnética (LCEM) e o Laboratório de Metrologia Radioelétrica (LMR), desde que os mesmos iniciaram a sua actividade, em 1993 e em 1999, respectivamente.

O LCEM encontra-se acreditado desde 1995, apoiando a indústria e realizando ensaios de controlo de mercado para verificação da conformidade dos equipamentos eléctricos e electrónicos. Os ensaios são efectuados em protótipos de equipamentos industriais (electrodomésticos e ferramentas portáteis) e em equipamentos informáticos e outros (monitores, teclados, "ratos", impressoras, colunas áudio).

O LMR obteve a sua acreditação em 1999, tendo, a partir do ano 2000, iniciado a realização de calibrações para o exterior. A sua actividade abrange sobretudo três tipos de equipamentos: analisadores de radiocomunicações, aparelhos de medida (multímetros) e geradores de radiofrequência.

Entretanto, ambos os laboratórios viram, no final de 2001, a sua acreditação ser renovada, pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025.

Procedeu-se também a uma revisão profunda do Sistema de Qualidade em relação aos laboratórios, por motivo da alteração, a ocorrer em 2002, da norma de qualidade de referência, que passará a ser a NP EN ISO/IEC

through two of its laboratories, the Electromagnetic Compatibility Laboratory (LCEM) and the Radio Meteorology Laboratory (LMR), ever since they began operations, in 1993 and 1999 respectively.

The LCEM has been an accredited laboratory since 1995 and has supported the industry, performing control tests on the market to verify the conformity of electrical and electronic equipment. The tests are done on industrial prototype equipment (appliances and portable equipment) and IT equipment (monitors, keyboards, printers, audio speakers);

The LMR was accredited in 1999 and began collaborating with external entities in 2000. Activities in this laboratory are done using three types of equipment: radiocommunications analysers, measuring instruments (multimeters), and radio frequency generators.

Both laboratories saw their accreditation renewed in 2001 by the Portuguese Quality Control Institute (IPQ), in accordance with the NP EN ISO/IEC 17025 standard.

A broad revision of the Quality Control System on laboratories was performed due to a change in the quality control standard, NP EN ISO/IEC 17025, in 2002. This new standard not only became stricter by treating uncertainties in tests, but the quality of providing services increased, by adapting laboratories to the ISO 9001 and 9002 standards.

APPENDIX Published Measures

In terms of regulatory activities, the following measures were published in 2001:

1.1 ICP-initiated activities

General Telecommunications Regime:

- Alteration of the Regulation on the Operation and

17025. Com esta nova norma obteve-se não só mais rigor, ao alargar aos ensaios o tratamento de incertezas, como também no domínio da prestação de serviços aos clientes, cuja qualidade aumentou, pela adaptação ao contexto laboratorial do conteúdo das ISO 9001 e 9002.

ANEXO

Diplomas publicados

Em termos da actividade regulamentar, referem-se os seguintes diplomas publicados durante o ano de 2001:

1.1 Da iniciativa do ICP

Regime Geral de Telecomunicações:

- Alteração ao Regulamento de Exploração de Redes Públicas de Telecomunicações - Decreto-Lei nº 249/2001, de 21 Setembro;
- Prorrogação do prazo para o efectivo início da actividade licenciada para o IMT2000/UMTS até 31 de Dezembro de 2002 - Despacho nº 111/MES/2001, de 24 de Outubro de 2001;
- Alteração ao regulamento do concurso público para a atribuição de quatro licenças de âmbito nacional para os sistemas de telecomunicações móveis internacionais (IMT2000/UMTS), aprovado pela Portaria nº 532-A/2000, de 31 de Julho - Portaria nº 1428-A/2001, de 17 de Dezembro;
- Alienação da participação accionista da OPTEP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. no capital social da OPTIMUS - Telecomunicações, S.A. e regulação do início de actividade da ONI WAY - Infocomunicações, S.A. no mercado de telefonia móvel - Despacho MES nº 122/2001, de 18 de Dezembro de 2001;
- Declaração de conformidade do sistema de contabilidade analítica da Portugal Telecom, S.A. (exercício de 1998) - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 27 de Fevereiro de 2001;

Management of Public Telecommunications Networks - Decree-Law no. 249/2001 of 21 September.

- Postponement of the deadline to start licensed operations for IMT2000/UMTS to 31 December 2002 - Order no. 111/MES/2001 of 24 October 2001;
 - Modification of the Regulation on the public tender to award four IMT2000/UMTS licenses, approved by Administrative Rule 532-A/2000 of 31 July - Administrative Rule 1428-A/2001 of 17 December;
 - Sale of the stake in OPTEP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. of the stake in mobile phone operator OPTIMUS - Telecomunicações, S.A. and regulation of the start of operations by ONI WAY - Infocomunicações, S.A. in the mobile telephony market - Infrastructure Ministry Order no. 122/2001 of 18 December 2001;
 - Statement of conformity of Portugal Telecom's analytical accounting system (for full-year 1998 accounts) - Notice published in the Diário da República (Series III) on 27 February 2001;
 - Statement of conformity of Portugal Telecom's analytical accounting system (for full-year 1999 accounts) - Notice published in the Diário da República (Series III) on 21 August 2001;
 - General Conditions for the Interconnection Agreement negotiations for 2001 - Notice published in the Diário da República (Series III) on 5 September 2001.
- #### Radiocommunications:
- Fees to be applied to radiocommunications - Administrative Rule no. 667-A/2001 of 2 July, corrected by Rectification Declaration no. 14-E/2001 of 31 July;
 - Categorising stations that need radio licenses,

- Declaração de conformidade do sistema de contabilidade analítica da Portugal Telecom, S.A. (exercício de 1999) - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 21 de Agosto de 2001;
- Condições Gerais e Prévias à Negociação de Acordos de Interligação para 2001 - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 5 de Setembro de 2001.

Radiocomunicações:

- Taxas aplicáveis às radiocomunicações - Portaria nº 667-A/2001, de 2 de Julho, rectificada pela Declaração de Rectificação nº 14-E/2001, de 31 de Julho;
- Categorias de estações que carecem de licença radioelétrica, situações de isenção de licença de rede e de estação, elementos que devem instruir os requerimentos para atribuição de licenças radioelétricas e requisitos dos projectos técnicos a apresentar - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 18 de Setembro de 2001.

Equipamento Terminal:

- Publicitação das referências relativamente a normas e regulamentação técnica comum, ao abrigo do Decreto-Lei nº 192/2000, de 18 de Agosto - publicação de diversos avisos na III Série do Diário da República.

Televisão Digital:

- Regulamento do concurso público para a atribuição de uma licença de âmbito nacional para o estabelecimento e exploração de uma plataforma de Televisão Digital Terrestre - Portaria nº 346-A/2001, de 6 de Abril;
- Abertura do Concurso Público - Aviso nº 5520-A/2001 (2ª Série), de 7 de Abril, publicado no Diário da República (II Série Suplemento), de 7 de Abril de 2001;
- Frequências para o serviço de radiodifusão televisiva digital terrestre - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 6 de Janeiro de 2001;



situations of exemption from network or station licenses, guidelines for the award of radio licenses and requirements for the respective technical projects - Notice published in the Diário da República (Series III) on 18 September 2001.

Terminal Equipment:

- Divulcation of references to common technical standards and regulations, under terms of Decree Law no. 192/2000 of 18 August - publication of various notices in Series III of Diário da República.

Digital Television:

- Regulation on the public tender for awarding a license to establish, operate and manage a platform for digital terrestrial television - Administrative Rule no. 346-A/2001 of 6 April;
- Launching of a public tender - Notice no. 5520 A/2001 (2nd Series), 7 April, published in the Diário da República (Series II Supplement) on 7 April 2001;
- Radio frequencies for broadcasting digital terrestrial television - Notice published in the Diário da República (Series III) on 6 January 2001;
- Appointment of evaluation committee members - Order no. 8015/2001 (2nd series) of 12 April, published in the Diário da República (Series II) on 17 April 2001.

Conditional Access:

- Regime applicable to conditional access to radio broadcast television and information society services, along with the respective legal protection and user equipment - Decree-Law no. 287/2001 of 8 November.

- Nomeação dos membros da comissão de avaliação - Despacho nº 8015/2001 (2ª série), de 12 de Abril, publicado no Diário da República (II Série), de 17 de Abril de 2001.

Acesso Condicional:

- Regime aplicável à oferta de acesso condicional aos serviços de televisão, de radiodifusão e da sociedade de informação, à respectiva protecção jurídica, bem como aos equipamentos de utilizador que lhe estão associados - Decreto-Lei nº 287/2001, de 8 de Novembro.

Serviços Postais:

- Regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços postais explorados em concorrência - Decreto-Lei nº 150/2001, de 7 de Maio;
- Fixação das taxas devidas pelas entidades licenciadas e autorizadas para a prestação de serviços postais - Despacho MES nº 21080/2001 (2ª Série), de 21 de Setembro, publicado no Diário da República (II Série), de 10 de Outubro de 2001;
- Convénio de Preços do Serviço Postal Universal, celebrado entre a DGCC, o ICP e os CTT, SA - assinado em 21 de Dezembro de 2000, publicado no Diário da República (III Série), de 1 de Março de 2001;
- Convénio de Qualidade do Serviço Postal Universal, celebrado entre o ICP e os CTT, SA - assinado em 21 de Dezembro de 2000, publicado no Diário da República (III Série), de 1 de Março de 2001;
- Adenda ao Convénio de Preços do Serviço Postal Universal celebrado entre a DGCC, ICP e CTT, S.A. - assinada em 21 de Dezembro de 2001 (não foi publicada em Diário da República em 2001);
- Declaração de conformidade do Sistema de Contabilidade Analítica dos CTT - Correios de Portugal, S. A. (exercício de 1999) - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 17 de Agosto de 2001.

Postal Services:

- Regime for access to and operation as a postal service provider in a competitive environment - Decree-Law no. 150/2001 of 7 May;
- Setting of tariffs by licensed and authorised postal service providers - Infrastructure Ministry Order no. 21080/2001 (2nd Series) of 21 September, published in the Diário da República (Series II) on 10 October 2001;
- Universal Postal Service Price Convention, signed by the DGCC, ICP and CTT on 21 December 2000 and published in the Diário da República (Series III) on 1 March 2001;
- Quality Convention for Universal Postal Service - signed by the ICP and CTT on 21 December 2000 and published in the Diário da República (Series III) on 1 March 2001;
- Supplement to the Universal Postal Service Price Convention, signed by the DGCC, ICP and CTT on 21 December 2001 (not published in the Diário da República for 2001)
- Declaration of conformity of the CTT - Correios de Portugal, S.A., Analytical Accounting System (for full-year 1999) - Notice published in Diário da República (Series III) on 17 August 2001.



ITED:

- Aprovação dos critérios de determinação do preenchimento das alíneas c) e d) do nº 3 do art.º 23º, o modelo de certificado de conformidade a emitir pelas entidades certificadoras, bem como os procedimentos referidos no nº 2 do art.º 42º, todos do Decreto-Lei nº 59/2000, de 19 de Abril - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 28 de Abril de 2001.

5.1. Provenientes de outros organismos

Opções governamentais e ICP-ANACOM:

- Grandes Opções do Plano para 2002 - Lei nº 109-A/2001, de 27 de Dezembro;
- Alteração à Lei Orgânica do Ministério do Equipamento Social - Decreto-Lei nº 9/2001, de 23 de Janeiro;
- Estatutos do ICP-Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) - Decreto-Lei nº 309/2001, de 7 de Dezembro;
- Iniciativa Convergência e Regulação - Despacho Conjunto nº 863/2001, de 26 de Junho, publicado no Diário da República (II Série), de 14 de Setembro;
- Designação dos membros do grupo de personalidades da Iniciativa Convergência e Regulação - Despacho Conjunto nº 987/2001 (2ª Série), de 8 de Outubro, publicado no Diário da República (II Série) de 31 de Outubro 2001;
- Criação do grupo de trabalho para a revisão do contrato de concessão de serviço público de telecomunicações entre o Estado e a PT - Despacho conjunto nº 1014/2001, de 18 de Outubro, publicado no Diário da República (II Série), de 20 de Novembro de 2001;
- Criação de um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação - Resolução do Conselho de Ministros

ITED:

- Approval of criteria that comply with paragraphs c) and d) of section 3 of article 23, approval of the certificate of conformity model to be issued by the certifying entities, as well as steps referred to in section 2 of article 42, and all of Decree-Law no. 59/2000 of 19 April - Notice published in the Diário da República (Series III) on 28 April 2001.

5.1. Actions from other entities

Government options and ICP-ANACOM:

- Major Planning Options for 2002 - Law no. 109-A/2001 of 27 December;
- Modification of the Ministry of Infrastructure Organic Law - Decree-Law no. 9 /2001 of 23 January;
- ICP-Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) Statutes - Law no. 309/2001 of 7 December;
- Convergence and Regulation Initiative - Joint Order no. 863/2001 of 26 June, published in the Diário da República (Serie II) on 14 September;
- Selection of members to make up the group of reputed figures under the Convergence and Regulation Initiative - Joint Order no. 987/2001 (2nd Series) of 8 October, published in the Diário da República (Series II) on 31 October 2001;
- Creation of a working group to review the telecommunications public service concession contract between the government and PT - Joint Order no. 1014/2001 of 18 October, published in the Diário da República (Series II) on 20 November 2001;
- Establishment of a working committee to maintain relationships between UMTS operators, the ICP and the Interministerial Commission for Information Society - Resolution of the Council of Ministers no. 3/2001 of 8 January.

nº 3/2001, de 8 de Janeiro.

Sociedade da Informação:

- Estabelecimento dos critérios de credenciação das entidades que conferem o diploma de competências básicas em tecnologias da informação, o modelo e o sistema de emissão do mesmo e demais requisitos e formalidades relativos à sua obtenção - Portaria nº 1013/2001, de 21 de Agosto;
- Avaliação dos sites na Internet de organismos integrados na administração directa e indirecta do Estado - Resolução do Conselho de Ministros nº 22/2001, de 27 de Fevereiro;
- Constituição de um sítio na Internet onde sejam publicados os concursos de pessoal por parte de organismos públicos e de um sítio para a publicitação de oferta de emprego científico e tecnológico - Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2001, de 1 de Março;
- Apoio à aquisição pelos funcionários públicos de computadores e outro material informático - Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2001, de 1 de Março;
- Regras em matéria de alienação a título gratuito de equipamento informático pelos organismos da administração central no quadro dos respectivos processos de reequipamento e actualização de material informático - Decreto-Lei nº 153/2001, de 7 de Maio;
- Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação - Decreto-Lei nº 140/2001, de 24 de Abril;
- Instituição da obrigatoriedade de as entidades empregadoras que tenham número igual ou superior a 10 trabalhadores ao seu serviço procederem à declaração das remunerações dos mesmos em suporte digital ou através de Internet, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social - Decreto-Lei nº 106/2001, de 6 de Abril;

Information Society:

- Establishment of accreditation criteria for entities that offer degrees in basic information technology skills, for the model and criteria for issuance of same, and other associated formalities and requirements - Administrative Rule no. 1013/2001 of 21 August;
- Evaluation of Internet sites that belong to entities that are directly or indirectly part of government administration - Council of Ministers Resolution no. 22/2001 of 27 February;
- Creation of an Internet site where job offers in public administration are published, as well as a site for job offers in the science and technology field - Council of Ministers Resolution no. 24/2001 of 1 March;
- Support to public administration workers towards the purchase of computers and other IT equipment - Council of Ministers Resolution no. 25/2001 of 1 March;
- Rules on the donation of IT equipment by central administrative entities, during the process of installing new or updating existing equipment - Decree-Law no. 153/2001 of 7 May;
- Diploma for Basic Information Technology Skills - Decree-Law no. 140/2001 of 24 April;
- Approval of a rule for employers that have 10 or more employees to declare their salaries in digital format, or via the Internet, to the social security system services - Decree-Law no. 106/2001 of 6 April;
- Divulagation and public discussion of the experts' report on the electronic acquisition of goods and services by public administration. This was decided by a working committee that was put together in the wake of approval of Council of Ministers Resolution no. 143/2000 of 27 September - Council of Ministers Resolution no. 32/2001 (2nd Series) of 2 March;

- Publicitação e discussão pública do relatório de peritos sobre aquisição de bens por via electrónica pela Administração pública, elaborado pelo grupo de trabalho constituído na sequência da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2000, de 27 de Setembro - Resolução do Conselho de Ministros nº 32/2001 (2ª Série), de 2 de Março;
- Medidas de criação do portal do Governo, objectivos e regras de manutenção e actualização - Resolução do Conselho de Ministros nº 138/2001, de 30 de Agosto;
- Novo sistema de incentivos do Estado à comunicação social - Decreto-Lei nº 56/2001, de 19 de Fevereiro, rectificado pela Declaração de Rectificação nº 4-B/2001, de 28 de Fevereiro;
- Candidaturas aos incentivos previstos no Decreto-Lei nº 56/2001, de 19 de Fevereiro - Portaria nº 204/2001, de 14 de Março;
- Preços mínimos das assinaturas das publicações periódicas que pretendam aceder ao regime do porte pago - Portaria nº 225/2001, de 19 de Março.

Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios:

- Alterações ao regime jurídico da urbanização e da edificação - Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho;
- Instrução dos pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas - Portaria nº 1110/2001, de 19 de Setembro;
- Livro de obra das obras licenciadas ou autorizadas - Portaria nº 1109/2001, de 19 de Setembro;
- Actualização anual relativa ao ano 2000 da relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução - Portaria nº 1104/2001, de 17 de Setembro.



- Steps taken towards creation of a government portal, as well as rules on maintaining and updating the site - Council of Ministers Resolution no. 138/2001 of 30 August;
- New system of government incentives for the media - Decree-Law no. 56/2001 of 19 February, corrected by Rectification Declaration no. 4-B/2001 of 28 February;
- Candidacies for the incentives set out in Decree-Law no. 56/2001 of 19 February, Administrative Rule no. 204/2001 of 14 March;
- Minimum prices for subscriptions to periodic publications, for those entities that want to take part in paid postal services - Administrative Rule no. 225/2001 of 19 March.

Telecommunications Infrastructure in Buildings:

- Modifications to legal regulations on urbanisation and edification - Decree-Law no. 177/2001 of 4 July;
- Instruction on prior receipt of information, reception of licensing and authorisation for all types of town planning projects - Administrative Rule no. 1110/2001 of 19 September;
- Manual on licensed and authorised projects - Administrative Rule no. 1109/2001 of 19 September;
- In 2000, annual update of the legal regulations to be observed and executed by technicians responsible for projects - Administrative Rule

Outros:

- Nova Lei da Rádio - Lei nº 4/2001, de 23 de Fevereiro;
- Alteração ao Decreto-Lei nº 175/99, de 21 de Maio, que regula a publicidade a serviços de audiotexto - Decreto-Lei nº 148/2001, de 7 de Maio;
- Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 177/99, de 21 de Maio, que estabelece o regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços de audiotexto, ao Decreto-Lei nº 474/99, de 8 de Novembro, que aprova o Regulamento de Exploração do Serviço Fixo de Telefone, e ao Decreto-Lei nº 175/99, de 21 de Maio, que regula a publicidade aos serviços de audiotexto - Lei nº 95/2001, de 20 de Agosto;
- Contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações - Decreto-Lei nº 223/2001, de 9 de Agosto.

no. 1104/2001 of 17 September.

Others:

- New Radio Law - Law no. 4/2001 of 23 February;
- Modification of Decree-Law no. 175/99 of 21 May, containing the regulation on audiotext advertising
- Decree-Law no. 148/2001 of 7 May;
- First modification of Decree-Law no. 177/99 of 21 May, establishes rules and regulations for audiotext service providers, of Decree-Law no. 474/99 of 8 November, concerning approval of the Regulation for the Operation and Management of Fixed Telephone Service and Management, and to Decree-Law no. 175/99 of 21 May, which regulates advertising on audiotext services - Law no. 95/2001 of 20 August;
- Hiring of builders, suppliers and service providers in the water, energy, transport and telecommunications sectors - Decree-Law no. 223/2001 of 9 August.



1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

RECRUTAMENTO E SELECÇÃO

RECRUITMENT AND SELECTION

O recrutamento e selecção operacionais, no ano em análise, a par do anterior, caracterizam-se por:

– Aumento de 2,7% do número de trabalhadores com contrato a termo;

– Diminuição de 27,3% do número de contratos a termo;

– Redução de trabalhadores a tempo parcial em 31,6% (de 2001 para 2002) e 42,9% (de 2001 para 2003);

SITUAÇÃO EM CONTRATO A TEMPO PARCIAL

Contrato a termo	Contrato a tempo parcial
2001	2001
2002	2002
2003	2003

Recruitment and selection operation in the year under analysis, in comparison with the previous year, are characterised by:

– An increase in the number of workers on fixed-term contracts;

– A decrease in the number of fixed-term contracts of 27.3% (from 2001 to 2002) and 42.9% (from 2001 to 2003);

– Reduction of part-time workers by 31.6% (from 2001 to 2002) and 42.9% (from 2001 to 2003).

RECURSOS HUMANOS

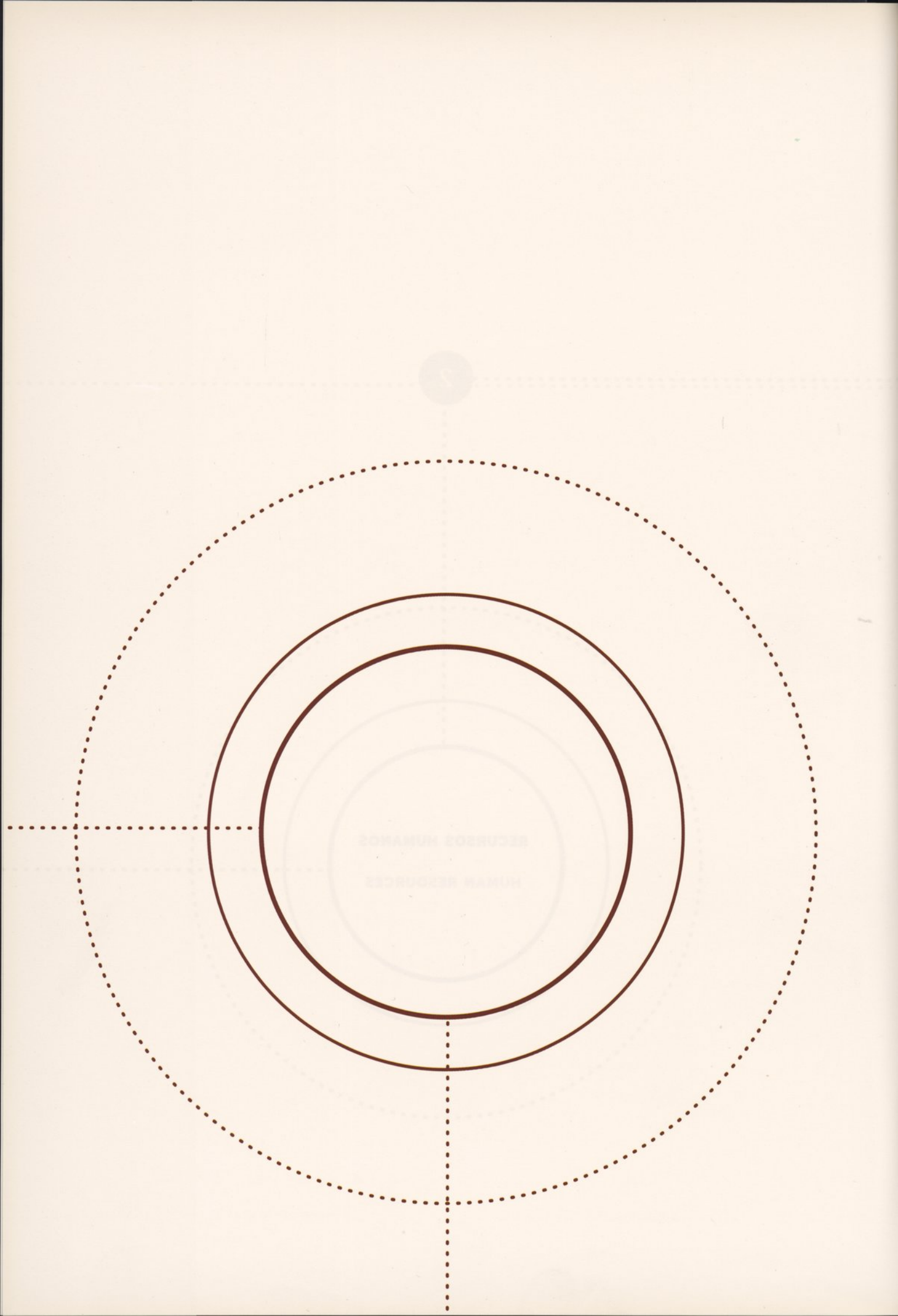
HUMAN RESOURCES

QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

EMPLOYEES' QUALIFICATION LEVELS

No âmbito da qualificação, os empregados com nível de qualificação profissional, caracterizam-se por:

In terms of the degree of employees' professional qualification, the employees with a significant increase in the degree of qualification are:





2. RECURSOS HUMANOS

1

RECRUTAMENTO E SELECÇÃO

O recrutamento e a situação contratual, no ano em análise, e face ao anterior, caracterizaram-se por:

- Aumento de 5,7% do número de trabalhadores com contrato sem termo;
- Diminuição em 37,5% do número de trabalhadores contratados a termo.

O número de trabalhadores ao serviço, em 31 de Dezembro de 2001, cresceu 4,3% relativamente a igual momento de 2000.

SITUAÇÃO CONTRATUAL CONTRATUAL SITUATION

	2000	2001	Var 01/00 Change 01/00	
	Nº Trabalhadores No. Employees	Nº Trabalhadores No. Employees	Nº Trabalhadores No. Employees	%
Contratados sem termo Permanent employees	371	392	21	5,7%
Contratados a termo Temporary employees	16	10	-6	-37,5%
Outros Other	5	7	2	40%
Total Total	392	409	17	4,3%

2

QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

Na distribuição dos trabalhadores pelos níveis de qualificação profissional, observa-se um significativo acréscimo do grau de competência dos meios

2. HUMAN RESOURCES

1

RECRUITMENT AND SELECTION

Recruitment and the contractual situation for the year in question and in comparison with the previous year, is characterised by:

- A 5.7% increase in the number of permanent employees;
- A reduction of 37.5% in the number of temporary employees with a contract of a limited length of time.

The number of people ICP employed at 31 December 2001, increased by 4.3% compared with the same period in 2000.

2

EMPLOYEE QUALIFICATION LEVELS

In terms of the grouping of employees by their level of professional qualifications, there was a significant increase in the capacities of the Institute's human

humanos do Instituto. De facto, o aumento do nível de qualificação dos meios humanos do Instituto verifica-se nos Quadros Superiores e Médios, que correspondem a cerca de 67,5% do total dos postos de trabalho. Esta evolução encontra-se associada não somente às crescentes exigências técnicas e funcionais cometidas ao Instituto, mas também ao enquadramento e/ou reclassificação funcional de trabalhadores anteriormente afetados a níveis de qualificação inferiores.

resources. In fact, the increased level of qualification of ICP employees can mainly be seen in upper and middle management, which account for about 67.5% of the total workforce. This change is related not only to the increased technical and functional demands placed upon the Institute, but also to the inclusion and/or reclassification of employees who were previously associated with lower levels of qualification.

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO QUALIFICATION LEVELS

	2000	2001	Var 01/00 Change 01/00	
	Nº Trabalhadores No. Employees	Nº Trabalhadores No. Employees	Nº Trabalhadores No. Employees	%
Quadros Superiores Upper management	179	194	15	8,4%
Quadros Médios Middle management	77	82	5	6,5%
Profissionais Altamente Qualificados Highly qualified professionals	48	47	-1	-2,1%
Profissionais Qualificados Qualified professionals	73	72	-1	-1,4%
Profissionais Semiquualificados Semi qualified professionals	15	14	-1	-6,7%
Total Total	392	409	17	4,3%

3 MEIOS UTILIZADOS

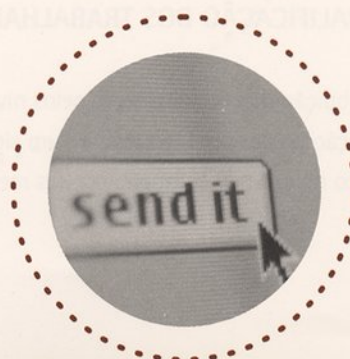
Relativamente às formas de trabalho utilizadas durante o ano de 2001, registou-se um acréscimo de cerca de 3% no total do trabalho, devido à utilização das seguintes formas de prestação de trabalho:

- Acréscimo de cerca de 5,5 %, na utilização do trabalho normal;
- Diminuição de cerca de 38,2 %, na utilização do trabalho sob a forma de contrato a termo;
- Decréscimo de 4,3 %, no recurso à utilização de trabalho suplementar.

3 RESOURCES USED

With regard to the types of work used in 2001, there was an increase of about 3% in the amount of work due to the use of the following forms of work:

- Increase of around 5.5% in "normal" work;
- Decrease of around 38.2% in the use of temporary work;
- Decrease of 4.3% in use of supplementary work.



MEIOS UTILIZADOS RESOURCES USED

	2000	2001	Var 01/00 Change 01/00	
	Nº horas No. hours	Nº horas No. hours	Nº horas No. hours	%
Trabalho Normal Normal work	662.550	699.000	36.450	5,5%
Trabalho Suplementar Supplementary work	19.451	18.605	-846	-4,3%
Trabalho a Termo Temporary work	36.150	22.350	-13.800	-38,2%
Potencial de Trabalho Potential Work	718.151	739.955	21.804	3,0%

4

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O universo de competências cometidas ao Instituto, nomeadamente, as que dizem respeito à permanente evolução do mercado das telecomunicações, tem justificado a necessidade de aumentar de forma significativa o investimento na actualização técnica dos seus colaboradores e na formação de jovens quadros.

A formação profissional representou, em 2001, 3,3% dos custos com pessoal.

Realizaram-se 524 acções de formação especializada, envolvendo 814 participantes num total de 25.343 horas de formação.

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se uma diminuição de cerca de 4,5% do esforço financeiro, e do número de participação de formandos (-19,9%), embora em contrapartida o número de acções e o número de dias de formação tenha aumentado, o que demonstra uma maior eficiência na realização das acções de formação (Quadro 8).

As linhas orientadoras da formação dirigiram-se, fundamentalmente, para as seguintes áreas:

- **Área de Gestão e Desenvolvimento Pessoal:**
Cursos de desenvolvimento de competências interpessoais, desenvolvimento de competências para Atendimento ao Cliente Interno/Externo;

4

PROFESSIONAL TRAINING

The type of responsibilities laid before the Institute, particularly those that relate to constant development of the telecommunications market, have led to an increased need to invest in the technical qualifications of its employees and the training of younger employees.

Professional training represented 3.3% of total employee-related costs in 2001.

Some 524 specialised training courses took place, involving 814 participants in a total of 25,343 training hours.

When compared with the previous year, there was a reduction of around 4.5% in terms of cost and of 19.9% in the number of participants. On the other hand, the number of courses and days of training increased, which shows a greater efficiency in setting up training courses (Table 8).

Training was mainly concentrated in the following areas:

- **Management and Personal Development:**
Courses for developing interpersonal skills, developing Internal/External Customer Service Skills; Team Management; Presentation Techniques; Negotiation Techniques; Time Management; ICP - Communications Sector regulatory Body.

Gestão de Equipas; Técnicas de Apresentação;
Técnicas de Negociação; Gestão do Tempo; ICP -
Órgão Regulador do Sector das Comunicações.

- **Área de Desenvolvimento Técnico:**

Noções de Direito - Direito para não juristas;
Organizações Internacionais e Instituições
Comunitárias; Curso de DVB -T; Séries
Cartográficas e Transformação de Coordenadas;
e formação recorrente em línguas francesa e inglesa.

Relevo especial foi dado à formação em
micro-informática - foram realizadas, no último
trimestre do ano, acções em Windows fundamental
e avançado, Word fundamental e avançado, Excel
intermédio, e Access fundamental intermédio, que
abrangeram 141 trabalhadores.

- **Área de Desenvolvimento Específico:**

Na globalidade, o desenvolvimento específico dos
colaboradores do Instituto representa o peso mais
significativo da formação, a qual consiste na
selecção de acções externas ao ICP, às quais os téc-
nicos recorrem para o aperfeiçoamento e
desenvolvimento de novas competências funcionais.

- **Technical Development:**

Law Basics - Law for non-Lawyers; International
Organisations and Community Institutions; DVB-T
Courses; Cartography and Transformation of
Co-ordinates; and continued training in French and
English.

Special mention should be made of the training
given on microcomputers - sessions on basic and
advanced Windows, Word, Intermediate Excel, and
basic and intermediate Access took place in the
final quarter and included 141 employees.

- **Specific Development:**

Overall, the specific development of Institute
employees represents the largest portion of the
training given. This training is given outside ICP,
and technicians use it to perfect and develop new
skills.

QUADRO 8 TABLE 8

**MEIOS UTILIZADOS
RESOURCES USED**

	2000	2001	Dif. Change
Nº de acções No. training sessions	364	524	+160
Nº de participações dos formandos No. of times employees participated	1.016	814	-202
Nº de dias No. days	3.153	3.620	+467
Nº de dias/effectivo médio No. days /mid-level employee	8	9	1
Custos de formação/custos com pessoal (%) Training costs/employees costs (%)	3,8	3,3	-0,5
Custos directos (milhares de euros) Direct costs (thousands of euros)	509	486	-23
Custo / efectivo médio (mEuros) Costs / mid-level employee (millions of Euros)	1,31	1,21	-0,1

3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E INVESTIMENTO

3. ASSETS AND INVESTMENTS

**SITUAÇÃO PATRIMONIAL
E INVESTIMENTO**

**ASSETS
AND INVESTMENTS**



3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E INVESTIMENTO

O investimento realizado pelo ICP no ano de 2001 cifrou-se em aproximadamente 4 milhões de euros, montante que se encontra dentro da média anual do Instituto, embora se tenha situado abaixo da estimativa inicial constante no último plano trienal.

3. ASSETS AND INVESTMENTS

Investments made by the ICP in 2001 totalled close to 4 million euros, an amount which is in line with the institute's annual average, but lower than initially forecasted in the last three-year plan.

INVESTIMENTO REALIZADO NO PERÍODO 1989 - 2001
INVESTMENTS MADE IN THE 1989 - 2001 PERIOD

Ano Year	Valor Amount	Ano Year	Valor Amount	Ano Year	Valor Amount
1989	1.286.899	1993	2.394.975	1997	3.680.714
1990	1.581.189	1994	4.988.255	1998	4.726.698
1991	3.434.944	1995	9.352.027	1999	3.005.166
1992	3.054.805	1996	4.408.467	2000	4.448.880
				2001	3.990.163
Total geral Total	50.353.182	Média anual Annual average	3.873.322		

Unidade: Euros
Unit: Euros

As naturezas que mais contribuíram para o montante global do investimento realizado pelo Instituto, perspectivadas na linha das orientações estratégicas constantes no referido plano trienal, foram as seguintes:

- Reapetrechamento e renovação de diversos equipamentos básicos necessários às áreas técnicas do Instituto, no montante de 508 milhares de Euros;
- Reapetrechamento e renovação anual da frota de viaturas do Instituto, no montante de

The categories that most contributed to the comprehensive amount invested by the Institute, and which were forecast in the strategic guidelines of the three-year plan, are the following:

- Re-equip and renovate the various basic components and equipment necessary for the technical areas of the Institute; amount: 508,000 Euros;
- Annual re-vamping and renovation of the Institute's automobile fleet; amount: 270,000 Euros;

270 milhares de Euros;

- Reapetrechamento e renovação técnica das tecnologias e dos sistemas de informação - hardware e software, no montante de 1.847 milhares de Euros, composto por 50% em hardware e 50% em software;
- Reapetrechamento e renovação de equipamentos administrativos, nomeadamente substituição de fotocopiadoras, aquisição de mobiliário, etc., no montante de 326 milhares de Euros;
- Melhoramentos em edifícios de propriedade do Instituto, no montante de 505 milhares de Euros;
- Melhoramentos e obras de adaptação em edifícios que não são propriedade do ICP, no montante de 534 milhares de Euros.



- Technical re-vamping and renovation of IT systems; amount: 1,847,000 Euros, which was invested in hardware and software in equal amounts;
- Re-vamping and renovation of administrative equipment, namely substituting photocopying machines and acquiring furniture, etc.; amount: 326,000 Euros
- Renovating buildings that belong to the Institute, amount: 505,000 Euros;
- Renovation work on buildings that don't belong to the ICP; amount: 534,000 Euros;

EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO
EVOLUTION IN FIXED ASSETS

	1999	2000	2001	Var 01/00 Variation 01/00	
Imobilizado bruto Gross Value	48.938.928	52.306.780	53.943.696	1.636.916	3,1%
Amortizações Amortizations	-26.477.701	-29.708.765	-32.905.631	-3.196.866	10,8%
Imobilizado líquido Net Value	22.461.227	22.598.015	21.038.065	-1.559.950	-6,9%

Unidade: Euros
Unit: Euros

No que toca à situação patrimonial observa-se uma redução do nível do imobilizado líquido, uma vez que o acréscimo do montante das amortizações acumuladas, avaliado em termos de amortizações do exercício, abates e regularizações, foi superior ao acréscimo do imobilizado bruto acumulado, avaliado em termos de investimento, abates e regularizações.

Esta situação ocorreu atendendo a que, por um lado, o ICP não conseguiu atingir o objectivo de investimento traçado no plano e, por outro lado, as amortizações do exercício sofreram um incremento significativo, face aos fortes níveis de investimento ocorridos nos últimos anos.

The reduction in investment asset value is due to the increase in amortizations, as the accumulated increases in amortizations, evaluated in terms of amortizations from the period, deductions and adjustments, is higher than the accumulated increases in gross asset value, evaluated in terms of investment, deductions and adjustments.

This happened because on one hand the ICP was not able to reach the forecasted investment figure outlined in the plan, while on the other the amortizations from the period increased greatly due to strong levels of investment made in the last few years.

VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO
VARIATION IN FIXED ASSETS

	2000	2001
Investimento total do ano Total Investments	4.448.880	3.990.163
- Custos diferidos - obras de adaptação - Deferred Costs - renovation work	-181.629	-534.207
Investimento em imobilizações corpóreas Investments in tangible fixed assets	4.267.251	3.455.956
Amortizações do exercício Amortizations	-4.069.425	-4.597.806
Desinvestimentos Asset Sales	-62.906	-20.462
Regularizações Adjustments	1.869	-397.638
Redução do imobilizado líquido Decrease of net investment asset value	136.789	-1.559.950

Unidade: Euros
Unit: Euros

O detalhe da variação do imobilizado, por grandes rubricas, constante no quadro acima, evidencia com maior clareza o que anteriormente foi referido, ou seja, as amortizações do exercício foram superiores, este ano, ao investimento líquido de abates (desinvestimentos) e regularizações.

The table clarifies what was mentioned earlier, that is, that amortizations in the period were higher than the net investments in deductions and adjustments.



1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 3, 1862. It is a long and detailed letter, covering many topics, including the state of the Union, the progress of the war, and the administration of the government. The letter is written in a formal and dignified style, and is signed by Abraham Lincoln.

2. The second part of the document is a report from the Secretary of the War Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the war, the progress of the army, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Edwin M. Stanton.

3. The third part of the document is a report from the Secretary of the Navy Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the navy, the progress of the fleet, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Gideon Welles.

4. The fourth part of the document is a report from the Secretary of the Treasury Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the treasury, the progress of the revenue, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Charles A. Smith.

5. The fifth part of the document is a report from the Secretary of the Interior Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the interior, the progress of the land office, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Caleb B. Smith.

6. The sixth part of the document is a report from the Secretary of the War Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the war, the progress of the army, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Edwin M. Stanton.

7. The seventh part of the document is a report from the Secretary of the Navy Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the navy, the progress of the fleet, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Gideon Welles.

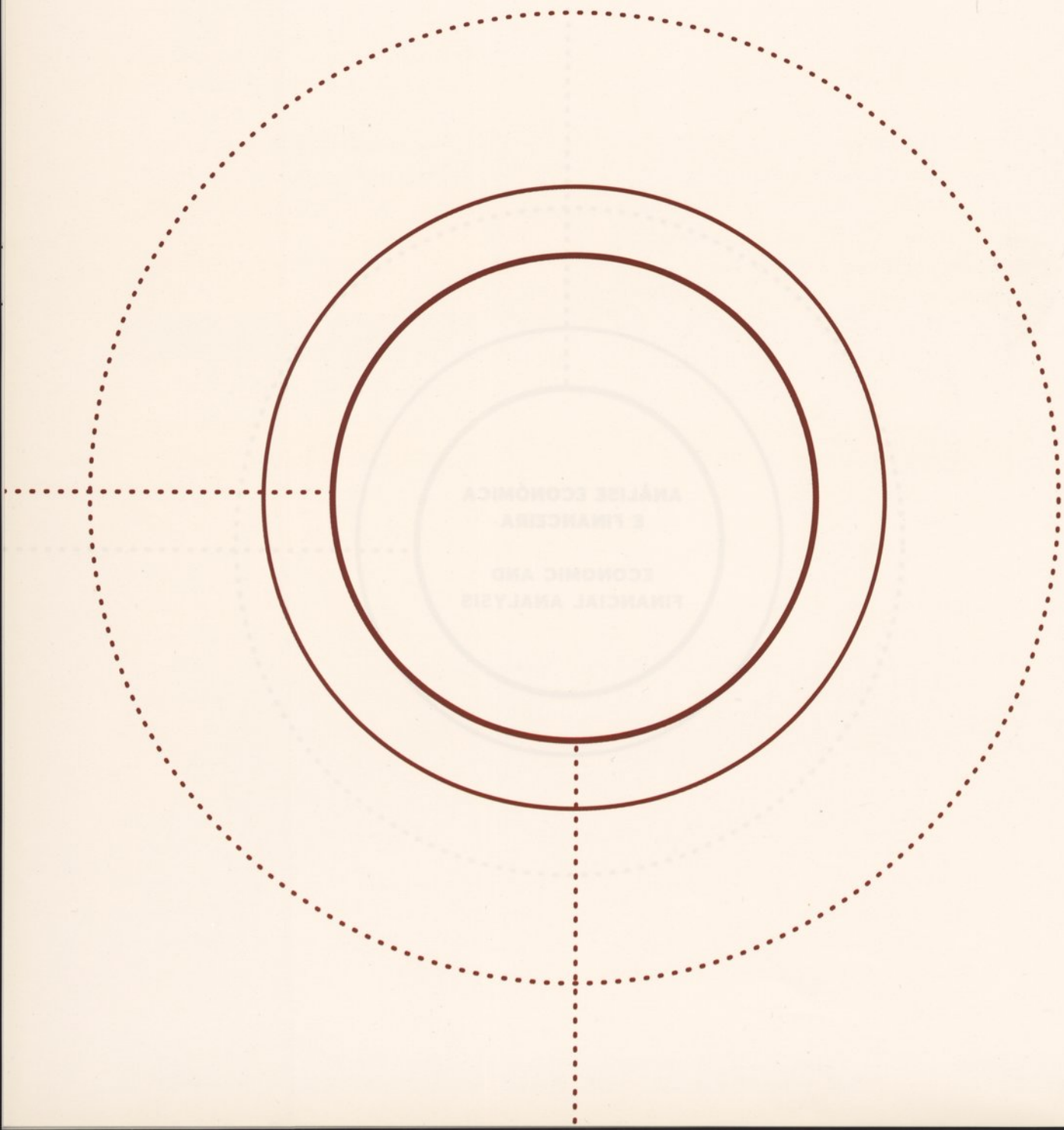
8. The eighth part of the document is a report from the Secretary of the Treasury Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the treasury, the progress of the revenue, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Charles A. Smith.

9. The ninth part of the document is a report from the Secretary of the Interior Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the interior, the progress of the land office, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Caleb B. Smith.

10. The tenth part of the document is a report from the Secretary of the War Department, dated January 10, 1862. It is a long and detailed report, covering many topics, including the state of the war, the progress of the army, and the administration of the department. The report is written in a formal and dignified style, and is signed by Edwin M. Stanton.

**ANÁLISE ECONÓMICA
E FINANCEIRA**

**ECONOMIC AND
FINANCIAL ANALYSIS**



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

A análise do exercício económico de 2001, à semelhança do ocorrido nos anos anteriores, evidencia resultados globalmente positivos, cuja expressão em termos de resultado líquido se traduz num crescimento de 19% face ao ano anterior, conforme decomposição que pode observar-se no mapa seguinte:

RESULTADOS RESULTS	1999		2000		2001		Var 01/00 Variation 01/00	
Proveitos e Ganhos Operacionais Operating income and earnings	45.398.318	100%	58.640.932	100%	68.612.383	9.971.451	17%	
Custos e Perdas Operacionais Operating costs and losses	-32.346.001	-71%	-31.741.524	-54%	-37.819.850	-6.078.326	19%	
Resultados Operacionais Operating results	13.052.317	29%	26.899.408	46%	30.792.533	3.893.125	14%	
Resultados Financeiros Financial results	943.694	2%	2.036.419	3%	3.179.071	1.142.652	56%	
Resultados Extraordinários Extraordinary results	-285.673	-4%	436.484	-1%	907.590	471.106	108%	
Resultado Líquido Net income	13.710.338	27%	29.372.311	48%	34.879.194	5.506.883	19%	

Unidade: Euros
Unit: Euros

Os resultados operacionais mantiveram níveis de realização bastante significativos, sobretudo como consequência do crescimento sustentado do número de estações móveis do Serviço Móvel Terrestre Público.

4. ECONOMIC AND FINANCIAL ANALYSIS

1 ECONOMIC SITUATION

The analysis of the economic results of 2001, shows that they were positive, similar to what happened in previous years. The bottom line figure, that is, net income, rose 19%, when compared to the previous year. The following table shows the breakdown:

Operating results have maintained a significant growth pattern, mainly as a consequence of the stable growth in the number of Public Land Mobile Service stations.

Os resultados financeiros reflectem a rentabilização dos recursos financeiros disponíveis, aplicados de forma segura (depósitos a prazo ou títulos da dívida pública) em instituições de crédito e na Direcção-Geral do Tesouro, ao longo do ano.

Os resultados extraordinários, atendendo à sua própria natureza, correspondem a realizações de carácter extraordinário ocorridas no exercício, das quais se destacam, a verba relativa à alienação de um imóvel em Benavente, aos CTT - Correios de Portugal, SA, outrora em usufruto pela Raret e o reembolso efectuado pela mesma empresa, de um conjunto de despesas suportadas pelo ICP com uma propriedade sita em Glória do Ribatejo, agora entregue àquela entidade, nos termos do despacho conjunto dos Senhores Ministros do Equipamento Social e das Finanças nº 264/2001, de 23 de Março, conforme detalhe constante do ponto 51.4 do anexo ao balanço e demonstração de resultados.

Tal como nos exercícios anteriores, o resultado líquido foi transferido para a reserva de investimento, como reforço do montante daquela rubrica.

A análise detalhada dos proveitos e ganhos e dos custos e perdas, por natureza, apresenta a seguinte decomposição:

Financial results reflect profits made from available financial products, applied in a low-risk and secure fashion (savings accounts or government bonds) in the credit institutions of the Directorate General of the Treasury.

Extraordinary results refer to one-time gains and other extraordinary transactions in the period. The main gain was the sale of the Benavente fixed asset, which was used by Raret, to CTT - Correios de Portugal, SA, as well as the reimbursement, by the same company, of a series of costs relating to a property in Glória do Ribatejo, which has since been handed over to CTT, as a result of a joint order of the Ministers of Infrastructure and Finance, no. 264/2001 23 March, mentioned in section 51.4 of the appendix.

As in previous years, net income was transferred to investment reserves, in order to strengthen that amount.

The following shows details of the operating income and earnings by category:

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS E GANHOS EVOLUTION IN OPERATING INCOME AND EARNINGS

	1999	2000	2001	Var 01/00 Variation 01/00
Prestações de Serviço Providing of Services	45.023.371	58.246.848	67.971.470	17%
Registos/Licenciamentos Registers/Licensing	410.576	1.033.231	701.527	-32%
Utilização do espectro Spectrum use	41.525.671	56.888.230	67.051.288	18%
Outras Prestações de Serviço Other services provided	3.087.124	325.387	218.655	-33%
Proveitos Suplementares Supplementary income	54.534	10.467	151.784	1350%
Subsídios à Exploração Subsidies for Operating and Managing	320.413	383.617	489.129	28%
Prov. e Ganhos Financeiros Financial Income and Earnings	961.421	2.057.002	3.197.642	55%
Prov. e Ganhos Extraordinários Extraordinary Income and Earnings	290.044	2.398.808	924.843	-61%
Total Total	46.649.783	63.096.742	72.734.868	15%



A evolução positiva dos proveitos e ganhos, cerca de 15%, deve-se, em grande parte, à maior utilização do espectro radioelétrico verificada em 2001 pelos vários intervenientes no mercado, aproximando-se dos 18%. O contributo fundamental para este crescimento foi dado pelo Serviço Móvel Terrestre Público, cuja evolução do número de estações foi de 19,7%, passando de 6.665 mil em 31 de Dezembro de 2000, para 7.977 mil no final de 2001.

Refira-se ainda que, no 2º semestre de 2001, o ICP procedeu a uma redução média de 8,8% dos valores daquele tarifário.

Relativamente aos restantes proveitos e ganhos, os destaques já foram anteriormente mencionados, quando da análise da situação económica, na óptica dos resultados, devendo ainda acrescentar-se que os proveitos e ganhos extraordinários, para além das verbas resultantes da alienação de um imóvel em Benavente e do reembolso de despesas suportadas pelo ICP referentes a uma propriedade, outrora pertença da Raret, agora entregue aos CTT - Correios de Portugal, SA, reflectem, ainda, o reconhecimento como proveito, da parcela do subsídio de investimento atribuído pelo PEDIP, a fundo perdido.

The positive performance of operating income and earnings, some 15%, is primarily to do with the huge usage of radio spectrum in 2001 by the various market participants, a figure which rose 18%. The main contributor to this growth came from the Public Land Mobile Service, which saw a 19.7% increase in the number of stations from 6,665,000 at 31 December 2000, to 7,977,000 at the end of 2001.

It is also worth noting that in the second half of 2001, ICP reduced values in that rate schedule by an average of 8.8%.

The main points of operating income and earnings have already been mentioned, though it is worth mentioning that under extraordinary income and earnings, apart from the sale of the Benavente fixed asset and the reimbursement of costs relating to a property that used to belong to Raret, now in the hands of CTT - Correios de Portugal, SA, there is a one-time gain referring to a portion of an investment subsidy given by PEDIP, which does not have to be paid back.



EVOLUÇÃO DOS CUSTOS E PERDAS
EVOLUTION IN COSTS AND LOSSES

	1999	2000	2001	Var 01/00 Variation 01/00
Fornecimentos e Serviços Externos Provision and external services	9.044.975	9.879.187	10.553.751	7%
Rendas e Alugueres Rent and Lease payments	1.245.989	1.259.416	1.350.854	7%
Deslocações, Estadas, Representação Travel, Accommodation, Representation	1.128.888	1.281.892	1.505.361	17%
Trabalhos Especializados, Honorários Specialised, Free-lance work	2.208.481	3.081.994	2.738.677	-11%
Conservação e Reparação Conservation and Repairing	763.038	1.130.845	1.437.200	27%
Comunicação Communication	691.661	838.980	905.057	8%
Custos Comuns aos Edifícios Common costs relating to buildings	807.117	866.144	947.656	9%
Outros Fornecimentos e Serviços Other services	2.199.801	1.419.916	1.668.946	18%
Custos com o Pessoal Personnel Costs	12.299.295	13.406.956	14.514.560	8%
Remunerações e Encargos Wages and Wage Costs	10.070.766	10.831.205	11.944.002	10%
Outros Custos com o Pessoal Other personnel costs	2.228.529	2.575.751	2.570.558	0%
Outros Custos e Perdas Other Costs and Losses	4.731.515	6.368.863	6.374.523	0%
Quotizações Quotas	949.399	1.020.861	998.032	-2%
Reuniões e Conferências Meetings and Conferences	1.286.689	578.019	112.363	-81%
Apoio logístico a entidades externas Logistical Support to external entities	1.361.502	1.361.693	1.685.048	24%
Projectos especiais Special Projects	215.204	876.573	3.084.578	252%
Outros Custos e Perdas Other Costs and Losses	918.721	2.531.717	494.502	-80%
Amortizações Amortizations	3.972.246	4.069.425	4.597.806	13%
Provisões Provisions	2.891.414	0	1.815.034	
Total Total	32.939.445	33.724.431	37.855.674	12%

Unidade: Euros
Unit: Euros

Os custos e perdas registaram um crescimento de 12%. No entanto, pela análise das diferentes rubricas, observa-se que a contribuição dada pelo ICP para a concretização de projectos especiais no âmbito da

There was a 12% rise in costs and losses. However, after a closer look at the various categories, the factor that contributed most to this rise was ICP's contribution to a series of special information society projects.

sociedade de informação, por orientação da Tutela, foi o aspecto que mais influenciou tal evolução.

Outras rubricas que destacamos por terem tido, também, um aumento significativo são: o apoio logístico concedido a entidades externas, decorrente de despachos da Tutela (designadamente, CPCE - Comissão de Planeamento das Comunicações de Emergência e IOT - Intervenção Operacional em Telecomunicações), e a celebração de novos contratos de manutenção, no âmbito da actualização dos sistemas de informação.

Other categories that can be highlighted for showing a significant increase are: logistical support to external entities as a consequence of ministerial rulings (namely CPCE - Commission for Emergency Communication Planning, IOT - Operational Intervention in Telecommunications), and the signing of new maintenance contracts for updating information systems.

VALOR ACRESCENTADO
ADDED VALUE

	1999	2000	2001	Var 01/00 Variation 01/00
Valor Acrescentado Bruto (Euros) Gross Added Value (Euros)	36.338.182	48.742.132	58.008.970	19,0%
Nº Médio de Efectivos Average No.of Permanent Employees	373	387	401	3,6%
VAB por Efectivo (Euros) Gross Added Value per Employee (Euros)	97.421	125.949	144.661	14,9%

O valor acrescentado bruto, definido nos termos do Plano Oficial de Contabilidade, ascendeu, no ano em apreciação, a €58.008.970, o que representa um acréscimo de 19%, relativamente ao ano anterior.

Gross added value, as defined by the Official Accounting Plan, rose to €58,008,970 in 2001, a 19% rise, when compared to the figure from the previous year.



2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

2 FINANCIAL SITUATION

ESTRUTURA DO BALANÇO BALANCE SHEET

	1999		2000		2001	
Total do activo Total assets	67.139.976	100%	95.799.618	100%	76.212.805	100%
Imobilizado Fixed assets	22.461.227	33%	22.598.015	24%	21.038.065	28%
Capitais Circulantes Current assets	44.678.749	67%	73.201.603	76%	55.174.740	72%
Total do passivo + cap. Próprios Total of liabilities + Equity capital	67.139.976	100%	95.799.618	100%	76.212.805	100%
Capitais Próprios Equity equity	52.258.698	78%	81.631.010	85%	61.558.373	81%
Passivo Liabilities	14.881.278	22%	14.168.608	15%	14.654.432	19%

Unidade: Euros

Unit: Euros

Assinale-se uma ligeira quebra na cobertura do imobilizado líquido pelos capitais próprios, quer pelo facto do imobilizado representar uma fatia menor, em termos de activo líquido total, quer por ter sido efectuada uma entrega extraordinária, de aproximadamente 54,8 milhões de euros, na Direcção-Geral do Tesouro, dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 299/2001, de 22 de Novembro, e no Despacho nº 351/01 do Senhor Ministro das Finanças, de 11 de Dezembro, que determinaram a reposição da quase totalidade do saldo da gerência de 2000, nos cofres do Estado.

Apesar dos factos atrás referidos, a análise dos indicadores económicos e financeiros que a seguir se apresenta, permite concluir que a autonomia financeira do ICP mantém uma situação robusta.

There was a slight fall in the coverage of net fixed asset value by equity capital, explained by the fact that the fixed asset portion was smaller, in terms of total net assets, and by the fact that ICP paid an extraordinary amount, some 54.8 million euros to the Directorate-General of the Treasury. This complies with Decree-Law no. 299/2001 of 22 November, and the Order of the Finance Minister no. 351/01 of 11 December, which brought the managerial balance from 2000 back to the government's vaults.

Apart from some slightly downbeat data indicated before, an analysis of the ICP's economic and financial indicators that follow shows that the ICP's autonomous financial situation remains robust.



INDICADORES ECONÓMICOS ECONOMIC INDICATORS

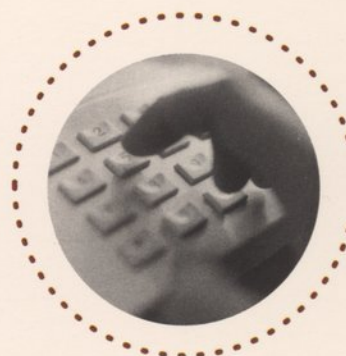
	1999	2000	2001
Rentabilidade dos Capitais Próprios Profitability of Equity capital	26,0%	36,0%	56,7%
Rentabilidade do Activo Total Profitability of Total Assets	20,3%	30,7%	45,8%
Rentabilidade de Exploração Profitability of Operation	30,1%	50,1%	51,3%
Cash Flow (Euros) Cash Flow (Euros)	20.573.998	33.441.735	41.292.034
Autofinanciamento Potencial Self-financing Potential	26,2%	34,9%	51,8%

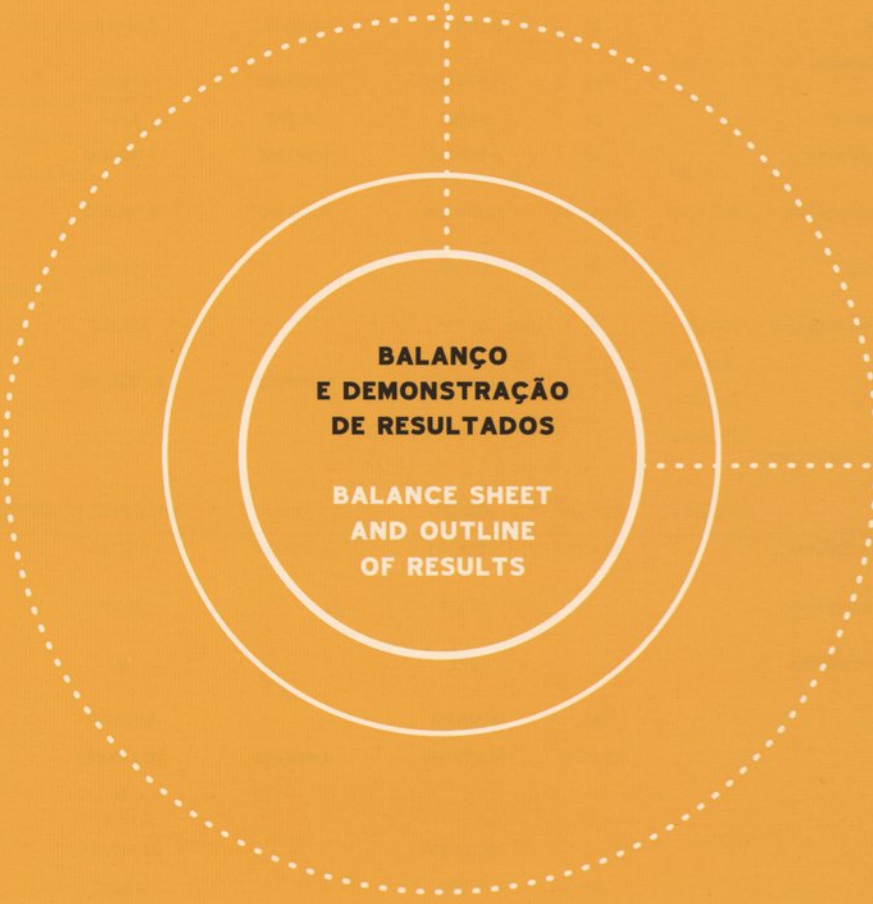
INDICADORES FINANCEIROS FINANCIAL INDICATORS

	1999	2000	2001
Autonomia Financeira Financial Autonomy	78,0%	85,2%	80,8%
Cobertura do Imobilizado Bruto Coverage of Gross Fixed Assets	106,5%	156,1%	114,1%
Liquidez Geral General Liquidity	3,0	5,2	3,8
Fundo de Maneio (Euros) Working Capital (Euros)	29.797.471	59.032.994	40.520.308

Se bem que a anteriormente referida entrega de fundos na Direcção-Geral do Tesouro tenha contribuído para a redução da liquidez geral e do fundo de maneio, em 2001, não é menos verdade que, em termos gerais, os indicadores revelam a manutenção de uma estrutura financeira equilibrada, continuando a ser assegurada a geração dos meios necessários à prossecução da actividade do Organismo, na linha de orientação prosseguida pelo Conselho e Administração.

Even though the aforementioned amount of funds paid to the Directorate-General of the Treasury contributed to a reduction in general liquidity, and to the Working Capital fund in 2001, it is worth noting that, in general, the indicators reveal a controlled and balanced financial structure and show that the institute continues to generate the necessary funds to carry out its activity, in line with the guidelines of the Board of Directors.





**BALANÇO
E DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS**

**BALANCE SHEET
AND OUTLINE
OF RESULTS**

INSTITUTO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
BALANCE SHEET AT 21st OF DECEMBER 2001 AND 2002
Montantes expressos em Euros Values in Euros

Activo Assets		2001		2000	
	Notas Notes	Activo Bruto Gross Assets	Am. Pr. Acum. Am. Pr. Acum.	Activo Líquido Net Assets	Activo Líquido Net Assets
IMOBILIZADO FIXED ASSETS					
Imobilizações Incorpóreas Intangible Fixed Assets					
Prop. Industrial e outros direitos Industrial property and other rights	10	2.396	2.053	343	685
Imobilizações Corpóreas Tangible Fixed Assets					
Terrenos e recursos naturais Lands and natural resources	10	1.314.427		1.314.427	1.323.203
Edifícios e outras construções Buildings and other contructions	10	12.952.976	5.688.613	7.264.363	7.743.108
Equipamento básico Basic equipment	10	16.804.270	14.289.386	2.514.884	3.330.944
Equipamento de transporte Transport equipment	10	1.926.720	1.550.997	375.723	410.828
Ferramentas e utensílios Tools	10	61.096	57.272	3.824	5.424
Equipamento administrativo Administrative equipment	10	9.593.158	6.983.958	2.609.200	1.704.388
Outras imobilizações corpóreas Other tangible fixed assets	10, 14 e 51	10.514.904	4.333.352	6.181.552	6.129.754
Imobilizações em curso Fixed assets in progress	10	452.596		452.596	1.946.709
Adiantamento p/imob. corpóreas Advanced payment for tangible fixed assets	10	321.153		321.153	2.972
		53.943.696	32.905.631	21.038.065	22.598.015
CIRCULANTE CURRENT ASSETS					
Dívidas de Terceiros – Curto Prazo Accounts receivable – short term					
Clientes Trade receivables	23 e 34	820.921	8.066	812.855	1.315.528
Clientes de cobrança duvidosa Bad debtors	23 e 34	5.299.593	4.482.803	816.790	604.813
Adiantamentos a fornecedores Advanced payment to suppliers		28.396		28.396	42.545
Estado e outros entes públicos State and other public bodies		922		922	1.572
Outros devedores Other debtors	31	8.769.261		8.769.261	8.677.805
	23 e 34	14.919.093	4.490.869	10.428.224	10.642.263
Títulos Negociáveis Negotiable Instruments				0	17.457.926
Depósitos e Caixa Bank Deposits and Cash					
Depósitos Bank Deposits	50	39.312.436		39.312.436	39.197.777
Caixa Cash Equivalents		71.200		71.200	15.885
		39.383.636		39.383.636	39.213.662
Acréscimos e Diferimentos Accruals and Deferrals					
Acréscimos de Proveitos Accrued income	48	1.741.914		1.741.914	3.237.682
Custos Diferidos Deferred expenses	48	3.620.966		3.620.966	2.650.070
		5.362.880		5.362.880	5.887.752
		59.665.609		55.174.740	73.201.603
Total de amortizações Total amortizations			32.905.631		
Total de provisões Total provisions			4.490.869		
Total do activo Total assets		113.609.305	37.396.500	76.212.805	95.799.618

INSTITUTO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
BALANCE SHEET AT 21st OF DECEMBER 2001 AND 2002
Montantes expressos em Euros Values in Euros

Capital próprio e passivo Liabilities and equity capital	Notas Notes	2001	2000
CAPITAL PRÓPRIO EQUITY CAPITAL			
Reservas de Reavaliação Re-evaluation reserves	40	2.238.778	2.238.778
Reservas Reserves			
Reservas especiais Special reserves	40	24.440.401	50.019.921
Resultado Líquido do Exercício Net income	40	34.879.194	29.372.311
Total do capital próprio Total equity capital		61.558.373	81.631.010
PASSIVO LEABILITIES			
Provisões para Riscos e Encargos Provisions for Risks and Expenses			
Outras Other	31 e 34	2.255.347	2.169.171
		2.255.347	2.169.171
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo Accounts and Notes Payable - Short Term			0
Fornecedores, c/c Suppliers, current account		269.320	99.903
Fornecedores - fact. recep. conferência Suppliers - check invoices received		89.703	67.471
Fornecedores de imobilizado, c/c Suppliers of fixed assets, current account		116.402	136.290
Estado e outros entes públicos State and other public bodies	49	364.807	332.764
Outros credores Other creditors	31	9.495.750	9.332.427
Acréscimos e Diferimentos Accruals and Deferrals			
Acréscimo de custos Accrued expenses	48	1.761.601	1.605.540
Proveitos diferidos Deferred income	48	301.502	425.042
		2.063.103	2.030.582
Total do passivo Total liabilities		14.654.432	14.168.608
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO TOTAL LIABILITIES AND EQUITY CAPITAL			
		76.212.805	95.799.618



INSTITUTO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
RESULTS BY CATEGORY FOR PERIOD ENDING 31ST OF DECEMBER 2001 AND 2000
Montantes expressos em Euros Values in Euros

Custos e perdas Costs and losses	Notas Notes	2001		2000	
CUSTOS OPERACIONAIS OPERATING EXPENSES					
Fornecimentos e Serviços Externos Supplying services		10.553.751		9.879.187	
Custos com o Pessoal Personnel expenses					
Remunerações Wages and Salaries	43	10.425.065		9.560.175	
Encargos Sociais Social expenses				0	
Pensões Pensions	31	1.531.846		1.472.988	
Outros Other		2.557.649		14.514.560	2.373.793
				13.406.956	
				0	
Amortizações do Imob. Corpóreo e Incorpóreo Amortizations for tangible and intangible fixed assets	10	4.597.806		4.069.425	
Provisões Provisions	34	1.815.034		6.412.840	0
				4.069.425	
Impostos Taxes		49.662		19.613	
Outros Custos e Perdas Operacionais Other operating costs and losses	51	6.289.037		6.338.699	4.366.343
(A)				4.385.956	
		37.819.850		31.741.524	
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS FINANCIAL COSTS AND LOSSES					
Juros e Custos Similares Interest and other expenses	45	18.571		20.583	
(C)		37.838.421		31.762.107	
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS EXTRAORDINARY COSTS AND LOSSES					
(E)	46	17.253		1.962.324	
		37.855.674		33.724.431	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NET INCOME		34.879.194		29.372.311	
		72.734.868		63.096.742	
Proveitos e ganhos Operating income and earnings	Notas Notes				
PROVEITOS OPERACIONAIS OPERATING INCOME					
Prestações de Serviços Provising of services		67.971.470		58.246.848	
Proveitos Suplementares Supplementary income		151.784		10.467	
Subsídios à Exploração Subsidies		489.129		383.617	
Out. Proveitos e Ganhos Operacionais Other operating income and earnings		640.913		0	394.084
(B)		68.612.383		58.640.932	
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS FINANCIAL OPERATING INCOME AND EARNINGS					
Rendimentos de Títulos Negociáveis e de outras Aplicações Profitability of negotiable instruments and other applications	45	470.000		5.504	
Outros Juros e Proveitos Similares Interest and other income	45	2.727.642		3.197.642	2.051.498
(D)		71.810.025		2.057.002	
				60.697.934	
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS EXTRAORDINARY OPERATING INCOME AND EARNINGS					
(F)	46	924.843		2.398.808	
		72.734.868		63.096.742	
		72.734.868		63.096.742	
Resumo: Totals:					
Resultados operacionais: (b) - (a) Operating results: (b) - (a)		30.792.533		26.899.408	
Resultados financeiros: (d - b)-(c - a) Financial results: (d - b)-(c - a)		3.179.071		2.036.419	
Resultados correntes: (d) - (c) Current results: (d) - (c)		33.971.604		28.935.827	
Resultado líq. do exercício: (f) - (e) Net income: (f) - (e)		34.879.194		29.372.311	

STATEMENT OF ORIGIN AND APPLICATION OF FUNDS FOR PERIOD ENDING 31st OF DECEMBER 2001 AND 2000

Origem de fundos Origin of funds	2001	2000	Aplicação de fundos Application of funds	2001	2000
INTERNAS INTERNAL			AUMENTOS DE IMOBILIZAÇÕES INCREASE IN FIXED ASSETS		
Resultado líquido do exercício Net income	34.879.194	29.372.311	Aquisição de imobilizações Acquisition of investment assets	3.455.956	4.267.250
Amortizações Amortizations	4.597.806	4.069.425			
Variação de provisões Change in provisions	1.891.235	-2.404.023	REPOSIÇÃO DE FUNDOS NA DGT REPLACEMENT OF FUNDOS IN DGT Dec.-Lei nº 299/2001, de 22/11 Decree-Law nº 299/2001 of 22nd Nov	54.797.857	
	41.368.235	31.037.713			
DIMINUIÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES DECREASE IN FIXED ASSETS					
Cessão de imobilizações, pelo valor líquido Halting of fixed assets, net value	20.462	61.037			
Regularizações Adjustments	243.664		AUMENTO DOS FUNDOS CIRCULANTES INCREASE IN CURRENT FUNDS		26.831.500
	264.126	61.037		58.253.813	31.098.750
DIMINUIÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES DECREASE IN FIXED ASSETS	16.621.452				
	58.253.813	31.098.750			

Montantes expressos em Euros Values in Euros

Variações activas Variations in assets	2001	2000	Variações passivas Variations in liabilities	2001	2000
Aumentos de dívidas de terceiros a curto prazo Increase in short term accounts receivable	2.104.298	964.506	Diminuição de dívidas de terceiros a curto prazo Decrease in short term accounts receivable	513.278	1.982.823
Diminuições de dívidas a terceiros a curto prazo Decrease in short term accounts and notes payable	19.888	515.104	Aumentos das dívidas a terceiros a curto prazo Increase in short term accounts and notes payable	387.015	209.507
Aumentos das disponibilidades Rise in availability	169.974	26.344.538	Diminuição das disponibilidades Decrease in availability	17.457.926	13.580
Variação dos acréscimos de proventos Variation in increases in income	-1.495.768	874.765	Variação dos acréscimos de custos Variation in the increase in costs	-1.304.038	708.198
Variação dos custos diferidos Variation in deferred costs	970.896	-132.997	Variação dos proventos diferidos Variation in deferred income	1.336.559	-1.179.692
Diminuição dos fundos circulantes Decrease in current funds	16.621.452		Aumento dos fundos circulantes Increase in current funds		26.831.500
	18.390.740	28.565.916		18.390.740	28.565.916

INSTITUTO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CASH FLOW STATEMENT

Para exercícios findos em 01/12/31 e 00/12/31 For the periods ending 31st Dec. 01 and 31st Dec. 00
Montantes expressos em Euros Values in Euros

	2001	2000
ACTIVIDADES OPERACIONAIS OPERATING ACTIVITIES		
Recebimentos de clientes Receivables from clients	68.168.054	56.315.879
Pagamentos a fornecedores Payments to suppliers	-10.759.255	-10.187.665
Pagamentos ao pessoal Payments to personnel	-14.307.564	-13.225.092
Outros recebimentos/pagamentos Other receivables and payables	-54.763.318	36.410
Fluxos gerados pelas operações Cash Flow generated from operations	-11.662.083	32.939.532
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional Other relative receivables and payables	-6.493.159	-4.665.145
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias Cash Flow generated before extraordinaries	-6.493.159	-4.665.145
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias Receivables related to extraordinaries	88.720	183.675
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias Payables related to extraordinaries	-3.947	-118.380
Fluxos gerados pelas rubricas extraordinárias Cash Flow generated from extraordinaries	84.772	65.295
Fluxos das actividades operacionais Total from operating activities	-18.070.470	28.339.682
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO INVESTMENT ACTIVITIES		
Recebimentos provenientes de: Receivables from:		
Alienação de Imobilizações corpóreas Tangible Fixed asset sales	491.667	58.680
Juros e proveitos similares Interest and other income	3.265.513	1.943.124
Subsídio ao investimento Investment subsidy		
	3.757.180	2.001.804
Pagamentos respeitantes a: Payables from:		
Imobilizações corpóreas Tangible Fixed assets	-3.546.082	-4.364.942
Fluxos das actividades de investimento Total from investment activities	211.098	-2.363.440
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO FINANCING ACTIVITIES		
Recebimentos provenientes de: Receivables from:		
Subsídios à exploração Subsidies	571.420	354.440
Fluxos das actividades de financiamento Total from financing activities	571.420	354.440
Varição de caixa e seus equivalentes Variation in cash and cash equivalent	-17.287.952	26.330.984
Caixa e seus equivalentes no início do período Cash and cash equivalents at the start of period	56.671.588	30.340.604
Caixa e seus equivalentes no fim do período Cash and cash equivalents at the end of period	39.383.636	56.671.588

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em 01/12/31)

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2001, e nos dois anos precedentes e a reconciliação entre os valores e o montante de disponibilidades constantes dos balanços nas datas indicadas, são como segue:

APPENDIX TO THE STATEMENT OF CASH FLOW (at 31st Dec 01)

BREAKDOWN OF STATEMENT OF CASH AND CASH EQUIVALENTS

The breakdown of cash and cash equivalents at 31st of December, 2001, in the two previous years, and the reconciliation of sums of cash figuring in the balance sheets at the dates indicated, are as follows:

Montantes expressos em Euros Values in Euros			
Rubricas Breakdown	1999	2000	2001
Numerário	29.465	15.885	71.200
Depósito à ordem	1.730.020	1.289.137	560.322
Depósitos a prazo	28.581.119	55.366.566	38.752.114
	30.340.604	56.671.588	39.383.636

INSTITUTO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 2001
RESULTS BY FUNCTION FOR PERIOD ENDING 31st OF DECEMBER 2000 AND 2001
Montantes expressos em Euros Values in Euros

	2000	2001
Vendas e prestações de serviços Revenues and providing of services	67.971.470	58.246.849
Custo das vendas e das prestações de serviços Costs of revenues and providing of services	-24.862.628	-21.733.771
Resultados brutos Gross income	43.108.842	36.513.078
Outros proveitos e ganhos operacionais Other operating income and earnings	3.923.579	2.720.129
Custos de distribuição Distribution Costs		
Custos administrativos Administrative Costs	-6.668.185	-5.641.409
Outros custos e perdas operacionais Other operating costs and losses	-6.324.861	-4.415.575
Resultados operacionais Operating results	34.039.375	29.176.223
Custo líquido de financiamento Net cost of financing		
Ganhos (perdas) em filiais e associadas Income (losses) in subsidiaries		
Ganhos (perdas) em outros investimentos Income (losses) in other investments		
Resultados não usuais ou não frequentes Unusual or unfrequent results	839.819	196.088
Resultados correntes Current results	34.879.194	29.372.311
Impostos sobre os resultados correntes Taxes on current results		
Resultados correntes após impostos Current results after taxes	34.879.194	29.372.311
Resultados extraordinários Extraordinary results		
Impostos sobre os resultados extraordinários Taxes on extraordinary results		
Resultados líquidos Net Income	34.879.194	29.372.311

AVOID A TENDONITIS-CAUSING INJURY TO
CALL FOR HELP
THE RISK OF THE TENDONITIS IN CASE
[Redacted]

1. [Redacted]
2. [Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2001

SUPPLEMENTS TO THE
FINANCIAL STATEMENT AT
31ST DECEMBER 2001

CONSIDERAÇÕES GERAIS

GENERAL CONSIDERATIONS

Nota Introdutória

Introduction Note

O Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001

de 2001, com o presente Anexo, constitui o Relatório

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

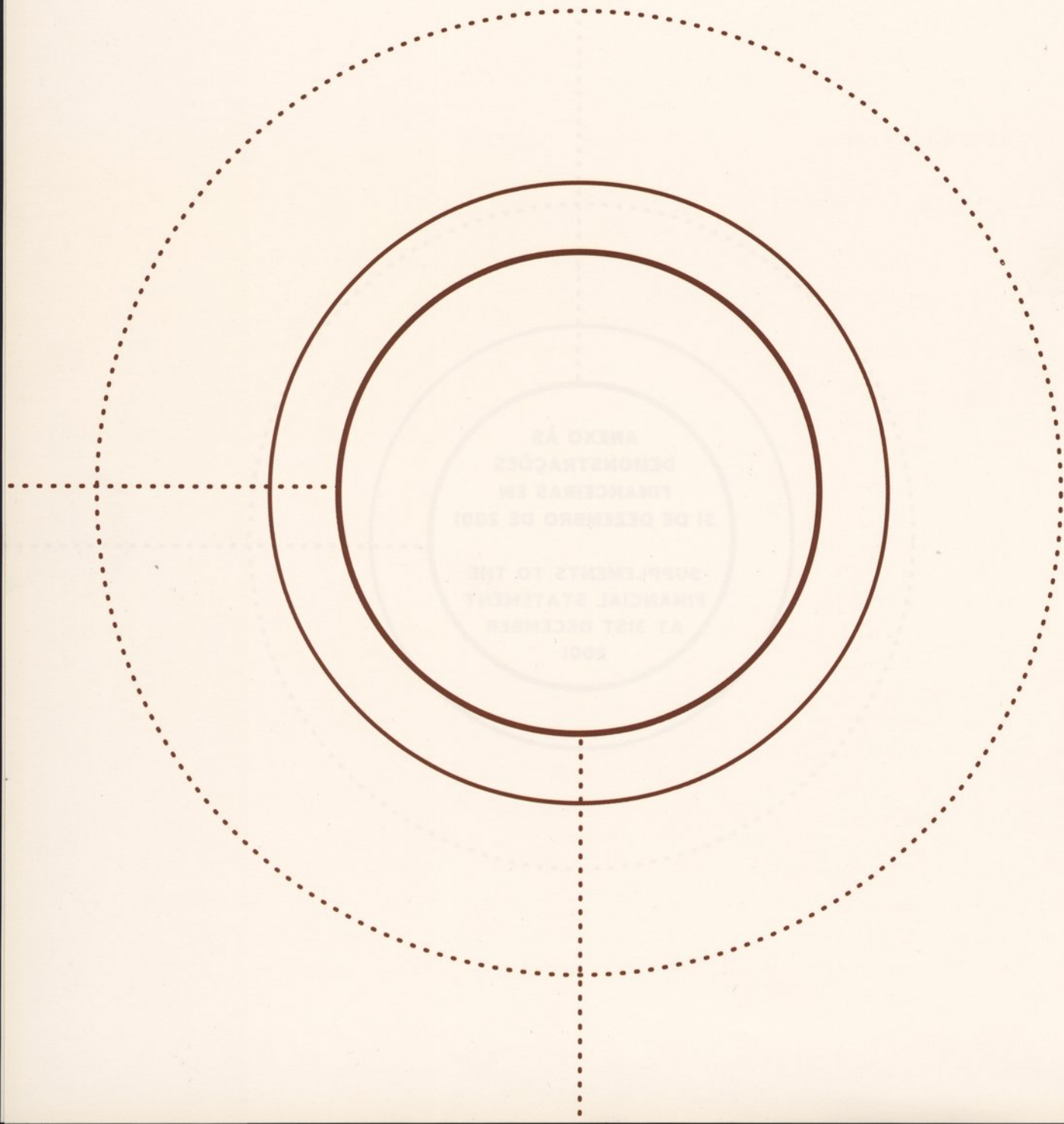
The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

Relatório das Demonstrações Financeiras em 31 de

The Financial Statement at 31st December 2001, with the present

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2001**

**SUPPLEMENTS TO THE
FINANCIAL STATEMENT
AT 31ST DECEMBER
2001**



ANEXO A2
DEMONSTRACÖES
FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2001

SUPPLEMENTS TO THE
FINANCIAL STATEMENTS
AT 31ST DECEMBER
2001

6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001

(Montantes expressos em Euros)

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nota Introdutória

O Instituto das Comunicações de Portugal ("ICP" ou "Instituto"), com sede na Av. José Malhoa nº12, foi criado pelo Decreto-Lei nº188/81, de 2 de Julho, estando-lhe cometidas funções de assessoria ao Governo nas áreas da coordenação, tutela e planeamento do sector das comunicações de serviço público, bem como a representação desse sector e a gestão do espectro radioelétrico.

Com a publicação do Decreto-Lei nº283/89, de 23 de Agosto e alterações no Decreto-Lei nº165/92, de 5 de Agosto, Decreto-Lei nº 95/96, de 17 de Julho e Decreto-Lei nº100/98, de 21 de Abril, foi instituído o novo articulado dos estatutos, de acordo com os quais o ICP é caracterizado como um instituto público dotado de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e património próprio, exercendo a sua acção sob a tutela do Ministro do Equipamento Social.

A gestão do ICP rege-se pelo disposto nos respectivos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das empresas públicas, incluindo a apresentação à tutela, para aprovação, dos planos de actividades e

6. SUPPLEMENTS TO THE FINANCIAL STATEMENT AT 31st DECEMBER 2001

(Values in Euros)

GENERAL CONSIDERATIONS

Introductory note

The "Instituto das Comunicações de Portugal" (Portuguese Communications Institute, "ICP" or "Institute"), headquartered at Av. José Malhoa No. 12, was established by Decree-Law 188/81 of 2 July. Its role is to assist the Government in areas of co-ordination, supervision and planning of public service communications, as well as to represent the sector and manage the radio spectrum.

With the publication of Decree-Law 283/89 of 23 August and amendments to Decree-Law 165/92 of 5 August, Decree-Law 95/96 of 17 July and Decree-Law 100/98 of 21 April, the new statutes were instated. According to same, the ICP is a public institute of legal status, and is autonomous both in terms of finance and administration and has its own assets. The Institute falls under the jurisdiction of the Ministry of Infrastructure and Planning.

The ICP's management is governed by the terms of its statutes and by the laws governing state enterprises. According to these laws the ICP is required to submit plans of action and financial statements several times a year to its supervisory authority as well as its budget, annual report of activities and financial statement.

financeiros plurianuais, do orçamento e relatório anual de actividades e do relatório e contas.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Instituto ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1

MUDANÇA PARA O EURO

Em meados do ano 2000, no ICP constitui-se um grupo de trabalho para levantamento dos impactos da mudança para o Euro no Instituto.

Na sequência dos estudos realizados, perspectivou-se para o período de 13 a 17 de Junho de 2001 a fase de transição para o Euro, período em que se efectuou a paragem das aplicações informáticas e de todos os sistemas de informação e se desenvolveram as tarefas de conversão das aplicações informáticas, de Escudos para Euros, ao nível dos sistemas de informação.

Paralelamente, organizaram-se acções de formação de impacto genérico tendo em vista a sensibilização geral dos trabalhadores do ICP para esta mudança, as quais decorreram entre os dias 29 de Maio e 1 de Junho de 2001. Os trabalhadores dos serviços em que ocorreu um impacto mais directo, nomeadamente as Tesourarias e o Atendimento ao Público, foram objecto de formação específica.

Em 18 de Junho de 2001, o ICP passou a ter como moeda de base a utilizar em toda a sua facturação (semestral e ocasional), o Euro, e o contravalor do total em escudos, os vencimentos em Euros e o contravalor do total em escudos, e todo o sistema financeiro em Euros.

Os procedimentos e orientações difundidos aos Serviços do ICP determinaram que:

The following points are numbered according to the requirements set out in the Official Accounting Plan.

Those points whose numbers do not appear below either do not apply to the Institute or they are not relevant to the financial statements in these supplements.

1

CHANGEOVER TO THE EURO

In mid-2000 the ICP set up a working committee to assess the impact within the Institute of the changeover to the Euro.

Based on the research carried out, the period between 13 and 17 June 2001 was established as the transition period. At this time, all computer systems and programmes were halted and the ICP set about converting all IT applications, within the internal system, from escudos to Euros.

Alongside this, general training sessions were held between 29 May and 1 June 2001, to prepare ICP employees for the changeover. Those employees who were more directly affected, such as those in the treasuries and in direct contact with the public, were given specific training.

On 18 June, the ICP officially began using the euro, with its equivalent in escudos, as the basis for all its invoicing (half yearly and one-off), wages, and entire financial system.

The procedures and directives outlined for ICP departments include the following:

- DOCUMENTATION (internal and external) - All documents that refer to currency should be based on the euro alongside its equivalent value in escudos (queries, faxes, working documents or proposals by the Board of Directors), memoranda, order forms, tender documents, contracts and all

- DOCUMENTAÇÃO (interna e para o exterior) - Toda a documentação com referência a meios monetários tivesse como moeda de base o Euro e o contravalor do total em escudos (informações, faxes, ofícios ou propostas de deliberação do CA), memorandos, requisições, cadernos de encargos, contratos e genericamente todos os documentos sujeitos a despachos, autorizações e ainda em normativos internos diversos;
- POSICIONAMENTO DO SÍMBOLO E ABREVIATURA - No sentido de harmonizar procedimentos, a inserção do Euro na documentação atrás mencionada, passou a fazer-se mediante a aposição do respectivo símbolo (€) ou abreviatura (EUR), à esquerda do valor monetário;
- REGRA DE CONVERSÃO E ARREDONDAMENTO - Aos valores monetários em escudos passaram a aplicar-se as regras de conversão e arredondamento oficiais para o Euro, isto é, os valores são fixados com duas casas decimais, e o resultado é arredondado para a centésima mais próxima, por excesso ou por defeito;
- FORMULÁRIOS E IMPRESSOS - Passaram a estar disponíveis na Intranet todos os formulários e impressos que envolviam valores monetários, já orientados na perspectiva do Euro, os quais passaram a ser obrigatoriamente utilizados a partir de 18 de Junho, deixando de poderem ser utilizados os formulários e impressos anteriormente existentes.

Por último, refira-se que o ICP divulgou a antecipação da mudança para o Euro face à data-limite prevista oficialmente, através de circular endereçada a todas as entidades com quem mantém relacionamento.

2

FACTOS SUBSEQUENTES

Em 7 de Dezembro de 2001, foi publicado o Decreto-Lei nº 309/2001, que introduz alterações, quer no desenho orgânico-institucional do ICP, quer na sua própria designação, que passa a ser ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP - ANACOM).

other documents that are issued, authorisations and other internal documents;

- POSITIONING OF THE SYMBOL AND ABBREVIATION - In order to keep procedures consistent, insertion of the euro in the aforementioned documents is carried out by placing the symbol (€) or abbreviation (EUR) to the left of the value of the currency;
- CONVERSION AND ROUNDING OFF RULE - Values in escudos became subject to the official rules of conversion and rounding off for the euro. Values are set to two decimal places and the resulting amount is rounded up or down to the nearest hundredth;
- FORMS AND TEMPLATES - All forms and templates involving monetary values are now available on the Intranet and all have been duly converted to Euros. All these forms and templates have been used since 18 June and previous versions are no longer valid.

Finally, it is worth noting that the ICP made known its conversion to the euro before the official implementation of the new currency by means of a circular sent out to all the institutions with which it deals.

2

SUBSEQUENT FACTS

On 7 December 2001, Decree-Law 309/2001 was published. It altered the organisational structure of ICP and its name, which is now ICP - Autoridade Nacional de Comunicações ("National Communications Authority". ICP-ANACOM).



Estas alterações visam transformar o anterior Organismo numa verdadeira entidade de regulação e supervisão do sector das comunicações, com reforço dos seus poderes e procedimentos de autoridade.

O regime jurídico da ANACOM foi adequado à sua missão e atribuições, sendo um regime misto que conjuga as prerrogativas de direito público, indispensáveis para o desempenho das suas funções de autoridade, com a flexibilidade e eficiência do direito privado, uma vez que intervém num sector em mutação constante.

Refira-se, também, que a ANACOM continua a personalidade jurídica do ICP, instituído pelo Decreto-Lei nº 188/81, de 2 de Julho, mantendo todos os direitos e obrigações legais ou contratuais, que integram a respectiva esfera jurídica.

Nos termos do artº 6º do citado diploma, a sua entrada em vigor efectua-se no 30º dia após a sua publicação, ou seja, em 6 de Janeiro de 2002, data posterior à da presente prestação de contas.

Embora este acontecimento não tenha influenciado a actividade em análise, entendeu-se referenciá-lo dada a sua relevância para o futuro.

3

PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do ICP, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais princípios contabilísticos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas transferidas dos ex-CTT,



These changes aim to make the previous organ a true regulatory and supervisory body for the communications sector, and to strengthen its authority.

ANACOM's legal standing was modified in accordance with its aims and attributes. It is an institution with mixed characteristics that is governed by both public law - necessary for its role as a regulatory body - and private law, as it is involved in a constantly changing sector.

ANACOM continues to play the legal role that ICP did before it, and which was instituted by Decree-Law 188/81 of 2 July, and maintains all of the legal rights and obligations that the Decree-Law implies.

Under article 6 of the aforementioned law, its implementation begins on the 30th day after its publication, in this case on 6 January 2002, a date that falls after the presentation of these accounts.

Although this fact has had no influence on the period in question it was deemed necessary to mention it, given its relevance in the future.

3

MAIN VALUE CRITERIA

The financial statements were prepared on the basis of continuity of operations, on ICP's accounting records and books, kept according to the accounting principles generally accepted in Portugal.

The main accounting principles used in preparing the financial statements were as follows:

e as adquiridas directamente pelo Instituto, até 31 de Dezembro de 1992, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir do início do ano de aquisição ou utilização.

As taxas de amortização utilizadas foram genericamente as seguintes:

a) Fixed assets

The tangible fixed assets transferred from the former CTT (Postal Service), and those acquired directly by the Institute, at 31 December, 1992, are registered at cost, re-valued according to the legal provisions (Note 12), based on official monetary devaluation coefficients.

Depreciation and amortization is calculated by the straight-line method, from the beginning of the year of acquisition or utilisation.

The amortization rates used were generally as follows:

Taxas de Amortização Amortization Rates		%
Edifícios e/o construções	Buildings and/or construction	2 – 10
Equipamento básico	Basic equipment	10 – 20
Equipamento de transporte	Transport equipment	14.28 – 25
Ferramentas e utensílios	Tools and utensils	25
Equipamento Administrativo	Administrative equipment	10 – 25
Imobilizado não afecto exploração	Fixed assets not allotted to operations	2 – 25
Outras imobilizações corpóreas	Other fixed assets	10 – 33.33

O imobilizado em curso e os terrenos não foram objecto de amortizações.

Refira-se que, por razões de continuidade económica e maior clareza da vida de cada bem, relativamente aos bens transferidos dos ex-CTT, aplicaram-se as taxas de amortização que vinham a ser utilizadas, as quais resultam de despacho específico obtido da tutela.

A todo o imobilizado adquirido pelo ICP (a partir de 1989) são aplicadas as taxas constantes no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro.

The fixed assets in progress and land were not subject to amortization.

For reasons of economic continuity and a clearer understanding of the lifespan of each asset, specifically of the goods of the former CTT, amortisation rates in use at the time were applied, and were established by the supervisory authority.

The rates fixed by Regulatory Decree 2/90, of 12th January are applied to all investment assets acquired by ICP (as of 1989).

b) Especialização de exercícios

O Instituto regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de

b) Specialisation of fiscal years

The Institute registers its income and expenditure according to the principle of specialisation of fiscal

exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

c) Taxas de utilização do espectro radioelétrico

O ICP procede à facturação de taxas de utilização do espectro radioelétrico, as quais são contabilizadas no exercício a que respeitam, ao abrigo dos seguintes normativos:

- Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20 de Julho, que estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização das instalações das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à protecção da exposição às radiações electromagnéticas e à partilha de infra-estruturas de radiocomunicações;
- Portaria 667-A/2001, de 2 de Julho, que fixa as taxas aplicáveis às radiocomunicações, nelas se incluindo as taxas anuais relativas à utilização de cada bloco de frequências atribuído para o acesso fixo via rádio (FWA);
- Decreto-Lei nº 5/95, de 17 de Janeiro, que aprovou o regulamento de amador de radiocomunicações, cujas taxas se encontram fixadas na portaria nº 462/98, de 30 de Julho.

O Serviço Nacional de Protecção Civil, os agentes de protecção civil referidos nas alíneas a) e e) do nº 1 e do nº 2, ambos do artº 18º da Lei 113/91, de 29 de Agosto (lei de bases da protecção civil), bem como outras entidades que participem directamente na prevenção, detecção, vigilância e combate a incêndios, usufruem de redução das taxas (nº 5, do artº 19º, do decreto-lei nº151-A/2000, de 20 de Julho).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 23/98, de 12 de Fevereiro, enumera as entidades abrangidas pelo

years. In this way, income and expenditure is registered as and when it is generated, regardless of when it is received or paid out. The differences between sums received and paid out and the corresponding income and expenditure are registered under accruals and deferrals.

c) Fees for use of the radio spectrum

ICP charges for use of the radio spectrum. These fees are posted in the fiscal year concerned, according to the following rules:

- Decree-Law 151-A/2000 of 20 July sets out the rules for the licensing of radio communication networks and stations, the supervision of the facilities of said stations, and the utilisation of the radio spectrum. It also outlines the principles applicable to radio fees, protection from exposure to electromagnetic radiation and the sharing of radio communication infrastructure;
- Administrative Rule 667-A/2001 of 2 July sets the rates applicable to radiocommunications, including the annual rates for the use of each frequency bloc granted for fixed wireless access (FWA);
- Decree-Law 5/95 of 17 January, which approved the regulation of citizens' band radio communications, whose rates are set in Administrative Rule 462/98 of 30 July;

The National Civil Protection Service, civil protection agents mentioned in paragraphs a) and e) of sections 1 and 2 of article 18 of Law 113/91 of 29 August (basic civil protection law), as well as other organisations that deal with prevention, detection, vigilance, and fire fighting benefit from the reduction of rates (section 5 of article 19 of Decree-Law 151-A/2000 of 20 July).

The Resolution 23/98 of 12 February, of the Council of Ministers, lists the organisations mentioned in the final part of section 1 of article 1 of Decree-Law 144/97 of 7 June.

The Administrative Rule 667-A/2001 of 2 July set

referido Decreto-Lei.

A portaria nº 667-A/2001, de 2 de Julho, fixou em 70% a redução de taxas a que alude o decreto-lei mencionado.

d) Taxas relativas à actividade de operadores de telecomunicações

O Decreto-Lei nº 381-A/97, de 30 de Dezembro, regula o regime de acesso à actividade dos operadores de redes de telecomunicações e dos serviços de telecomunicações de uso público em desenvolvimento da Lei nº 91/97, de 1 de Agosto, (Lei de bases das telecomunicações), e transpõe para o direito interno as Directivas nºs 96/2/CE e 96/19/CE, ambas da Comissão, e 97/13/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho.

O Despacho nº 1230/99 (2ª série), de 25 de Janeiro, determina o valor das taxas a cobrar pelo Instituto relativamente a este tipo de prestadores de serviço.

e) Sobretaxas e Juros de mora

A falta de pagamento das taxas referidas na alínea c) anterior, nos prazos estipulados nas facturas, determina a aplicação de juros de mora e sobretaxas, imposição legal esta a que o ICP se encontra vinculado.

À semelhança dos restantes organismos do Estado, quanto a esta matéria de carácter tão específico, o ICP apenas releva contabilisticamente estes proveitos quando do seu recebimento efectivo.

f) Taxas de Licenciamento e Registo

Pela sua importância referem-se também outros normativos que determinam a aplicação de taxas, que constituem receita do ICP:

- Decreto-Lei nº 47/2000, de 24 de Março, que estabelece o regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Radio Pessoal - Banda do Cidadão (SRP-CB), cujas taxas se encontram fixadas na portaria nº 329/2000, de 9 de Junho;

the reduction of rates for the aforementioned organisations at 70%.

d) Fees for telecom operator activities

Decree-Law 381-A/97 of 30 December, outlines access by the telecom network operators and public telecom services under Law 91/97 of 1 August, (Basic Telecommunications Law). The Decree-Law, and transposes Directives 96/2/EC and 96/19/EC, both of the Commission, and 97/13/EC, of the European Parliament and of the Council, to national law.

Order 1230/99 (2nd series of 25 January determines the value of fees to be charged by the Institute for this type of service.

e) Surcharges and back interest

Failure to pay the fees mentioned in paragraph c) within the stipulated deadlines leads to the application of back interest and surcharges. This is within the law and the ICP is bound by this provision.

As with other State organisations, with regard to this matter, the ICP only declares this income when it is actually received.

f) Registration and Licensing Rates

Due to their significance it is also worth outlining other principles that determine the application of rates that are considered as revenue for the ICP:

- Decree-Law 47/2000 of 24 March, which sets the legal code applicable for the use of Personal Radio Services - Citizens' Band (SRP-CB), whose rates are fixed in Administrative Rule 329/2000 of 9 June;
- Decree-Law 59/2000 of 19 April, which sets the legal code for installation of telecommunications equipment and their network connections in buildings, as well as the code for certification of installation and evaluation of equipment, materials,

- Decreto-Lei nº 59/2000, de 19 de Abril, que estabelece o regime jurídico de instalação das infra-estruturas de telecomunicações em edifícios e respectivas ligações às redes públicas de telecomunicações, bem como o regime da actividade de certificação das instalações e avaliação de conformidade de equipamentos, materiais e infra-estruturas, cujas taxas se encontram fixadas no despacho nº 13.877/2000, de 7 de Julho, do Senhor Ministro do Equipamento Social.

g) Coimas a receber

A generalidade da legislação em vigor, aplicável aos operadores de telecomunicações, prevê a instauração de processos de contra-ordenação e a aplicação de coimas sempre que os normativos existentes sejam violados.

Também, neste caso, e à semelhança dos restantes organismos do Estado, quanto a esta matéria de carácter tão específico, o ICP apenas releva contabilisticamente estes proveitos quando do seu recebimento efectivo.

h) Dívidas de cobrança duvidosa

Atendendo às características específicas do ICP e à natureza da maior parte da sua facturação (taxas cobradas antecipadamente) encontram-se sancionados os seguintes critérios genéricos de tratamento contabilístico das dívidas de clientes:

Pessoas Singulares (não profissionais)

Efectuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas (incluindo carta de último aviso) e mantendo-se as dívidas por liquidar, estas são consideradas de cobrança duvidosa.

Estes créditos foram provisionados a 100%. O critério adoptado baseia-se no facto deste tipo de clientes ser de pagamento incerto, dado que os equipamentos que possuem não se destinam a qualquer tipo de actividade comercial ou industrial, mas sim ao uso pessoal exclusivo.

and infrastructure conformity, whose rates are fixed in Order 877/2000 of 7 July, of the Minister of Infrastructure.

g) Fines to be received

Most of the current legislation that applies to telecom operators provides for disciplinary action and the application of fines whenever existing rules are broken.

In this respect, as is the case with other State bodies, the ICP only posts this income when it is received.

h) Unpaid invoices

In view of the the ICP's specific characteristics and the nature of most of its invoicing (fees charged in advance) the following general rules are applied to debts owed by clients:

Private Individuals (non professionals)

Once all steps for collection of fees have been carried out (including the sending of a letter of final warning) and the fees remain outstanding, then these sums are deemed to be bad debts.

Provision for these debts is set at 100%. This is based on the supposition that these types of customers are unlikely to pay, as the equipment they have is not designed for commercial or industrial use, but exclusively for personal use.



Pessoas Colectivas ou Singulares (profissionais)

Aplicou-se o disposto na alínea c) do nº 1 do artº 34º do código do IRC, isto é, os créditos que estejam em mora há mais de 6 meses desde a data do respectivo vencimento e existam provas de terem sido efectuadas diligências para o seu recebimento foram considerados de cobrança duvidosa.

Estes créditos foram provisionados de acordo com as percentagens definidas no nº 2 do artº 34º do CIRS. Exceptuaram-se os casos em que existem dívidas reclamadas ou em situação idêntica à das dívidas reclamadas e dívidas com processos de falência em curso, em que a provisão constituída foi de 100%.

Estado, Autarquias Locais, Regiões Autónomas

Aplicou-se o disposto na alínea a) do nº 3 do artº 34º do código do IRC, isto é, os créditos sobre o Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais não foram considerados de cobrança duvidosa, pelo que não foi criada provisão para a sua cobertura.

Paralelamente, as dívidas em contencioso, reclamadas, em recurso, falência de empresas e outras, em que haja fortes probabilidades de não virem a ser cobradas, por motivos justificados, foram provisionadas a 100%.

i) Pensões de reforma

Conforme explicado com mais detalhe na Nota 31, o pessoal do ICP requisitado aos CTT estava abrangido, à data da transferência, pelo Plano de Pensões de Reforma e Sobrevivência em vigor naquela empresa, continuando com esse direito aquando da requisição, em conformidade com os estatutos do ICP.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o ICP segue o procedimento de obter anualmente estudos actuariais, efectuando semestralmente entregas ao Fundo, constituído junto do BPI-Pensões para efectuar a gestão do valor das responsabilidades, e ajustando o seu valor no final do ano, de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades.

Corporate Bodies or Private Individuals (professionals)

The terms under paragraph c) of section 1 of article 34 of the Corporate Income Tax Code (IRC) were applied, i.e., the credits outstanding for over 6 months since the date of the respective due date and where there was proof as to the steps taken to collect the amount were exhaustive, then the sums receivable were considered bad debts.

These credits were provided for according to the percentages defined in nº 2 of art. 34º of the Corporate Income Tax Code (CIRS). The exception are the cases where the sums owed have been challenged or are being looked into or bankruptcy has been filed, where the provision formed is to the tune of 100%.

State, Local Authorities, Autonomous Regions

The terms under paragraph a) section 3 of article 34 of the Corporate Income Tax Code were applied, i.e., the credits over the State, Autonomous Regions and Local Authorities were not considered bad debts, as no provision was created to cover them.

At the same time, the debts outstanding in litigation, challenged, being investigated into, bankruptcy of companies and others, in which there are strong probabilities of not recovering the sums, for reasons justifiable, were provided for at 100%.

i) Retirement Pensions

As detailed in Note 31, ICP staff transferred from CTT were covered, at the date of their transfer, by the Retirement and Survival Pension Scheme in force at that company. These employees maintained this right at the time of transferral, in keeping with the ICP statutes.

In order to estimate its liability for the payment of the said allowances, the ICP is following the procedure to annually undertake actuarial studies, and every six months makes transfers to the Fund, formed at



j) Pensões de cuidados de saúde

Conforme explicado com mais detalhe na Nota 31, uma parte dos trabalhadores do ICP não está abrangida pelos esquemas de assistência e benefícios da Segurança Social, os quais são assegurados pelo IOS-Instituto das Obras Sociais dos CTT, continuando com esse direito quando forem reformados.

No presente exercício económico, o ICP solicitou a actualização do estudo actuarial efectuado em 2000, à empresa Watson Wyatt.

l) Subsídios recebidos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos ao Instituto, em 1992 e 1996, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

m) Obras de adaptação realizadas no edifício sede

O critério seguido, consistentemente com o que foi feito nos exercícios anteriores, no que respeita à imputação ao exercício da quota parte das obras de adaptação efectuadas no edifício sede, baseou-se na previsão de um período de dez anos de duração para este tipo de obras.

n) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para escudos, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes nas datas das cobranças, pagamentos ou à data de

"BPI-Pensões" in order to manage the value of its liability, and adjusts its value at the end of the year, so as to be able to fully cover its liability.

j) Health care Pensions

As outlined in Note 31, some ICP employees are not covered by social security benefits and health care schemes, and they are insured by the IOS- Instituto das Obras Sociais (Institute of Social Works) of the CTT, and still had this right when they retired.

In this fiscal year Watson Wyatt updated an actuarial study carried out in 1999 for the ICP.

l) Subsidies received for funding fixed assets

The non-refundable subsidies granted to the Institute in 1992 and 1996 in order to fund fixed assets are registered as deferred operating incomes, under the item accruals and deferrals, and recognised in the statement of profits and losses proportionally to the amortisation of the subsidised fixed assets.

m) Refurbishing works at head office

The criterion followed, in keeping with what was achieved in the previous fiscal years, with regard to attributing to the fiscal year the share of the refurbishing works carried out in the head office building, was based on a 10-year forecast for this type of work.

n) Balances and transactions in foreign currency

All the assets and liabilities expressed in foreign currency were converted into EUR, using the exchange rates in force as at December 31st.

The exchange rate differences, both favourable and unfavourable, caused by the differences between exchange rates at the date of the transactions and



balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

4

COTAÇÕES UTILIZADAS

As taxas de câmbio utilizadas para a actualização das dívidas a terceiros existentes à data de 31 de Dezembro de 2001, foram as seguintes:

those existing at the dates of collection, payment, or at the date of the balance sheet, were registered as operating income and costs in the balance sheet for the fiscal year.

4

EXCHANGED RATES USED

The exchange rates used for updating the debts owed to third parties at December 31st 2001, were as follows:

Cotações em moeda estrangeira Rates in foreign currency	Câmbio Euro Euro exchange rate
Franco Suíço Swiss Franc	0,6762697
Libra Sterling Pound	1,642036
Franco Belga Belgian Franc	0,0247894
Coroa Dinamarquesa Danish Crown	0,134771
Dólar Australiano Australian Dollar	0,57844024

103

7

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DO INSTITUTO

Durante os exercícios de 1999, 2000 e 2001 o número médio de pessoal foi o seguinte:

7

AVERAGE NUMBER OF STAFF ON THE INSTITUTE'S PAYROLL

In fiscal 2001, 2000 and 1999 the average staff was as follows:

Número de trabalhadores Number of employees	1999	2000	2001
Contratados sem termo Permanent contract	348	363	382
Requisitados Requisition contract	6	6	6
Contratados a termo Fixed-term contract	19	18	13
Total Total	373	387	401

MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas e corpóreas foi o seguinte:

MOVEMENT OF INVESTMENT ASSETS

During the fiscal year ending December 31st 2001, the following changes occurred under intangible and fixed assets:

Activo Bruto Gross Assets	Saldo inicial Initial balance	Regularizações Revaluation	Aumentos Increases	Alienações Sales	Abates/Transferências Deductions/Transferrals	Saldo Final Final Balance
Imobilizações incorpóreas Intangible fixed assets						
Prop. Ind. e/ou direitos Industrial property and/or rights	2.396					2.396
Imobilizações corpóreas Tangible Fixed assets						
Terrenos e rec. naturais Land and nat. resources	1.323.203	-8.165		-611		1.314.427
Edifícios e/ou construções Buildings and/or construction	13.022.048	-428.782	505.326	-27.287	-118.329	12.952.976
Equipamento básico Basic equipment	16.831.039	-87.988	507.970		-446.751	16.804.270
Equipamento de transporte Transport equipment	1.868.382	-56.861	270.213	-150.654	-4.360	1.926.720
Ferramentas e utensílios Tools and utensils	60.772	-346	1.236		-566	61.096
Equip. Administrativo Admin. equipment	7.450.413	-26.056	1.065.785	-12.960	1.115.976	9.593.158
Outras imob. corpóreas Other tangible fixed assets	9.798.846	-45.795	787.245	-60.609	35.217	10.514.904
Imobilizado em curso Fixedt assets - in progress	1.946.709				-1.494.113	452.596
Adiantamentos Advances	2.972		318.181			321.153
Subtotal Sub-total	52.304.384	-653.993	3.455.956	-252.121	-912.926	53.941.300
Total geral Overall Total	52.306.780	-653.993	3.455.956	-252.121	-912.926	53.943.696

Unidade: Euros

Unit: Euros



O movimento das amortizações acumuladas foi o seguinte:

The movement in accumulated amortization were as follows:

Amortizações Acumuladas Accumulated amortizations	Saldo inicial Initial balance	Regularizações Revaluation	Aumentos Increases	Alienações Sales	Abates Deductions	Saldo Final Final Balance
Imobilizações incorpóreas Intangible fixed assets						
Prop. Ind. e/ou direitos Ind. Prop. and/or rights	1.711		342			2.053
Imobilizações corpóreas Tangible fixed assets						
Edifícios e/ou construções Buildings/construction	5.278.940	-304.775	732.839	-17.885	-506	5.688.613
Equipamento básico Basic equipment	13.500.095	-87.707	1.351.893		-474.895	14.289.386
Equipamento de transporte Transport equipment	1.457.554	-56.860	303.187	-150.655	-2.229	1.550.997
Ferramentas e utensílios Tools and utensils	55.348	-346	2.836		-566	57.272
Equip. Administrativo Admin. equipment	5.746.025	-25.540	1.422.468	-12.960	-146.035	6.983.958
Outras imob. corpóreas Other tangible fixed assets	3.669.092	-49.293	784.241	-54.791	-15.897	4.333.352
Subtotal Sub-total	29.707.054	-524.521	4.597.464	-236.291	-640.128	32.903.578
Total geral Overall total	29.708.765	-524.521	4.597.806	-236.291	-640.128	32.905.631

Unidade: Euros
Unit: Euros

12
REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES
CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

O ICP procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

14
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO
(INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, importa referir que, em 31 de Dezembro de 2001, se encontrava em poder de terceiros um montante de € 5.554.688 onde se inclui o montante de € 5.053.208

12
REVALUATIONS OF FIXED ASSETS
(LEGISLATION):

In the previous fiscal years ICP revalued its fixed assets under the applicable legislation, in particular:

- Decree-Law 49/91 of 25 January;
- Decree-Law 264/92 of 24 November.

14
TANGIBLE FIXED ASSETS AND THOSE IN
PROGRESS (ADDITIONAL INFORMATION)

In terms of fixed assets and those in progress, it is important to note that, at 31 December 2001, EUR 5,554,688 was in the hands of third parties, including the amount of EUR 5,053,208 corresponding to the former overseas territory stamp collection held by

do espólio filatélico do ex-Ultramar em poder da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Fundação Portuguesa das Comunicações (Portuguese Communications Foundation).

23

VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2001, existiam dívidas de cobrança duvidosa no montante de € 5.299.593. As provisões, no montante de € 4.490.869, dizem respeito não só às dívidas classificadas como de cobrança duvidosa, como também a dívidas de clientes em conta corrente, constituídas de acordo com os critérios descritos na nota 3 alínea h):

31

COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM PENSÕES

Pensões de reforma

Os trabalhadores do ICP, transferidos dos ex-CTT, estavam abrangidos, à data da sua transferência, pelo Plano de Pensões de Reforma e Sobrevivência em vigor naquela empresa, continuando com esse direito, em conformidade com o Artº 28º do Decreto-Lei nº 283/89, de 23 de Agosto, diploma legal que aprovou os estatutos do ICP.

Assim, o ICP assumiu as responsabilidades pelo pagamento das pensões de aposentação, relativamente ao pessoal transferido dos ex-CTT, a maioria do qual integrou os seus quadros em Agosto de 1991.

Até Outubro de 1996, o Instituto reconheceu e contabilizou, através de uma provisão para pensões, as responsabilidades perante os seus trabalhadores, desde a data da sua integração, não se encontrando cobertas as responsabilidades por serviços passados até àquela data, as quais, de acordo com o diploma supra-referido, foram definidas como sendo da responsabilidade dos ex-CTT.

23

TOTAL VALUE OF BAD DEBTS

At 31 December 2001 there were bad debts in the order of EUR 5,299,593. The provisions, on the order of EUR 4,490,869, concern not only debts described as bad but also debts owed by clients, formed according to the criteria described in NOTE 3 paragraph h):

Cobrança duvidosa Bad debts	Dívida Debit	Provisão Provision
Clientes com conta-corrente Clients - current account	820.921	8.066
Clientes de cobrança duvidosa Clients - bad debts	5.299.593	4.482.803
Total Total	6.120.514	4.490.869

Unidade: Euros
Unit: Euros

31

PENSION COMMITMENTS

Retirement pensions

The ICP workers transferred from the former CTT were covered, at the date of their transfer, by the Retirement and Survival Pension Scheme in force in that company, still enjoying that right in accordance with Art. 28 of Decree-Law 283/89 of 23 August, a legal text approving the ICP's statute.

The ICP thus assumed the liability for payment of retirement pensions for staff requested from the former CTT, most of whom joined the ICP's staff in August 1991.

Until October 1996, the Institute recognised and posted, through a pension provision, its liability vis-à-vis its workers, as of the date of their integration into

Em 1 de Outubro de 1996, o ICP constituiu um Fundo de Pensões autónomo para cobrir e financiar as responsabilidades pelo pagamento das pensões.

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo de Pensões - BPI-Pensões, o valor actual das responsabilidades totais dos ex-CTT (relativamente ao período anterior à integração dos trabalhadores no ICP) e do ICP, por serviços passados dos seus trabalhadores activos e reformados, foram estimadas em 31 de Dezembro de 2001 em, aproximadamente, € 20.335.271, assim discriminadas:

Responsabilidades Responsibilities	2000	2001
Responsabilidades dos ex-CTT Responsibility - former CTT	8.577.329	8.712.962
Responsabilidades da CGA Responsibilities of CGA	726.749	720.194
Responsabilidades do ICP Responsibilities of ICP	10.009.377	10.902.115
Total Total	19.313.455	20.335.271

Unidade: Euros
Unit: Euros

A taxa global apurada de 25%, calculada sobre a folha de salários mensal, resulta da soma do encargo mensal do ICP com as responsabilidades futuras (17,5%), e da taxa de desconto aplicada aos trabalhadores (7,5%).

O estudo actuarial elaborado, tomou por base de cálculo uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 2% face ao crescimento dos salários e de 3% face ao crescimento das pensões, tendo sido utilizado o método "Entry Age" para cálculo das responsabilidades com serviços passados e do custo normal. A utilização de tal método é devida à necessidade de estimar custos futuros estáveis até ao momento da reforma de cada trabalhador, por se tratar de um grupo fechado, não havendo lugar a novos elementos. A taxa de actualização dos salários para 2002 foi de 3%.

ICP. Now, the liability for past services, until that date, is not covered. According to the above legal text, it was defined as the liability of the former CTT.

On 1 October 1996, the ICP formed an autonomous Pension Fund to cover and fund its liability for payment of pensions.

According to the actuarial study conducted by the Pension Fund Firm - BPI-Pensões, the current value of the total liability of the former CTT (compared with the year prior to the integration of the workers into ICP), of the "Caixa Geral de Aposentações" (CGA) (Retirement Pension Fund) and the ICP's, for past services of its workers both in service and retired was estimated as at 31 December 2001 at approximately EUR 20,335,271, broken down as follows:

The overall rate of 25%, calculated over the monthly wage bill, results from the sum of the monthly cost to the ICP with future liabilities (17.5%), and the rate of discount applied to workers (7.5%).

The actuarial study carried out used as a basis for calculation a long term return rate of 2% in terms of wage increases and 3% in terms of pension increases, where the Entry Age Method was used to work out the liabilities for past services and normal cost. This method has been used due to the need to estimate stable future costs until the retirement of each worker, since this is a closed group, and there will not be any new members. The salary increase for 2002 was 3%.

The Mortality table used was the French TV 73/77; the Disability table applied was EKV-80.

The normal retirement age considered for retirement at the first opportunity was 36 years of service and at least 60 years of age, with a maximum of 65 years.

At 31 December 2001, the Pension Fund situation as to ICP's responsibility was as follows:

A Tábua de Mortalidade utilizada foi a tábua francesa TV 73/77; a Tábua de Invalidez aplicada foi a EKV-80.

A idade normal de reforma considerada foi a reforma na primeira oportunidade, ou seja com 36 anos de serviço e pelo menos 60 anos de idade, com um máximo de 65 anos.

Em 31 de Dezembro de 2000 e de 2001, a situação do Fundo de Pensões, no que respeita à responsabilidade do ICP, era a seguinte:



Responsabilidades com pensões Pension found		2000	2001
Valor em 1 de Janeiro	Value at 1 January	8.878.104	9.283.736
Encargos do ICP + Descontos dos trabalhadores	Costs to ICP + Employee payments	406.680	412.705
Rentabilidade do Fundo - Comissões	Return on fund - Commissions	-1.048	-241.379
Reforço adicional a entregar de acordo com o estudo	Additional payment according to study	725.641	721.412
Valor do Fundo em 31 de Dezembro	Fund value at 31 December	9.283.736	10.180.703

Unidade: Euros
Unit: Euros

Saliente-se que, este ano, se tornou necessário efectuar um reforço adicional ao fundo, atendendo a que algumas premissas consideradas no estudo não foram atingidas. Com efeito, a rentabilidade do fundo foi negativa, enquanto a previsão do estudo era de 6%. A rentabilidade nominal do Fundo em 2001 foi influenciada directamente pelas oscilações pouco positivas verificadas nos mercados financeiros.

Finalmente, no que respeita às responsabilidades das pensões por serviços passados, a cargo dos CTT, conforme estatui o nº 3 do artº 28º do Decreto-Lei nº 283/89, de 23 de Agosto, o seu montante passou de € 8.577.329 para € 8.712.962. Esta responsabilidade encontra-se evidenciada no balanço do exercício em contas de terceiros (conta 26821), aguardando-se o seu pagamento por parte dos CTT.

It should be noted that this year it was necessary to make an additional payment into the fund, as one of the premises of the study was not achieved. In fact, the return on the fund was negative, while the study's forecast had been 6%. The fund's nominal return in 2001 was directly influenced by unfavourable variations of financial markets.

And lastly, in terms of pensions payable for past services, for which CTT is responsible, as per No. 3 of article 28 of Decree-Law 283/89 of 23 August, the amount has risen from EUR 8,577,329 to EUR 8,712,962. This liability is shown on the balance sheet of the fiscal year under third party items (account 26821), awaiting settlement by CTT.

Pensões com cuidados de saúde

Uma parte dos trabalhadores do ICP não está abrangida pelos esquemas de assistência e benefícios da Segurança Social, os quais são assegurados pelo IOS (Instituto das Obras Sociais dos CTT), nomeadamente, assistência médica, medicamentosa e hospitalar, meios auxiliares de diagnóstico e serviços de enfermagem, para além de outros benefícios sociais, ao abrigo de um protocolo celebrado entre o IOS e o ICP.

As quotizações de montante fixo entregues ao IOS e relativas às despesas de saúde daquela parcela de trabalhadores (activos e reformados) são registadas como custos quando são pagas.

A directriz contabilística nº19 emanada da Comissão de Normalização Contabilística, em 21 de Maio de 1997, veio estabelecer a obrigatoriedade de registo contabilístico, a partir de 1998, das responsabilidades relativas a estes benefícios a auferir pelos empregados reformados.

O Instituto procedeu, em 2001, à actualização do estudo actuarial das responsabilidades em causa, para o que concorreram os pressupostos económicos:

- Taxa de desconto - 6%;
- Taxa de crescimentos dos salários - 3%;
- Taxa de inflação - 2%
- Despesas administrativas em % dos custos médicos
 - 2002 - 8%; 2003 - 7,5%; 2004 - 7%; 2005 - 6,5%; seguintes - 6,5%;
- Tendências de evolução dos custos médicos - 2001 - 5,0%; 2002 - 4,8%; 2003 - 4,6%; seguintes - 4,5%;
- Percentagem de casados - na data de reforma, invalidez ou morte assumiu-se que 55% dos participantes masculinos, e 15% dos participantes femininos, irão incluir o respectivo cônjuge no programa. Assumiu-se, ainda, a diferença de três

Health care Pensions

Some of the ICP's employees are not covered by Social Security benefits or healthcare schemes, and they are insured by the IOS (Instituto das Obras Sociais), the CTT's Institute of Social Works, specifically, for medical care, medication and hospital admissions, diagnoses and nursing services, in addition to other social benefits, as part of an agreement between the IOS and ICP.

The quotations of fixed sums handed over to the IOS and for health expenses of that group of employees (in service and retired) are registered as costs when paid out.

Accounting directive No. 19 of the Accounting Standardisation Commission, of 21 May 1997, made it mandatory as of 1998 to post the liability for these benefits to be drawn by retired workers.

The Institute updated the actuarial study on the liability in question in 2001, where the following economic assumptions were made:

- Discount rate - 6%;
- Salary growth rate - 3%;
- Inflation rate - 2%
- Administrative expenses as % of medical costs -
 - 2002 - 8%; 2003 - 7.5%; 2004 - 7%; 2005 - 6.5%; following years - 6.5%;
- Trend for increase in medical costs - 2001 - 5.0%; 2002 - 4.8%; 2003 - 4.6%; following - 4.5%;
- Percentage of married employees - at the date of retirement, disability or death it was assumed that 55% of male participants and 15% of female participants would include their spouses in the programme. It was also assumed that male spouses are on average three years older than their partners;

anos para mais, dos cônjuges masculinos em relação aos cônjuges femininos;

- Número de filhos - na data de reforma, invalidez ou morte, assumiu-se a média de 1,5 filhos por participante casado e que cada filho é 30 anos mais novo do que o respectivo participante;
- Tábua de mortalidade - TV73/77;
- Tábua de invalidez - 50%EKV80.

O método de cálculo utilizado nesta avaliação actuarial, para apuramento das responsabilidades com cuidados de saúde foi o "Projected Unit Credit".

Estes pressupostos foram estabelecidos tendo por base uma análise de todos os membros do IOS, incluindo os pertencentes ao ICP.

Os resultados desse estudo foram os seguintes:

Responsabilidades Responsabilities	2000	2001
Responsabilidades passadas Past responsibilities	1.799.249	1.873.749
Responsabilidades do ano Yearly responsibilities	74.500	76.251
Responsabilidades totais Total responsibilities	1.873.749	1.950.000
Activos In service — 1.137.000		
Inactivos Retired — 813.000		

Unidade: Euros
Unit: Euros



- Number of children - at the date of retirement, disability or death, it was assumed that each married participant had an average of 1.5 children and that each child is 30 years younger than his respective parent;
- Mortality table - TV73/77;
- Disability table - 50%EKV80.

The calculation method used in this actuarial evaluation to establish the responsibilities with healthcare benefits was Projected Unit Credit.

These assumptions were made based on an analysis of all IOS members including those belonging to ICP. The results of this study were as follows:



Nos termos da directriz contabilística atrás referida, o ICP optou pelo reconhecimento, no exercício de 2001, à semelhança do que havia feito em 2000, da totalidade das responsabilidades com reformados e activos, com impacte nos resultados de 2001, no montante de € 76.251.

Under the terms of the Accounting Directive mentioned above, the ICP opted to recognize in fiscal year 2001, as was the case in 2000, the total liability for retired employees and those in service, with an impact on the 2001 results, in the order of EUR 76,251.

Reconciliação DC19 Reconciliation DC19	2000	2001
1. Posição em 1 de Janeiro 1. Position at 1st January	1.799.249	1.873.749
2. Débitos/Custos 2. Debits/Costs		
(a) Custo dos Serviços Correntes (a) Cost of Current Services	53.646	50.000
(b) Custo dos Juros (b) Interest Costs	106.907	111.000
(c) (Ganhos)/Perdas actuariais (c) Actuarial losses/(gains)	-30.122	-29.000
(d) Subsídio do Governo (d) Government subsidies	-5.207	-7.000
3. Créditos 3. Credits		
(a) Pagamento de benefícios (a) benefit payments		
(b) Contribuições dos inactivos (b) contribution from retirees	-50.724	-48.749
4. Reforço 4. Additional payment	74.500	76.251
5. Posição em 31 de Dezembro 5. Position at 31st December	1.873.749	1.950.000

Unidade: Euros
Unit: Euros

34

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2000 e 2001, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

34

PROVISIONAL MOVEMENTS

During the fiscal years ending December 31, 2000 and 2001, the following provisions were accounted for:

Provisões Provisions	Saldo inicial Initial balance	Aumentos Rises	Reduções nota 46 Reductions note 46	Saldo final Final balance
Provisão para clientes Provision for clients				
Clientes com conta corrente Clients current account	3.873	4.193		8.066
Clientes cobrança duvidosa Clients - bad debts	2.681.938	1.800.865		4.482.803
Provisão para riscos e encargos Provision for risks and costs				
Cuidados de saúde Health care	1.873.749	76.251		1.950.000
Processos judiciais Lawsuits	289.650	9.976		299.626
Restantes Other	5.771		-50	5.721
Total Total	4.854.981	1.891.285	-50	6.746.216

Unidade: Euros

Unit: Euros

Registe-se o aumento significativo verificado nas provisões para clientes, decorrente de facturas não pagas, após todas as diligências de cobranças efectuadas pelo ICP (vide ponto 3 alínea h), nomeadamente o serviço FWA, que contribui com o montante de € 1.210.486 para esse aumento.

A provisão para cuidados de saúde decorre do cumprimento da directriz contabilística nº 19, de 21 de Maio de 1997, emanada da comissão de normalização contabilística.

A provisão para processos judiciais em curso destina-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos diversos advogados do ICP, decorrentes de processos intentados contra o ICP, que em 31 de Dezembro de 2001 se encontravam em curso.

There was a significant rise in provisions for clients because of unpaid invoices, after all efforts of due diligence were performed by the ICP (see section 3 line h). The FWA service was the main contributor to this rise, registering EUR1,210,486.

The provision for health care complies with accounting directive no. 19, from 21 May, 1997, from the accounting commission.

The provision for legal costs represents an estimated amount based on information from the ICP's various lawyers. These include lawsuits filed against ICP that were still in progress on 31 December, 2001.

MOVIMENTOS OCORRIDOS NO CAPITAL

O movimento ocorrido nos saldos das rubricas de capital próprio durante os exercicios de 2000 e de 2001, foi o seguinte:

Capital Equity Capital	Saldo inicial Initial balance	Aumentos Rises	Reduções Reductions	Transferencias Transfers	Saldo final Final balance
Reserva de reavaliação Revaluation Reserves	2.238.778				2.238.778
Reservas especiais Special reserves					
Transferências de imobilizado Transfers of fixed assets	7.679.662	476.881	-630.855	-730.181	6.795.507
Investimento Investment	42.340.259		-54.797.857	30.102.492	17.644.894
Resultado do exercício Final Results	29.372.311	34.879.194		-29.372.311	34.879.194
Total	81.631.010	35.356.075	-55.428.712	0	61.558.373

Unidade: Euros

Unit: Euros

O movimento ocorrido na rubrica "Reserva de investimento" refere-se à entrega do montante de cerca de 54,8 milhões de euros, na Direcção-Geral do Tesouro, em cumprimento do estipulado no decreto-lei nº 299/2001, de 22 de Novembro, e no despacho nº 351/01, de 4 de Dezembro, do Senhor Ministro das Finanças.

A regularização efectuada à conta "Reservas por transferências de imobilizado" decorre da entrega aos CTT - Correios de Portugal, SA, de uma propriedade em Glória do Ribatejo, outrora em usufruto pela Raret e agora pertença do ICP, cujo valor líquido contabilístico foi de, aproximadamente, 154 milhares de euros. A transferência efectuada de "Reservas por transferências de imobilizado" para a "Reserva de Investimento" corresponde ao valor da reavaliação de bens que já não se encontram na posse do Instituto.

EQUITY CAPITAL MOVEMENTS

The following figures represent movements of the equity capital during full-year 2000 and 2001:

The movement on "Investment Reserves" refer to the payment of roughly 54.8 million euros to the Secretary of the Treasury, in compliance with Decree-Law 299/2001 of 22 November and Order 351/01 of 4 December of the Minister of Finance.

The regularization on "Reserves of Transfers of fixedassets" refers to the passing on of land in Glória do Ribatejo to Postal company CTT - Correios de Portugal, SA. This property was used by Raret and is valued at approximately 154 thousand euros. The transfer of the amount in "Reserves of Transfers of investment assets" to "Investment Reserves" refers to the revaluation of assets which no longer belong to the Institute.





42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A demonstração dos resultados por funções (directriz contabilística nº 20), embora de reduzida importância tendo em conta a actividade e operações desenvolvidas pelo ICP, foi preparada face à obrigatoriedade prevista no artº 1º do Decreto-Lei nº 44/99, de 12 de Fevereiro.

Os critérios adoptados na sua elaboração decorrem das orientações estabelecidas na directriz contabilística nº 20/97, devendo destacar os seguintes aspectos:

- O valor das vendas e das prestações de serviço decorrem directamente do valor dos proveitos e ganhos apurados por naturezas;
- O valor dos custos das vendas e das prestações de serviço e o valor dos custos administrativos, decorrem da análise efectuada às rubricas por naturezas, fornecimentos e serviços externos, custos com o pessoal, impostos, amortizações e provisões, com base em critérios orientados para as funções atribuíveis a cada um dos custos.
- O valor dos resultados extraordinários respeita aos ganhos e perdas materialmente relevantes e não usuais por natureza e de ocorrência não frequente.
- O valor dos outros proveitos e ganhos operacionais e outros custos e perdas operacionais incluem os restantes proveitos e ganhos e restantes custos e perdas, nomeadamente os de natureza operacional, financeira e extraordinária, que não se incluem nas rubricas anteriores.

42

RESULTS PER FUNCTION

The results per function (accounting directive 20), even though they are of reduced importance for the ICP, were prepared due to the obligation under article 1 of Decree-Law 44/99 of 12 February.

The criteria adopted for putting together these results come from accounting directive 20/97, wherein the following points are featured:

- The sales and provision of services value is calculated directly from the operating income and earnings figures calculated by category.
- The sales, provision of services and administrative costs are calculated based on analysis of the items by category, provision of external services, personnel costs, taxes, amortizations and provisions. These are based on criteria oriented for the function attributed to each of the costs.
- The value of extraordinary results refers to operating income and earnings that are materially relevant and of infrequent occurrence.
- The value of other operating income and earnings and other operating costs and losses includes remaining income and earnings and remaining costs and losses, namely those of operating, financial and extraordinary nature that are not included in the pervious figures.

43

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais nos exercícios de 1999, 2000 e 2001, foram as seguintes:

Remunerações órgãos sociais Salaries paid to employees	1999	2000	2001
Conselho de Administração Board of Administration	227.536	235.443	246.287
Conselho Fiscal Fiscal Council	38.483	40.363	44.641
Total Total	266.019	275.806	290.928

Unidade: Euros
Unit: Euros

Não existem responsabilidades assumidas por pensões de reforma, relativamente aos membros dos órgãos acima referidos.

43

SALARIES PAID TO EMPLOYEES

Salaries paid to board members during full-year 1999, 2000 and 2001:

There are no costs relating to retirement pensions for the board members referred to above.

115

45

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2000 e 2001 têm a seguinte composição:

45

FINANCIAL RESULTS

These are the financial results for the full-year period ending 31 December, 2000 and 2001:

Resultados financeiros Financial results	2000	2001	2000	2001
Dif. câmbio desfavoráveis Unfavourable exchange rate dif.	13.584	11.538	Juros obtidos Interest gains	1.965.450 3.191.533
Outros c/p financeiros Other financial costs/losses	6.999	7.033	Dif. câmbio favoráveis Favourable exchange rate dif.	86.681 1.719
Resultados financeiros Financial Results	2.036.419	3.179.071	Desc. pronto pagamento Discount Prompt payment	4.023 3.238
Total Total	2.057.002	3.197.642	Outros p/g financeiros Other financial gains	848 1.152
			Total Total	2.057.002 3.197.642

Unidade: Euros
Unit: Euros



46

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2000 e 2001 têm a seguinte composição:

46

EXTRAORDINARY RESULTS

These are the extraordinary results for the full-year periods ending 31st December, 2000 and 2001:

Resultados extraordinários Extraordinary results	2000	2001		2000	2001
Dívidas incobráveis Unrecoverable debts	1.936.162	4.680	Ganhos em imobilizações Fixedt asset gains	52.993	481.106
Perdas em imobilizações Fixed asset losses	25.687	9.802	Redução de provisões Provision reductions	2.129.764	50
Multas e penalidades Fines and penalty fees	50		Outros p/g extraordinários Other extraordinary gains	216.051	443.687
Outros c/p extraordinários Other extraordinary costs/losses	425	2.771			
Resultados extraordinários Extraordinary Results	436.484	907.590			
Total Total	2.398.808	924.843	Total Total	2.398.808	924.843

Unidade: Euros

Unit: Euros

A rubrica de "Ganhos em imobilizações" reflecte a mais valia gerada pela alienação de um imóvel em Benavente, aos CTT - Correios de Portugal, SA, no montante de € 431.423.

A rubrica de "Outros proveitos e ganhos extraordinários", engloba a parte do reembolso das despesas, relativas a exercícios anteriores, suportadas pelo ICP com a manutenção de uma propriedade, em

The category labelled "Fixed asset gains" refers to the sale of property in Benavente to CTT - Correios de Portugal, SA for EUR 431,423.

The category named "Other extraordinary gains" includes part of reimbursed expenses from earlier full fiscal years. These were supported by maintaining the Glória do Ribatejo property, which used to be in the hands of Raret, and is presently owned by the ICP,

Glória do Ribatejo, outrora em usufruto pela Raret e agora pertença do ICP, nos termos do despacho conjunto nº 264/2001, de 23 de Março, dos Senhores Ministros do Equipamento Social e das Finanças, no montante de € 284.855. A parte respeitante ao exercício, no montante de € 124.992, encontra-se contabilizada na rubrica "Proveitos Suplementares".

A rubrica de "Outros proveitos e ganhos extraordinários" inclui o reconhecimento como proveito, no exercício, de uma parcela dos subsídios ao investimento atribuídos ao ICP, calculada nos termos da norma contabilística nº 6/87, emanada da Comissão de Normalização Contabilística (Nota 3 alínea I), no montante de €123.540.

under Joint Order no. 264/2001 of 23 March of the Ministers of Finance and Infrastructure. The maintenance expenses amount to EUR 284,855, and the part referring to this fiscal period is EUR 124,992, is included in the category "Supplementary Gains".

The category "Other extraordinary income and earnings" includes a part of subsidies received by the ICP for investment purposes recognised as gains. These were calculated using the accounting norm no. 6/87 issued by the Accounting Commission (section 3, line I), and comes to EUR 123,540.



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2000 e de 2001, os saldos de acréscimos e diferimentos tinham a seguinte composição:

ACCRUALS AND DEFERRALS

The values representing accrued and deferred payments for the period ending 31 December 2000 and 2001:

Acréscimos de proveitos Accruals of incomes		2000	2001
Valores por facturar	Values to be invoice	2.973.205	1.621.692
Reembolso de deslocações	Reimbursement of travel expenses		8.052
Subsídios a receber (Nota 51.2)	Subsidies to be receive (Section 51.2)	155.901	65.558
Juros a receber	Interest gains to be receive	108.576	46.612
Total	Total	3.237.682	1.741.914
Custos diferidos Deferred costs			
Adaptação de instalações	Renovation of facilities	1.231.774	1.520.616
Quotizações	Subscriptions	693.640	777.246
Rendas e alugueres	Rents and hire payments	111.744	115.350
Subsídio de refeição	Meal expenses	83.607	96.362
Prémios de seguros	Insurance premiums	5.355	157.434
Publicações	Publications	50.074	87.389
Outros	Other	473.876	866.569
Total	Total	2.650.070	3.620.966
Acréscimos de custos Accrued costs			
Remunerações	Wages & Salaries	1.492.499	1.650.009
Seguros a liquidar	Insurance to be pay	16.992	11.894
Outros	Other	96.049	99.698
Total	Total	1.605.540	1.761.601
Proveitos diferidos Deferred incomes			
Subsídios ao investimento	Subsidies for investment purposes	425.042	301.502
Total	Total	425.042	301.502

Unidade: Euros

Unit: Euros

Reportando-nos às principais naturezas que compõem este grupo de rubricas, importa salientar:

- O montante de €1.621.692 respeita às taxas de utilização do espectro radioeléctrico dos operadores de telecomunicações, relativas ao segundo semestre de 2001, que apenas serão facturadas em 2002 (Nota 3 alínea c)).
- O saldo da rubrica "Adaptação de instalações" respeita a obras de adaptação efectuadas no edifício da sede, encontrando-se diferido um montante de € 1.520.616. Foi registado como custo na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, o montante de € 245.365.
- Na rubrica "Quotizações" estão registadas as contribuições pagas pelo ICP no exercício, relativas à sua participação no orçamento de exercício seguinte dos organismos internacionais:

Among the categories in this group that are worth mentioning:

- The amount of EUR 1,62,692 refers to the fees paid by telecommunications operators for use of radio spectrum during the second half of 2001, which will only be billed in 2002. (Article 3, paragraph c).
- The value under the category "Renovation of facilities" refers to work performed at the institute's headquarters, and includes a deferred payment of EUR 1,520,616. An amount of EUR 245,365 was filed as a cost for the fiscal period ending 31st December, 2001.
- The category Quotations includes payments by ICP to the following international organisations, representing ICP's contributions to their budgets for the following fiscal year:

Quotizações Quotations	2000	2001
União Internacional de Telecomunicações (UIT) International Telecommunications Union (ITU)	414.283	428.484
União Postal Universal (UPU) Universal Postal Union (UPU)	193.853	261.455
Gabinete Europeu das Radiocomunicações (ERO) European Radiocommunications Office (ERO)	56.511	87.307
Gabinete Europeu de Telecomunicações (ETO) European Telecommunications Office (ETO)	28.993	
Total Total	693.640	777.246

Unidade: Euros
Unit: Euros

- A rubrica "Remunerações" inclui a responsabilidade assumida pelo ICP, em 31 de Dezembro, com férias e subsídio de férias do ano seguinte, as quais foram calculadas com base nas remunerações dos trabalhadores, actualizadas em 3%, percentagem previsível de aumento para 2002.
- O saldo da rubrica "Subsídios ao investimento", no

- The category labelled "Wages & salaries" includes payments that the ICP was responsible for on 31 December for holiday salaries for the following year. These holiday salaries were based on employees' salaries, which received a rise of 3%, expected for the 2002 period.
- The amount of EUR 301,502 in the category

montante de € 301.502, corresponde à parcela dos subsídios ao investimento atribuídos ao ICP no âmbito dos programas PEDIP, ainda não registada como proveito. O reconhecimento do proveito é efectuado proporcionalmente à amortização dos activos subsidiados. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi reconhecido como proveito um montante de €123.540 (Nota 46).

Durante o exercício económico de 1992, efectuou-se a patrimoniação do investimento realizado com a modernização dos laboratórios de Barcarena, o qual foi financiado pelo IAPMEI no âmbito dos programas SIQ-PEDIP.

Os valores subsidiados, correspondentes a 80% dos montantes efectivamente solicitados, foram os seguintes:

Projecto Project	Equipamento Equipment	Formação Training
Laboratório de Metrologia Metrology Laboratory	195.529	1.297
Compatibilidade Electromagnética Electromagnetic Compatibility	195.529	15.962
Total Total	391.058	17.259

Unidade: Euros
Unit: Euros

No exercício de 1996 efectuou-se a patrimoniação do investimento relativo à instalação de uma câmara anecóica, que se destina à realização de ensaios de compatibilidade electromagnética, projecto que foi financiado no âmbito dos programas SINFRA-PEDIP.

Os valores subsidiados correspondem a 75% dos valores solicitados, devidamente comprovados por facturas:

"Subsidies for investment" refers to a portion of the subsidies attributed to the ICP as part of the PEDIP programme that was not registered as a gain. The recognition of a gain is done on a proportional basis, depending on the amortization of subsidised assets. During the period ending 31 December 2001, an amount of EUR 23,540 was recognised as a gain (section 46).

During the economic period of 1992, investments were made on the institute's assets. The investment includes the modernisation of the laboratories at Barcarena, financed by IAPMEI as part of its SIQ-PEDIP programs.

The following figures refer to subsidised amounts, which correspond to 80% of the values that were requested:

Projecto Project	Equipamento Equipment
Laboratório de Metrologia Metrology Laboratory	982.083
Total Total	982.083

Unidade: Euros
Unit: Euros

During the 1996 fiscal year investments made on the institute's assets included the installing of an anechoic chamber, used to test electromagnetic compatibility. This project was financed as part of the SINFRA-PEDIP programme.

The values that were subsidised represent 75% of the requested amount, and all have invoices associated:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2000 e de 2001, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos State and other public entities	2000	2001
Saldos credores: Credit balances:		
Imposto s/ rendimento das pessoas singulares - retenção na fonte Income tax of private individuals - retention at the source	159.575	177.497
Segurança social Social security	173.189	187.310
Total saldo credor Total credited balance	332.764	364.807
Saldos devedores: Debtor balances:		
Imposto s/ valor acrescentado Value added tax	1.572	922
Total saldo devedor Total debtor balance	1.572	922

Unidade: Euros

Unit: Euros

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2000 e de 2001, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Depósitos bancários Bank deposits	2000	2001
Depósitos à ordem Deposit currency	1.289.137	560.322
Depósitos a prazo Term deposits	37.908.640	38.752.114
Títulos negociáveis Negotiable instruments	17.457.926	
Total Total	56.655.703	39.312.436

Unidade: Euros

Unit: Euros

Dando cumprimento à Resolução de Conselho de Ministros nº 45/2000, de 18 de Maio, o ICP aplicou na Direcção-Geral do Tesouro 60% dos excedentes e

STATE AND OTHER PUBLIC ENTITIES

In 31st December, 2000 and 2001, the following balances were accounted for with these entities:

BANK DEPOSITS

These were the figures in this category on 31 December 2000 and 2001:

The ICP placed 60% of available excess from the institute's treasury on 31st December, 2001, at the Directorate-General of the Treasury, that is, EUR

disponibilidades de tesouraria existentes em 31 de Dezembro de 2001, ou seja, € 25.052.114, resultante de dois depósitos a prazo.

Paralelamente, nas aplicações financeiras efectuadas noutras instituições de crédito, cumpriu a regra de não exceder os 15% do total de recursos aplicados fora do Tesouro numa única instituição, salvo se a mesma possuísse a notação de "investment grade", atribuída por uma das principais agências de "rating".

25,052,114, resulting from two savings accounts, to comply with a Council of Ministers Resolution no. 45/2000 of 18 May.

At the same time, financial products used at other financial institutions complied with the rule not to have more than 15% of the total applied outside the Treasury at one financial institution. The only exception to this rule is if the financial product was labelled "investment grade" by one of the main rating agencies.

51
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

51.1 APOIO LOGÍSTICO À CPCE - COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE COMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA

A CPCE - Comissão de Planeamento das Comunicações de Emergência, foi criada pelo Decreto-Lei nº 153/91, de 23 de Abril.

Nos termos do artº 11º, do citado Decreto-Lei, compete ao ICP prestar o apoio técnico e administrativo necessário, pelo que, a partir de 1994, o ICP passou a assegurar os pagamentos decorrentes das despesas de exploração da referida Comissão.

As realizações orçamentais foram classificadas na subconta 65 - Outros custos operacionais, tendo atingido o montante de € 293.018, assim discriminado, por natureza:

51
OTHER RELEVANT INFORMATION

51.1 LOGISTICAL SUPPORT AT CPCE - COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE COMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA

The CPCE - Comissão de Planeamento das Comunicações de Emergência (Commission of Emergency Communication Planning) was established by Decree-Law 153/91 of 23 April.

Under article 11 of said Decree-Law, the ICP is responsible for providing the necessary technical and administrative support for this commission and as a result, from 1994 the ICP took care of costs relating to the running of the commission.

The budget for the CPCE was classified in sub-account no. 65 - other operational costs, and reached EUR 293,018. The breakdown, by category, is as follows:

C.P.C.E - Custos e perdas C.P.C.E - Costs and losses	2000	2001
Encargos com o pessoal Personnel costs	139.736	137.256
Deslocações/estadas/representação Travel expenses	32.664	39.709
Custos comuns ao edifício arrendado (renda, telefone, electricidade, água, limpeza, condomínio, etc.) Costs related to rented building (rent, telephone, electricity, water, cleaning, etc.)	90.140	74.124
Outros fornecimentos e serviços Other services	43.660	41.929
Total Total	306.200	293.018

51.2 APOIO LOGÍSTICO DADO À I.O.T. - INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

O Despacho SEH Nº23/95-XII, de 25 de Setembro de 1995, veio designar o ICP como Entidade Pagadora da comparticipação comunitária dos projectos aprovados no âmbito da Intervenção Operacional de Telecomunicações, bem como das acções relativas à respectiva Assistência Técnica, na sequência da extinção da CN - Comunicações Nacionais, SA, entidade que assegurava essas funções.

Assim, a partir de Novembro de 1995, as responsabilidades acima referidas passaram a ser desempenhadas pelo ICP.

Durante os anos de 2000 e de 2001, observaram-se os seguintes movimentos na conta bancária da I.O.T.:

51.2 LOGISTICAL SUPPORT FOR I.O.T. - INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

The SHE 23/95-XII Order of 25 September 1995, designated the ICP as the entity that will pay for approved projects under the Intervenção Operacional de Telecomunicações (Operational Telecommunications Intervention) programme. It will also pay for events concerning technical assistance, because the entity that took care of this, CN - Comunicações Nacionais, SA, no longer exists.

As a result of this ruling of November 1995 the aforementioned responsibilities were taken over by ICP.

During fiscal years 2000 and 2001, the following transactions were made in the IOT's bank account:

I.O.T. - Conta bancária I.O.T. - Bank account	2000	2001
Saldo inicial em 1 de Janeiro Initial balance on 1st January	9.887.319	1.472.766
Movimentos a crédito Credit movements		
Transferência de fundos comunitários Transfer of EU funds	2.992.787	1.396.634
Juros Interest	87.725	35.585
Movimentos a débito Debit movements		
Subsídios atribuídos Subsidies	-11.495.065	-2.406.499
Saldo final em 31 de Dezembro Final balance 31st December	1.472.766	498.486

Unidade: Euros
Unit: Euros

Paralelamente, o ICP suportou os custos da IOT, estando-lhe atribuído um projecto que lhe permite ser reembolsado em 75% do valor das despesas elegíveis, no âmbito dos Fundos Comunitários. O montante dos subsídios contabilizados em 2001 foi de € 401.831.

Apresenta-se, seguidamente, o quadro de despesas da IOT, nos exercícios de 2000 e de 2001:

At the same time, the ICP supported the costs of the IOT, which was attributed a project, the eligible expenses of which would be reimbursed by 75% using EU funds. The total value of subsidies accounted for in 2001 was EUR 401,831.

The following are expenses at IOT for the fiscal years 2000 and 2001:

I.O.T. – Custos e perdas I.O.T. – Costs and losses	2000	2001
Encargos com o pessoal e honorários Personnel costs and fees	108.725	126.167
Consultadoria/Avaliações/Promoção Consulting/Evaluations/Promotions	37.287	14.590
Projectos especiais Special Projects	199.713	365.242
Custos comuns ao edifício arrendado (renda, telefone, electricidade, água, limpeza, condomínio etc.) Common costs related to rented building (rent, telephone, electricity, water, cleaning, etc.)	20.328	19.648
Outros fornecimentos e serviços Other services	25.819	19.636
Total Total	391.872	545.283

Unidade: Euros

Unit: Euros

Do conjunto de acções financiadas pelo Instituto no âmbito da IOT, destacam-se as acções de promoção da Telemedicina e CIEDT, no montante de € 262.405, conforme prevêem os protocolos de intervenção estratégica para o desenvolvimento da Telemedicina e para o desenvolvimento de Cybercentros, rubricados pelos representantes do Governo e das entidades beneficiárias.

Among the projects financed by the Institute, Telemedicine and CIEDT are featured, totalling EUR 262,405. These projects are considered part of the government's and the beneficiary's strategic protocol for the development of Telemedicine and for the development of Cyber-centres.

IOT also sponsored Multimedia XXI with EUR 102,254.

A IOT patrocinou, também, a Multimédia XXI com um montante de € 102.254.

51.3 CONTRIBUIÇÃO PARA A FPC-FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

Em 6 de Outubro de 1997, o ICP, a Portugal Telecom, S.A., e os CTT-Correios de Portugal, S.A., instituíram a "Fundação Portuguesa das Comunicações", cujo objectivo consiste em promover o estudo, conservação e divulgação do património histórico, científico e tecnológico no domínio das comunicações, cabendo-lhe ainda realizar actividades de investigação, cooperação e de imagem, divulgação e evolução histórica e as novas tecnologias do sector, bem como o seu contributo para o desenvolvimento económico-social do país e da comunidade.

Na sequência da nomeação dos corpos sociais da Fundação Portuguesa das Comunicações e do início da sua actividade, o ICP, como membro fundador,

51.3 CONTRIBUTION FOR FPC-FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

On 6 October 1997, the ICP, Portugal Telecom S.A., and CTT-Correios de Portugal S.A., founded the "Fundação Portuguesa das Comunicações" (Portuguese Communications Foundation). The main objective of the foundation is the conservation of historical, scientific, and technological communication assets. It is responsible for investigative and co-operative activities, as well as providing a good image; publicising the foundation, describing its history and the sector's new technologies, as well as the foundation's contribution to the socio-economic development of the country and of the community.

After the board members of Fundação Portuguesa das Comunicações were nominated and the foundation began its activities, the ICP, as founding member, registered the following figures, for the fiscal years ending 31st December, 2000 and 2001, under the

registou nas demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2000 e de 2001, na rubrica "Outros custos e perdas operacionais", os seguintes montantes:

F.P.C. – Custos e perdas F.P.C. – Costs and losses	2000	2001
Comparticipação anual Annual fees	503.038	560.549
Encargos com pessoal afecto Personnel costs	240.707	265.111
Outros fornecimentos e serviços Other services	19.829	21.088
Total Total	763.574	846.748

Unidade: Euros
Unit: Euros

51.4 ENTREGA DE BENS AOS CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA

Em 23 de Março de 2001 foi publicado o Despacho Conjunto nº 264/2001, dos Senhores Ministros do Equipamento Social e das Finanças, no qual se determinou:

- Os bens imóveis situados na freguesia de Glória do Ribatejo entregues pela Raret ao ICP, são atribuídos aos CTT - Correios de Portugal, SA, com excepção da edificação referida no ponto seguinte;
- A edificação vulgarmente designada por "Hotel Jackson" é atribuída, a título gratuito, à Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo;
- O prédio urbano, sito em Benavente, é atribuído ao ICP;
- Os CTT - Correios de Portugal, SA reembolsarão o ICP das despesas correntes (segurança, limpeza, manutenção e outras) havidas com os bens que para aquele são transmitidos, despesas essas que o ICP vem suportando desde o dia 17 de Fevereiro de 1999, data em que assumiu a posse de todos os bens móveis e imóveis que lhe foram entregues pela Raret.

category of "Other costs and operational losses":

51.4 ASSETS HANDED OVER TO CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA

On 23rd March, 2001 the Joint Order no. 264/2001 the Ministers of Infrastructure and Finance was published, determining that:

- The assets located at Glória do Ribatejo and handed over by Raret to ICP were passed on to CTT - Correios de Portugal SA, with the exception of the following building:
- A building referred to as "Hotel Jackson", was given, for free, to the neighbourhood council of Glória do Ribatejo.
- The urban building located in Benavente is attributed to the ICP;
- CTT - Correios de Portugal SA, will reimburse the ICP for the costs of assets that were passed on (security, cleaning, maintainence, and other). The ICP has taken care of these costs since 17 February 1999, when the ICP took on all possessions handed over by Raret; which include mobile ones, such as furniture and other transportable objects, and immobile ones, such as buildings.

Em consequência deste despacho o ICP encetou as seguintes acções:

- Em 30 de Setembro de 2001, entregou os bens móveis e imóveis da propriedade de Glória do Ribatejo aos CTT - Correios de Portugal, SA, efectuando as regularizações contabilísticas nas contas de imobilizado e amortizações, nos montantes de € 630.855 e € 476.881, respectivamente, por contrapartida da conta de "Reservas por transferências de imobilizado";
- Apurou as despesas previstas no número 5 do referido despacho e facturou os CTT em conformidade, pelo montante de € 409.847, acrescido de IVA. Relevou contabilisticamente este facto na rubrica de "Proveitos Suplementares", os reembolsos de despesas do exercício, e na rubrica "Proveitos e Ganhos Extraordinários", os reembolsos das despesas respeitantes a exercícios anteriores, nos montantes de € 124.992 e € 284.855, respectivamente.

51.5 REPOSIÇÃO DE UMA PERCENTAGEM DO SALDO DE TESOURARIA DO ICP, NA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

O Decreto-Lei nº 299/2001, de 22 de Novembro, determinou a afectação de uma percentagem do saldo da gerência do ICP de 2000, ao Orçamento de Estado.

O Despacho nº 1351/01, de 11 de Dezembro, do Senhor Ministro das Finanças, fixou essa percentagem em 96,6%, ou seja, € 54.797.857.

Em 21 de Dezembro de 2001, o ICP efectuou a transferência bancária desse montante para uma conta previamente definida pela Direcção-Geral do Tesouro, dando cumprimento aos referidos normativos.

A contabilização da saída dos fundos por débito da conta "Reserva de Investimento" resulta do facto de ser uma regularização de grande impacto, relativa a anos anteriores (saldo da gerência de 2000), não devendo afectar directamente os resultados do exercício, mas

As a result the following actions were taken by ICP:

- On 30 September 2001 the ICP handed over assets at Glória do Ribatejo to CTT - Correios de Portugal SA, and made the respective accounting adjustments for investment assets and amortisations, valued at EUR 630,855 and EUR 476,881, respectively, under the account labelled "Reserves for investment asset transfers".
- After confirming the costs under article 5 of the aforementioned ruling, the ICP billed the CTT for EUR 409,847, plus VAT. This was accounted for under "Supplementary gains", for the reimbursement of the costs, and under "Extraordinary income and earnings" for reimbursements for costs relating to previous fiscal years, for the amount of EUR 124,992 and EUR 284,855, respectively.

51.5 PLACEMENT OF A PERCENTAGE OF THE ICP'S TREASURY ACCOUNT TO THE STATE'S TREASURY

The Decree law 299/2001 of 22 November stated that a percentage of the account of the ICP's management in 2000 goes to the State's budget.

The Order no. 1351/01 of 11 December of the Finance Minister fixed this percentage at 96.6%, that is, EUR 54,797,857.

On 21 December 2001, the ICP performed a bank transfer of that amount to an account defined by the State Treasury, to comply with the aforementioned norms.

The exit of funds from the "Investment reserves" account was a significant amount, and relating to previous years (management account in 2000). This debit should not directly affect the institute's results, but it will affect the account where all gains from previous fiscal periods were kept.

51.6 FISCAL SITUATION

As part of article 1, no. 1 of the statutes, the ICP is a

sim a conta para onde foram anteriormente canalizados os proveitos que deram origem ao excedente em causa, via resultados dos exercícios.

51.6 SITUAÇÃO FISCAL

Nos termos do nº1 do Artº 1º dos Estatutos, o ICP é um Instituto Público dotado de personalidade jurídica e, por isso, está isento do pagamento de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pago pelo ICP na aquisição de bens e serviços, e que não é repercutível, foi registado nas respectivas rubricas de custos e do imobilizado.

51.7 ESPÓLIO FILATÉLICO DO EX-ULTRAMAR

Nos termos e para efeito do disposto no nº 2 do Despacho Conjunto de Suas Excelências o Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, e do Ministro Adjunto do Secretário de Estado da Administração Pública nº 325/97, de 18 de Setembro de 1997, publicado no DR nº 226 II Série, de 30 de Setembro de 1997, o espólio filatélico do ex-Ultramar foi desafectado do domínio privado do Estado e integrado no património do Instituto das Comunicações de Portugal.

Decorreu durante o ano de 1998 a valorização do referido espólio filatélico, tendo o valor apurado atingido o montante de € 5.053.208.

A avaliação deste espólio fez-se País a País, categoria a categoria e peça a peça, integrando o mesmo peças de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor.

Existem ainda peças consideradas em África Comum que, como o nome indica, circularam em todos os países.

O ano base da avaliação é 1997, tendo-se utilizado o catálogo Afinsa (empresa de comercialização filatélica) como valor de referência.

Nesta avaliação utilizou-se sempre o valor normal, isto é, não foi acrescido de 30%, 40% ou 50% sempre que

public institute with certain legal rights. This includes the exemption of company tax (IRC). Value added tax (IVA) paid by the ICP for goods and services that is not refundable was registered in the respective categories of costs and fixed assets.

51.7 THE FORMER TERRITORIES STAMP COLLECTION

Under the terms of article no. 2 of the Joint Order of the Ministers of Infrastructure, Planning and Territorial Administration, and the Assistant Minister of the State Secretary for Public Administration, no. 325/97 of 18 September, 1997, published in DR no. 226, series II, 30 September 1997, the Former Territories stamp collection was handed over by the State to the Portuguese Communications Institute (ICP).

After undergoing an evaluation 1998, said stamp collection was valued at EUR 5,053,208.

The evaluation was carried out individually, on a country by country and category by category basis. The collection includes stamps from Cape Verde, Guinea-Bissau, São Tomé and Príncipe, Angola, Mozambique, India, Macau and Timor.

The collection also contains Common Africa (África Comum) stamps, which, as the name suggests, circulated in all the countries.

The base year of evaluation was 1997, and the Afinsa catalogue (a stamp trading company) was used as the benchmark.

The evaluation always used standard values, that is, 30%, 40% or 50% was not added to a stamp if it was in perfect condition, such as not having frayed or folded corners. It is worth noting that 99% of the collection did not contain any of these imperfections.

The value mentioned above was not altered in 2001 and can be found in the ICP's investment assets, under fixed assets.

os selos se apresentavam sem charneira. De referir que este espólio, em 99% do seu número total, não apresenta charneira.

Este valor não sofreu alteração no decurso do ano de 2001 e encontra-se registado no imobilizado do ICP em outras imobilizações corpóreas.

51.8 PROJECTOS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - TELEMEDICINA, CYBERCENTROS, ETC.

Determinou a Tutela que o ICP participasse no financiamento de um conjunto de projectos especiais de ordem social, no âmbito da sociedade de informação (apoio a crianças com doenças prolongadas, apoio a cidadãos que têm necessidades especiais, etc.), projectos que tirando proveito das potencialidades dos meios de telecomunicações, e numa perspectiva de bem público, se enquadravam no âmbito das Grandes Opções do Plano Nacional.

Durante os anos de 2000 e de 2001, o Instituto financiou os seguintes protocolos/projectos especiais:

Protocolos/projectos especiais Protocols/special projects	2000	2001
Ao abrigo do anexo 2 - medida 3 IOT, reembolso de 75% Appendix 2 - IOT step no. 3, reimbursed by 75%	99.953	262.405
Ao abrigo do anexo 1 - suportado integralmente pelo ICP Appendix 1 - financed in full by ICP	776.620	3.084.578
Total Total	876.573	3.346.983

Unidade: Euros
Unit: Euros

Destacamos, ainda, os protocolos e acordos que têm vindo a ser realizados desde 1999, bem como os montantes estimados dos respectivos projectos e realizações verificadas até ao final do corrente exercício:

- Projecto piloto de concepção e instalação de postos de atendimento ao cidadão (rubricado pelo Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, CTT e ICP). O montante estimado do projecto ascende a € 997.596, tendo-se realizado € 269.087;



51.8 SPECIAL INFORMATION SOCIETY PROJECTS - TELEMEDICINE, CYBER-CENTRES, ETC.

The tutelary body ruled that the ICP should take part in financing a series of special social projects, in the context of information society (support for children with enduring diseases, support for citizens with special needs, etc.). These projects were part of the Major Options of the National Plan, which, as a public service, took advantage of the potential of the various means of telecommunications.

On 2000 and 2001, the ICP financed the following special projects and protocols:

The following are agreements and protocols that have taken place since 1999 as well as the estimated values of their respective projects that have taken place up until the end of 2001:

- A pilot project, which included the conception and installation of a citizen service centre (conceived by the Institute of Citizen Shop Management (Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão), CTT and the ICP). The estimated value of the project is €997,596, €269,087 of which was invested in the period;

- Cybercentro de Castelo Branco - Demonstração prática de tecnologia de informação, comunicação e multimédia (rubricado pelo Governo e Câmara Municipal de Castelo Branco). O montante estimado do projecto ascende a € 633.473;
- Cybercentro da Covilhã - Demonstração prática de tecnologias de informação, comunicação e multimédia (rubricado pelo Governo e Reitor da Universidade da Beira Interior). O montante estimado do projecto ascende a € 633.473, encontrando-se totalmente realizado;
- Cybercentro da Guarda - Demonstração prática de tecnologias de informação, comunicação e multimédia (rubricado pelo Governo e Presidente da Câmara da Guarda). O montante estimado do projecto ascende a € 633.473, tendo-se realizado € 185.505;
- Cybercentro de Guimarães - Demonstração prática de tecnologias de informação, comunicação e multimédia (rubricado pelo ICP, Presidente do Instituto Português de Juventude e Presidente da Câmara de Guimarães). O montante estimado do projecto ascende a € 633.473;
- Telemedicina - Intervenção estratégica para o desenvolvimento da Telemedicina. O montante estimado do projecto ascende a € 997.596, tendo-se realizado € 972.410.

Em 2000, celebraram-se os seguintes acordos:

- Acordo de cooperação entre a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) e o ICP, tendo em vista o fomento das tecnologias de informação e comunicação no apoio educativo a jovens com doenças crónicas graves em situação de internamento. O montante estimado do acordo ascende a € 79.808, tendo-se realizado € 69.564;
- Protocolo com o Observatório da Ciência e Tecnologia e o Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, no

- Cyber-centre in Castelo Branco - a practical demonstration of information, communication and multimedia technology (conceived by the government and the Castelo Branco municipal council). The estimated value of the project is €633,473;
- Cyber-centre in Covilhã - a practical demonstration of information, communication and multimedia technology (conceived by the government and the director of the Universidade da Beira Interior). The estimated value of the project is €633,473, This value was fully invested;
- Cyber-centre in Guarda - a practical demonstration of information, communication and multimedia technology (conceived by the government and the President of the municipal council of Guarda). The estimated value of the project is €633,473, €185,505 of which was invested in the period;
- Cyber-centre in Guimarães - a practical demonstration of information, communication and multimedia technology (conceived by the ICP, President of the Portuguese Youth Institute (Instituto Português de Juventude) and the President of the municipal council of Guimarães). The estimated value of the project is €633,473.
- Telemedicine - strategic intervention to develop Telemedicine. The estimated value of the project is €997,596, €972,410 of which was invested in the period.

In 2000, the following agreements were signed :

- A co-operation agreement between the Regional Board of Education of Lisbon and the ICP (DREL) to encourage and develop information and communi-



âmbito do acompanhamento das estatísticas sobre a sociedade de informação. O montante estimado do protocolo ascende a € 104.748 e foi totalmente realizado;

- Protocolo celebrado com o CEDIPRE - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação, no âmbito do funcionamento e desenvolvimento da investigação, ensino e formação. O montante estimado do protocolo prevê a aquisição de um equipamento informático, já concretizada, no montante de € 4.670, e o pagamento anual de € 9.976;

Em 2001, celebraram-se os seguintes acordos:

- Protocolo de parceria entre o ICP e o IPQ (Instituto Português de Qualidade), para o sector das comunicações. O montante estimado do protocolo ascende a € 58.359 e foi totalmente realizado;
- Acordo de cooperação entre o ICP e a FDTI (Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação) para formação, no âmbito das tecnologias de informação (rubricado pelos Ministros do Equipamento Social e da Juventude e Desportos). O montante estimado do acordo ascende a € 2.893.028, tendo-se realizado € 723.257;
- Protocolo de financiamento do Plano de Longo Prazo do Programa de Telecomunicações da ESA (Agência Espacial Europeia), a executar no período de 2001-2006 (rubricado pelos Ministros do Ambiente e do Ordenamento do Território, da Economia e da Ciência e da Tecnologia). O montante estimado do acordo ascende a € 7.500.000, tendo-se realizado € 1.452.648.

O Director Financeiro e Administrativo

O Conselho de Administração

cation technologies for educational support to interned youths with serious chronic diseases. The estimated value of the agreement is €79,808, €69,564 of which was invested in the period.

- A protocol signed with the Science and Technology Observatory and the Statistics Department of Labour and Training to accompany information society statistics. The estimated value of the protocol is €104,748, which was invested in full.
- A protocol signed with the Centre For Public Rights and Regulation (CEDIPRE) to help understand and develop research, learning and training. The estimated value of the protocol includes the acquisition of IT equipment, which has already been realised, valued at €4,670, with and annual payment of €9,976;

In 2001, the following agreements were signed:

- A protocol in which ICP and the Portuguese Quality Control Institute (IPQ) became partners in the telecommunications sector. The estimated value of the agreement is €58,359, which was invested in full.
- A co-operation agreement between ICP and the Foundation for Information Technology Disclosure (FDTI) for information technology training (signed by the Social Equipment and Youth and Sport Ministers). The estimated value of the agreement is €2,893,028, €723,257 of which was invested;
- A protocol to finance the European Space Agency's (ESA) Long Term Telecommunications Programme Plan for the 2001-2006 period (signed by the Environmental, Regional Planning, Economy, and Science and Technology Ministers. The estimated value of the agreement is €7,500,000, €1,452,648 was invested.

The Financial and Administrative Director

Board of Directors

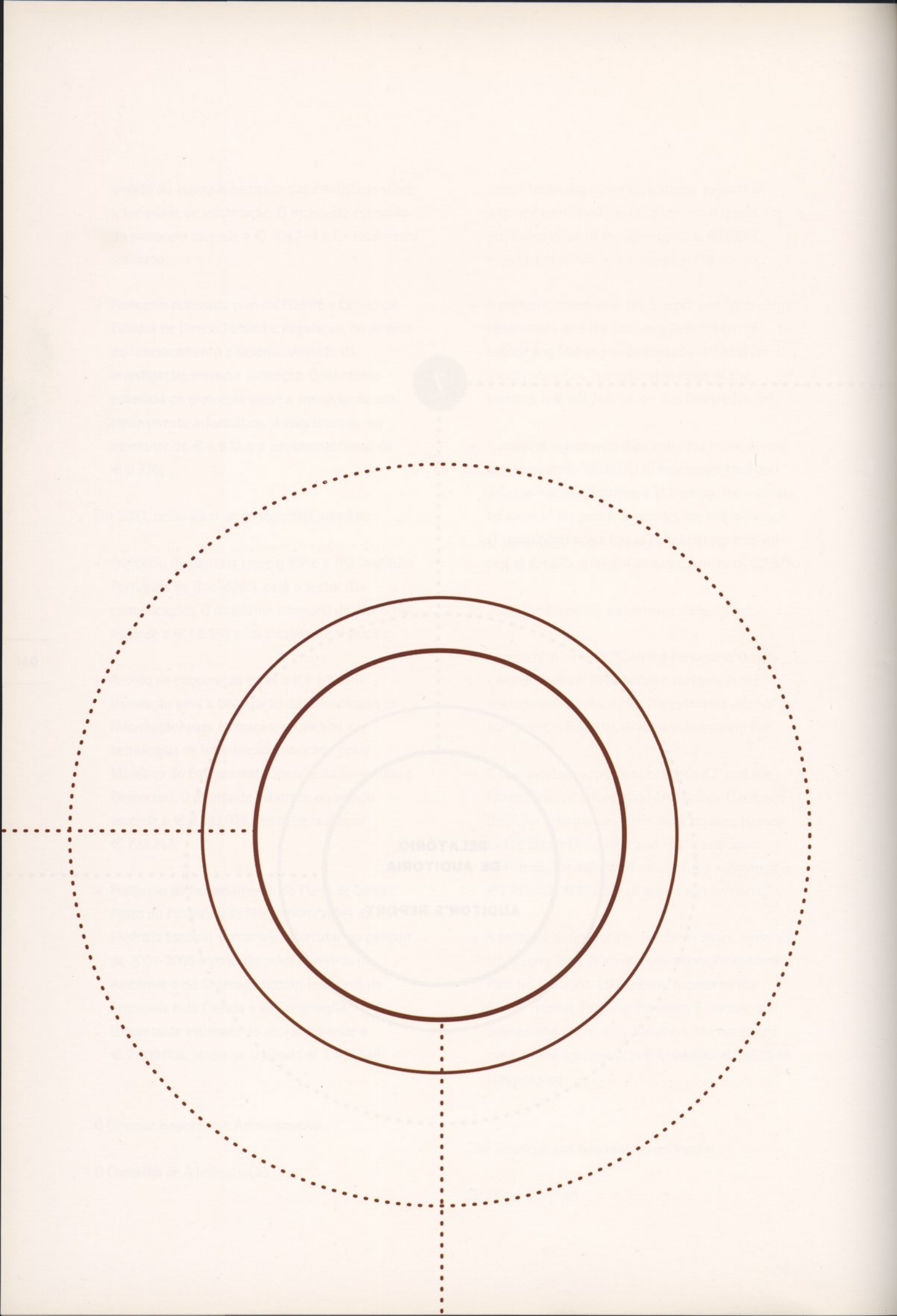
7. RELATÓRIO DE AUDITORIA

7. AUDITOR'S REPORT

7

**RELATÓRIO
DE AUDITORIA**

AUDITOR'S REPORT



7. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. Efectuámos a auditoria ao Balanço do ICP - Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), à data de 31 de Dezembro de 2001, bem como às Demonstrações dos Resultados por natureza e por funções do exercício findo naquela data e à Demonstração dos Fluxos de Caixa, e ao respectivo Anexo. Estas Demonstrações Financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Instituto, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.
2. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 3 abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das Demonstrações Financeiras. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.
3. Conforme se refere nas Notas 3 i) e 31 do Anexo e de acordo com o Art.º 28 do Decreto Lei nº 283/89, de 23 de Agosto, diploma legal que aprovou os estatutos, o ICP assumiu a responsabilidade pelo

7. AUDITOR'S REPORT

1. We have audited the Balance of the ICP - Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) as at 31 December 2001, as well as the Statement of Results by category and by functions with respect to the fiscal year ending on that date and the Cashflow Statement, and the respective Annex. These Financial Statements are the responsibility of the Institute's Board of Administration; our duty as auditors is to express an opinion on same, based on our audit.
2. Except for the limitation described in paragraph 3 below, our audit was conducted in accordance with International Auditing Standards. Such norms require that the audit be planned and carried out in such a way as to obtain a reasonable level of assurance that the Financial Statements do not contain materially relevant distortions. An audit includes verification, based on sampling, of the proof supporting the figures and information in the Financial Statements. It also comprises assessment of the accounting principles adopted and evaluation of the significant estimates effected by the Administration and assessment of the Financial Statements' presentation. We believe that the audit in question is sufficient basis for us to express our opinion.
3. As mentioned in Notes 3 i) and 31 of the Annex, and in accordance with Article 28 of Decree-Law no. 283/89 of 23 August, a legal text that approved the statutes, the ICP assumed responsibility for the payment of retirement and survival pensions for employees co-opted from the CTT, most of whom joined the ICP staff in August 1991. In accordance

pagamento das pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores transferidos dos CTT, que na sua maioria integraram os quadros do ICP em Agosto de 1991. De acordo com o diploma legal acima referido, os CTT assumiram a responsabilidade da entrega das importâncias correspondentes às responsabilidades relativas ao período anterior à integração nos quadros do ICP que, de acordo com o estudo actuarial elaborado por entidade independente, em 31 de Dezembro de 2001 ascendiam a € 8.712,962.

Até à presente data, os CTT ainda não efectuaram a liquidação das referidas importâncias, mantendo-se, na sequência das negociações entretanto ocorridas entre as duas entidades, uma indefinição quanto aos prazos e aos montantes exactos a pagar pelos CTT. Assim, não estamos em condições de concluir sobre a cobrabilidade do valor a receber dos CTT registado no activo na rubrica de outros devedores pelo montante de € 8.712,962 nem sobre a razoabilidade do valor a pagar, no mesmo montante, registado no passivo na rubrica de outros credores, relativo às responsabilidades com pensões de aposentação e sobrevivência do período anterior à integração nos quadros do ICP.

4. Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 3, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira do ICP - Instituto das Comunicações de Portugal, em 31 de Dezembro de 2001, bem como os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 15 de Março de 2002

PricewaterhouseCoopers - Auditores e Consultores, Lda.

with the said legal text, the CTT assumed responsibility for delivery of the sums corresponding to the liabilities from the period before their integration in the ICP, which according to the independent actuarial study had reached EUR 8,712,962 on 31 December 2001.

The CTT has to date not settled the aforesaid amounts. In wake of negotiations meanwhile undertaken by the two entities, uncertainty remains as to the time limits and exact amounts to be paid by the CTT. We are thus not in a position to conclude whether the sum to be received from the CTT, posted on the assets side under other debtors, for the amount of EUR 8,712,962, is recoverable, nor on the reasonableness of the sum to pay, the same amount, posted on the liabilities side under other creditors, regarding liabilities with retirement and survival pensions for the period before integration in the ICP staff.

4. In our opinion, except for possible effects of adjustments that might be necessary were it not for the limitation mentioned in paragraph 3, the Financial Statements appropriately represent, in all relevant aspects, the financial situation of the ICP - Instituto das Comunicações de Portugal on 31 December 2001, as well as the result of its operations in the fiscal year ending on that date, in accordance with accounting principles generally accepted in Portugal.

Lisbon, 15 March 2002

PricewaterhouseCoopers - Auditores e Consultores, Lda.

CONSELHO CONSULTIVO

Os membros estatutários do CCF – Conselho Consultivo do Conselho Nacional de Comunicações (CCF – ANACOM), publicados nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei nº 244/2001, de 7 de Dezembro,

verificados até ao dia 1.º de Janeiro de 2022, no que

Artigo 3.º do Estatuto do Conselho Consultivo do Conselho Nacional de Comunicações (CCF – ANACOM) prevê a publicação dos pareceres emitidos pelo CCF – ANACOM.

Não obstante ao presente, os pareceres emitidos pelo Conselho Consultivo do Conselho Nacional de Comunicações (CCF – ANACOM) não são vinculativos para o Conselho Nacional de Comunicações (CNC – ANACOM).

por dar seguimento ao processo de avaliação da qualidade dos serviços de comunicações de 2021, o Conselho Consultivo do Conselho Nacional de Comunicações (CCF – ANACOM) emite o seguinte parecer:

O Conselho Consultivo do Conselho Nacional de Comunicações (CCF – ANACOM) emite o seguinte parecer:

ADVISORY COUNCIL

The members of the CCF – Advisory Council of the National Council of Communications (CCF – ANACOM), published in the articles 1.º and 2.º of the Decree-Law nº 244/2001, of 7 December,

verified until the 1.º of January of 2022, in what

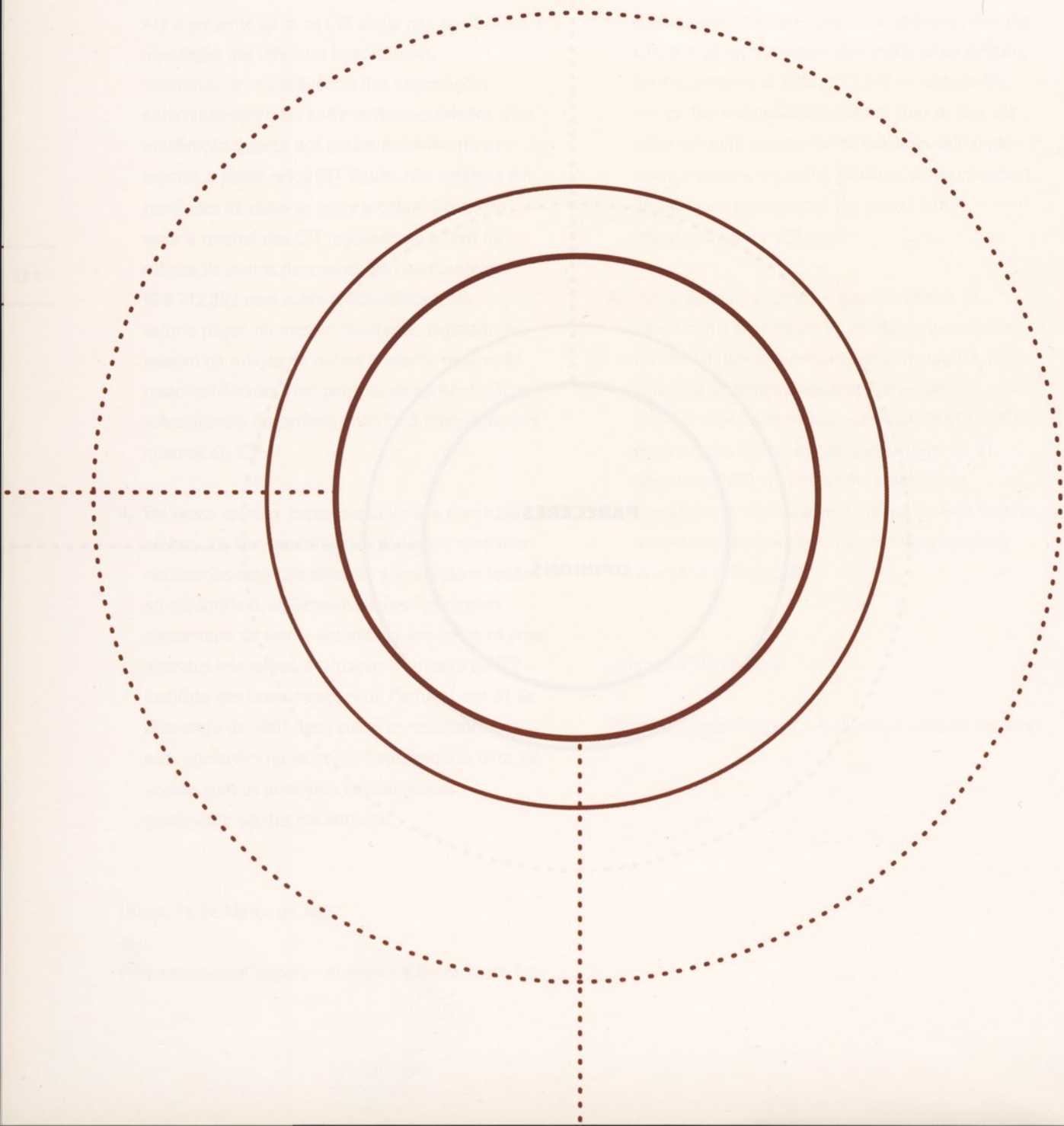
Article 3.º of the Statute of the Advisory Council of the National Council of Communications (CCF – ANACOM) provides for the publication of the opinions issued by the CCF – ANACOM.

Notwithstanding the present, the opinions issued by the Advisory Council of the National Council of Communications (CCF – ANACOM) are not binding for the National Council of Communications (CNC – ANACOM).

by giving follow-up to the 2021 evaluation of the quality of communication services, the Advisory Council of the National Council of Communications (CCF – ANACOM) issues the following opinion:

PARECERES

OPINIONS



8. PARECERES

CONSELHO CONSULTIVO

Os novos estatutos do ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP - ANACOM), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de Dezembro, entraram em vigor a 6 de Janeiro de 2002. No seu Artigo 37º, alínea b), determina-se que compete ao Conselho Consultivo dar parecer sobre "o relatório de actividades anual" do ICP - ANACOM.

Não obstante tal preceito, e uma vez que, no termo do primeiro semestre de 2002, o novo Conselho Consultivo ainda não se encontra constituído, opta-se por dar seguimento à publicação do Relatório e Contas de 2001, cumprindo desta forma a obrigação correspondente que recai sobre o ICP - ANACOM.

O Conselho de Administração

8. OPINIONS

ADVISORY COUNCIL

The new statutes of the ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP - ANACOM), published as an annex to Decree-Law no. 309/2001 of 7 December, took force on 6 January 2002. Article 37, line b) of same determines that it is incumbent upon the Advisory Council to provide an opinion on "the annual activities report" of ICP - ANACOM.

Although the new Advisory Council had not yet been formed at the end of the first quarter of 2002, and despite the above provision, a decision was made to go ahead with publication of the 2001 Report and Accounts, thus fulfilling the corresponding obligation of ICP - ANACOM.

The Board of Administration



ADVISORY COUNCIL

CONSEJO ASesor

The new structure of the ICJ - International Criminal Court - is a significant step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

La nueva estructura del ICJ - Corte Penal Internacional - es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

It is a step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

It is a step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

It is a step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

It is a step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

It is a step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

It is a step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

It is a step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

It is a step forward in the development of international law. It is a step forward in the development of international law.

Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional. Es un paso importante en el desarrollo del derecho internacional.

9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

9

9. REPORT AND OPINION OF THE STATUTORY AUDIT COMMITTEE

1. SÍNTESE DA ACÇÃO DESENVOLVIDA

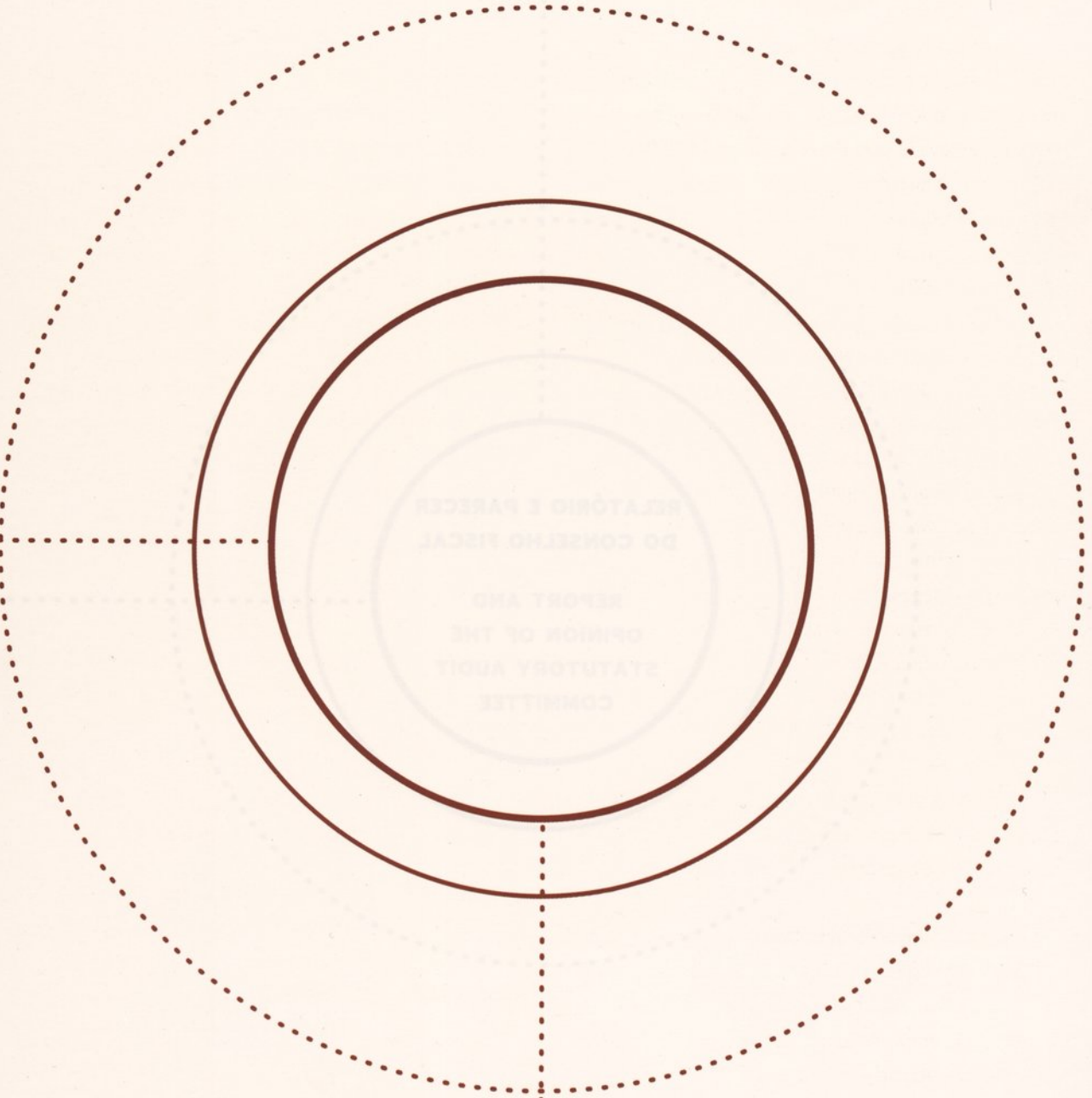
1. SUMMARY OF ACTION UNDERTAKEN

Fora reunidos nos dias 05 e 06 de Novembro de 2019, para deliberar sobre o projecto de parecer do Conselho Fiscal ao Relatório e Parecer do Conselho de Administração da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de Outubro de 2019, o Conselho Fiscal apresentou o relatório de acção desenvolvido e trocou parecer sobre o mesmo. O Conselho Fiscal aprovou o relatório de acção desenvolvido e trocou parecer sobre o mesmo em 06 de Novembro de 2019.

Fora reunidos nos dias 05 e 06 de Novembro de 2019, para deliberar sobre o projecto de parecer do Conselho Fiscal ao Relatório e Parecer do Conselho de Administração da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de Outubro de 2019, o Conselho Fiscal apresentou o relatório de acção desenvolvido e trocou parecer sobre o mesmo. O Conselho Fiscal aprovou o relatório de acção desenvolvido e trocou parecer sobre o mesmo em 06 de Novembro de 2019.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

REPORT AND OPINION OF THE STATUTORY AUDIT COMMITTEE



RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
REPORT AND
OPINION OF THE
STATUTORY AUDIT
COMMITTEE

9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. SÍNTESE DA ACÇÃO DESENVOLVIDA

Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea c) do artigo 12º do Estatuto do *ICP - Instituto das Comunicações de Portugal*, aprovado pelo Decreto - Lei nº 283/89, de 23 de Agosto, cumpre-nos apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório e Contas do *ICP* relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

Durante o exercício em análise foi aprovado o Decreto-Lei nº 309/2001, de 7 de Dezembro, que entrou em vigor no início de 2002 e que define o novo Estatuto do *ICP*. Em consequência disso, a sua designação foi alterada para *ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP - ANACOM)*, para além de se tornar numa verdadeira autoridade reguladora independente. Assim, o *ICP - ANACOM* terá por objecto a regulação, supervisão e representação do sector das comunicações, continuando a personalidade jurídica do *ICP*, mas desvinculando-se do anterior estatuto jurídico de instituto público.

O Conselho Fiscal efectuou reuniões e acompanhou os aspectos mais relevantes da gestão do Instituto, nomeadamente a respectiva execução orçamental, e:

- analisou, numa base de amostragem, a informação financeira disponível, com resultado favorável;
- tomou conhecimento do Relatório de Auditoria Externa elaborado pela empresa

9. REPORT AND OPINION OF THE STATUTORY AUDIT COMMITTEE

1. SUMMARY OF ACTION UNDERTAKEN

Under terms of the legal and statutory provisions, specifically as per paragraph c) of article 12 of the Statutes of the *Instituto das Comunicações de Portugal (ICP)*, approved by Decree-Law no. 283/89 of 23 August, it is our duty to submit the report on our audit and to issue an opinion on the *ICP's* Annual Report and Accounts for the fiscal year ending on 31 December 2001.

During the fiscal year under review Decree-Law no. 309/2001 of 7 December was approved; it took force at the beginning of 2002 and defines the new Statutes of the *ICP*. As a consequence of this, its designation was changed to *ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM)* and it became a truly independent regulatory body. The mission of *ICP-ANACOM* is thus to regulate, oversee and represent the communications sector, continuing the corporate entity of the *ICP*, though severing itself from its previous legal status as a public institute.

The Statutory Audit Committee held meetings and accompanied the most relevant aspects of the Institute's management, namely implementation of the budget and:

- analysed, based on a sampling, the available financial information, with a favourable result;
- took note of the Report of the External Audit

PriceWaterhouseCoopers, Lda., responsável pela execução da Auditoria às contas do *ICP* no exercício de 2001, entidade que colaborou com o Revisor Oficial de Contas no exercício das funções específicas deste.

É de referir que não se contou, até esta data, com o parecer do Conselho Consultivo.

2. DESENVOLVIMENTO DO QUADRO LEGAL DO SECTOR

De acordo com o Relatório e Contas, o *ICP* prosseguiu o desenvolvimento do quadro legal do sector, destacando-se: na área das telecomunicações, o Decreto-Lei nº 249/2001, de 21 de Setembro, que altera o Regulamento das redes públicas de telecomunicações e o Despacho nº 111/MES/2001, de 24 de Outubro de 2001, que prorroga o prazo para o efectivo início da actividade licenciada para o IMT2000/UMTS; na área das radiocomunicações a Portaria nº 667-A/2001, de 2 de Julho, que define as taxas aplicáveis às radiocomunicações; na área da televisão digital, a Portaria nº 346-A/2001, de 6 de Abril, que regulamenta o concurso público para a atribuição de uma licença de âmbito nacional para o estabelecimento e exploração de uma plataforma de televisão digital terrestre; e na área dos serviços postais, o Decreto-Lei nº 150/2001, de 7 de Maio, que estabelece o regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços postais explorados em concorrência.

3. ACTIVIDADE DO ICP

A actividade do *ICP* foi marcada, durante o exercício de 2001, e em matéria de telecomunicações, pela consolidação da plena liberalização do sector.

O Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração é claro e detalhado quanto à caracterização da actividade desenvolvida no exercício de 2001, que foi orientada em torno do desenvolvimento de mercados abertos concorrenciais, na defesa dos utilizadores e dos consumidores e no desenvolvimento da sociedade da informação, eixos

drawn up by the firm *PriceWaterhouseCoopers, Lda.*, responsible for effecting the Audit of the *ICP's* accounts for fiscal year 2001. This firm worked with the Chartered Accountant in the discharge of his specific duties.

It maybe pointed that we did not take into account the opinion of the Advisory Board.

2. DEVELOPMENT OF THE SECTOR'S LEGISLATIVE FRAMEWORK

The Annual Report and Accounts indicates that the *ICP* continued development of the sector's legal framework, particularly: in the area of telecommunications - Decree-Law no. 249/2001 of 21 September, which modifies the Regulation on public telecommunications networks and Order no. 111/MES/2001 of 24 October, which extends the time limit for the effective start of licensed IMT2000/UMTS activity; in the area of radiocommunications - Administrative Rule no. 667-A/2001 of 2 July, which defines the rates applicable to radiocommunications; in the area of digital television, Administrative Rule no. 346-A/2001 of 6 April, which regulates the public tender for assignment of a national licence for the establishment and operation of a digital terrestrial television platform; and in the area of postal services, Decree-Law no. 150/2001 of 7 May, which establishes the regime governing access and exercise of the activity of provider of postal services operated in competition.

3. ACTIVITIES OF THE ICP

Regarding telecommunications, the *ICP's* fiscal year 2001 activities were marked by consolidation of full liberalisation of the sector.

The Annual Report and Accounts submitted by the Board of Administration is clear and thorough vis-à-vis the characterization of activity undertaken in fiscal year 2001, which was oriented around the development of open competitive markets, defence of users and consumers, and development of the information society - axes that support the *ICP's*

que suportam a missão do ICP, que é a de promover a universalidade, qualidade e diversidade das redes e serviços de telecomunicações e correios.

4. RECURSOS HUMANOS

Na área de recursos humanos, o número de trabalhadores ao serviço no final de 2001 aumentou 4,34% comparativamente com igual período do ano anterior. Este acréscimo foi motivado fundamentalmente pelas crescentes exigências técnicas e funcionais cometidas ao Instituto, decorrentes do elevado grau de desenvolvimento do sector das telecomunicações.

Assim, e em termos comparativos temos:

Situação contratual Contract situation	2001	2000	Variação Variation	
			N.º Trab. No. employee	%
Contratados sem termo Permanent	392	371	21	5,66
Contratados a termo Fixed term	10	16	(6)	(37,50)
Outros Others	7	5	2	40,00
Total Total	409	392	17	4,34

5. INVESTIMENTOS

No quadro seguinte são explicitados os desvios face ao orçamento para o ano de 2001:

mission, which is to promote universality, quality and diversity of postal and telecommunications networks and services.

4. HUMAN RESOURCES

In the area of human resources, the staff roll at the end of 2001 had risen by 4.34% compared with the same period in the previous year. The increase was fundamentally due to the growing technical and functional demands incumbent on the Institute, deriving from the high degree of development in the telecommunications sector.

Thus, and in comparative terms:

5. INVESTMENTS

The following table details deviations with respect to the 2001 budget:

Euros Euros

Rubricas Items	Realizado Implemented	Orçamentado Budgeted	Variação Variation	
			Valor Value	%
Terrenos e edifícios Land and buildings	505.326	172.584	332.742	192,80
Equipamento básico e radioeléctrico Basic and radio equipment	507.970	1.995.192	(1.487.222)	(74,54)
Equipamento de transporte Transport equipment	270.213	513.762	(243.549)	(47,41)
Equipamento informático Computer equipment	1.846.263	5.526.681	(3.680.418)	(66,59)
Outros equipamentos adm. e imob. diversos Other adm. equipment and sundries	326.183	287.308	38.875	13,53
Adaptação de instalações Refurb. of facilities	534.207	151.635	382.572	252,30
Total Total	3.990.162	8.647.162	(4.657.000)	(53,86)

No cômputo geral, o grau de realização do investimento situou-se aquém do orçamentado em 53,86%, representando menos 10,4% do que o do ano anterior.

Destacam-se os seguintes projectos pela sua contribuição para o desvio verificado. Assim:

In the general calculation, the degree of investment implementation was 53.86% below that budgeted, representing 10.4% less than the previous year.

The following projects stand out for their contribution to the deviation. Thus:

Euros Euros				
Projectos Projects	Realizado Implemented	Orçamentado Budgeted	Variação Variation	
			Valor Value	%
Actualização tecnológica do laboratório de rádio Technological modernisation of radio laboratory	-	199.519	(199.519)	(100,00)
Actualização tecnológica do laboratório CEM Technological modernisation of electromagnetic compatibility laboratory	-	199.519	(199.519)	(100,00)
Actualização tecnológica do laboratório LMR Technological modernisation of radio metrology laboratory	-	149.639	(149.639)	(100,00)
Monitorização integrada Integrated monitoring	-	399.038	399.038	(100,00)
Aquisição de sistema integrado de gestão do espectro Acquisition of integrated spectrum management system	550.391	1.745.793	(1.195.402)	(68,47)
Sistema aplicacional - gestão financeira e administrativa Applicative system - financial and administrative management	62.001	698.317	(636.316)	(91,12)
Gestão de sistemas e tecnologias de informação Management of information systems and technologies	131.692	423.979	(292.287)	(68,94)
Gestão por processos (Workflow) Process management (Workflow)	41.694	847.956	(806.262)	(95,08)
Adequação da administração dos sistemas de informação Adjustment of information systems administration	154.977	423.978	(269.001)	(63,45)
Política de segurança de sistemas de informação Information systems security policy	-	99.760	(99.760)	(100,00)
Melhoria da qualidade de serviço das tecnologias de informação Improvement of information systems service quality	5.198	104.748	(99.550)	(95,04)
Cultura tecnológica de trabalho e exploração de SI Technological culture for working and operating information system	-	189.544	(189.544)	(100,00)
ICP Digital - I*NET e E-Business ICP Digital - I*NET and E-Business	24.837	648.438	(623.601)	(100,00)
Sistema de suporte à decisão Decision-making support system	73.094	99.760	(26.666)	(26,73)
Gestão documental Documental management	-	39.904	(39.904)	(100,00)
Outros investimentos correntes + obras de adaptação Other current investments + refurb. Work	2.946.278	2.377.270	569.008	23,93
Total Total	3.990.162	8.647.162	(4.657.000)	(53,86)

6. CUSTOS E PERDAS E PROVEITOS E GANHOS

O seguinte quadro é elucidativo quanto aos desvios verificados face ao orçamento para o ano de 2001. Assim:

6. COSTS AND LOSSES AND OPERATING INCOME AND EARNINGS

The following table details deviations observed in comparison to the budget for the year 2001. Thus:

Euros Euros					
Rubricas Itens		Realizado Implemented	Orçamentado Budgeted	Variação Variation	
				Valor Value	%
PROVEITOS E GANHOS OPERATING INCOME AND EARNINGS					
Prestações de serviços	Provision of services	67.971.470	63.826.178	4.145.292	6,49
Proveitos suplementares	Additional operating income	151.784	23.942	127.842	533,97
Subsídios à exploração	Operating subsidies	489.129	793.089	(303.960)	(38,33)
Proveitos e ganhos financeiros	Financial operating income and earnings	3.197.642	1.027.524	2.170.118	211,20
Proveitos e ganhos extraordinários	Extraordinary operating income and earnings	924.843	197.524	727.319	368,22
Total	Total	72.734.868	65.868.257	6.866.611	10,42
CUSTOS E PERDAS COSTS AND LOSSES					
Fornecimentos e serviços externos	External supplies and services	10.553.751	15.851.798	(5.298.047)	(33,42)
Custos com o pessoal	Personnel costs	14.514.560	15.861.274	(1.346.714)	(8,49)
Amortizações do exercício	Amortization and depreciation	4.597.806	5.488.772	(890.966)	(16,23)
Provisões	Provisions	1.815.034	424.976	1.390.058	327,09
Impostos	Taxes	49.662	17.957	31.705	176,56
Outros custos e perdas operacionais	Other operating costs and losses	6.289.038	9.048.194	(2.759.156)	(30,49)
Custos e perdas financeiros	Financial costs and losses	18.570	20.949	(2.379)	(11,36)
Custos e perdas extraordinários	Extraordinary costs and losses	17.253	185.553	(168.300)	(90,70)
Total	Total	37.855.674	46.899.473	(9.043.799)	(19,28)

Os proveitos e ganhos aumentaram 13% em relação ao exercício anterior, enquanto os custos e perdas subiram 11% no mesmo período. Por seu lado, o resultado líquido do exercício em 2001 ascendeu a 34.879.194 euros, enquanto que em 2000 tinha sido de 29.372.311 euros, donde se regista uma variação positiva de 5.506.883 euros (+ 19%).

Operating income and earnings rose 13% compared to the previous year; costs and losses increased by 11% in the same period. The net result of fiscal year 2001 rose to EUR 34,879,194; in 2000 the corresponding figure was EUR 29,372,311, for a positive variation of EUR 5,506,883 (+ 19%).



A justificação para os principais desvios encontra-se expressa e devidamente fundamentada no Relatório de Gestão de 2001, bem como no Relatório e Contas deste mesmo ano.

7. RELATÓRIO E CONTAS

7.1. O Conselho Fiscal tem conduzido a sua actuação em ordem à verificação dos aspectos financeiros, contabilísticos, administrativos e de gestão e subsequente emissão de parecer sobre o relatório e contas, regendo-se nesta matéria pelo disposto no Estatuto do *ICP* e, subsidiariamente, no que às entidades públicas empresariais é aplicável;

7.2. O Relatório de Gestão e o Relatório e Contas de 2001, apresentados pelo Conselho de Administração, definem com clareza o enquadramento macroeconómico e sectorial em que se desenvolve a acção do *ICP*, bem como as suas actividades, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001;

7.3. As demonstrações financeiras e o sistema contabilístico que as suporta mostram-se globalmente aderentes ao Plano Oficial de Contabilidade e expressam de forma adequada e substantiva a situação patrimonial do *ICP* a 31 de Dezembro de 2001, bem como os resultados das suas operações no exercício findo naquela data.

Os diferentes critérios contabilísticos adoptados são consistentes com os do exercício anterior;

7.4. Conforme menção nas notas 3 e 31 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados (ABDR), o *ICP* constituiu em 1 de Outubro de 1996 um fundo de pensões autónomo, para cobrir e financiar as responsabilidades pelo pagamento das pensões do pessoal proveniente dos ex-CTT-Correios e Telecomunicações, E.P.

De acordo com o estudo actuarial realizado pela

The main deviations are justified and duly explained in the Management Report for 2001, as well as in the Annual Report and Accounts for the same year.

7. REPORT AND ACCOUNTS

7.1. The Statutory Audit Committee conducted its activity in order to verify the financial, accounting, administrative and management aspects and to subsequently issue an opinion on the report and accounts, in accordance with the *ICP's* statutes and, additionally, those applicable to public undertakings;

7.2. The Management Report and the Annual Report and Accounts for 2001 submitted by the Board of Administration clearly define the macroeconomic and sectorial context in which the *ICP's* action is developed. They also define its activities, the evolution of human and material resources and the economic and financial situation for the fiscal year ending on 31 December 2001;

7.3. The financial statements and accounting system on which they are based are entirely in keeping with the Official Accounting Plan and appropriately and substantively reflect the net worth of the *ICP* on 31 December 2001, as well as the results of its operations in the fiscal year ending on that date.

The various accounting criteria adopted are in keeping with those used in the previous fiscal year;

7.4. As per notes 3 and 31 of the Annex to the Balance Sheet and Statement of Results, the *ICP* established on 1 October 1996 an independent pension fund to cover and finance liabilities for the payment of pensions for staff co-opted from the former CTT - Correios e Telecomunicações, E.P.

According to the actuarial study carried out by the

sociedade gestora do fundo de pensões - *BPI - Pensões*, o valor actual das responsabilidades do *ICP* é de 10.902.115 euros e encontram-se totalmente cobertas a 31 de Dezembro de 2001.

Realçamos o facto das responsabilidades por serviços passados anteriores à data de integração dos respectivos beneficiários no *ICP*, da responsabilidade dos ex-*CTT* e no valor de 8.712.962 Euros, não se encontrarem cobertas. Este valor apresenta-se no Balanço em 31 de Dezembro de 2001, na rubrica de "Outros devedores e credores", aguardando o pagamento por parte dos ex-*CTT*. Assim sendo, à data do nosso relatório, não estamos em condições de concluir sobre a recuperabilidade deste valor;

7.5. De acordo com a Directriz Contabilística nº 19 da Comissão de Normalização Contabilística, e no seguimento do procedimento adoptado em 2000, o *ICP* optou pelo reconhecimento da totalidade das responsabilidades com cuidados de saúde com reformados e activos, tendo imputado a resultados de 2001 o valor de 76.251 Euros;

7.6. Salientamos que o *ICP* registou neste exercício um valor de 846.748 Euros relativo a participações, comparticipações, encargos e outras despesas (conforme nota 51 do ABDR), nos termos do protocolo celebrado entre os fundadores da *Fundação Portuguesa das Comunicações*;

7.7. De acordo com o Despacho Conjunto nº 264/2001 dos Senhores Ministros do Equipamento Social e das Finanças, de 23 de Março, todos os bens móveis e imóveis da propriedade situada na freguesia de Glória do Ribatejo (entregues pela *Raret* em Fevereiro de 1999) foram atribuídos aos *CTT - Correios de Portugal, S.A.*, e as despesas previstas no nº 5 do referido despacho foram facturadas aos *CTT*.

As regularizações contabilísticas nas contas de imobilizado e amortizações foram efectuadas por

Pension Fund management company - *BPI-Pensões* - the current value of the *ICP*'s liabilities is EUR 10,902,115 and was fully covered on 31 December 2001.

We must emphasize that the liabilities for services rendered prior to the date of integration in the *ICP* of the respective beneficiaries, which are the responsibility of the former *CTT* and on the order of EUR 8,712,962, are not covered. This sum is included in the Balance Sheet for 31 December 2001 under the item "Other Debtors and Creditors", pending payment by the former *CTT*. At the date of this report, we are not in a position to reach any conclusion as to whether this sum can be recovered;

7.5. According to Accounting Directive no. 19 of the Accounting Standardisation Commission, and following the procedure adopted in 2000, the *ICP* opted to recognise all liabilities for healthcare with respect to retired and active staff, and charged to the 2001 results the sum of EUR 76,251;

7.6. We note that in this fiscal year the *ICP* registered a sum of EUR 846,748 in shares, co-shares, costs and sundry expenses (according to note 51 in the Balance Sheet and Statement of Results), under terms of the protocol signed with the *Fundação Portuguesa das Comunicações (Portuguese Communications Foundation)*;

7.7. In accordance with Joint Order no. 264/2001 of 23 March of the Ministers of Social Infrastructure and Finances, all goods and real property located in the district of Glória do Ribatejo (delivered by *Raret* in February 1999) were attributed to *CTT - Correios de Portugal* and the expenses envisaged in paragraph 5 of the said order were invoiced to the *CTT*.

The accounting regularizations in the fixed assets and amortizations accounts were effected by

contrapartida da conta de "Reservas por transferências de imobilizado", e as despesas facturadas aos CTT foram reconhecidas como proveitos suplementares e extraordinários, consoante o ano a que diziam respeito;

7.8. O Decreto-Lei n.º 299/2001, de 22 de Novembro, determinou a afectação de uma percentagem do saldo da gerência do ICP de 2000 ao Orçamento do Estado.

Em 11 de Dezembro, por Despacho do Senhor Ministro das Finanças, essa percentagem foi fixada em 96,6%, ou seja, 54.797.857 Euros.

O ICP efectuou transferência bancária deste montante para uma conta da Direcção-Geral do Tesouro, contabilizando a saída de fundos por débito da conta "Reservas de investimento".

8. PARECER

Face ao exposto, e excepto quanto à situação mencionada no último parágrafo do ponto 7.4 deste relatório, somos de parecer que merecem aprovação:

- a) o Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração do ICP, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001; e
- b) a transferência do resultado líquido do exercício de 34.879.194 euros para a conta de reserva de investimento.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi dispensada pelo Conselho de Administração e por todos os Serviços contactados.

Lisboa, 30 de Abril de 2002

O CONSELHO FISCAL

Dr. Henrique Armando Antunes Ferreira, Presidente
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Dr. José Vieira dos Reis, ROC n.º 359, Vogal
Dr. Duarte Nuno de Carvalho Gomes de Castro, Vogal

contra entry with respect to the "Reserves by Transfers of Fixed Assets" account; the expenses charged to the CTT were recognised as supplementary and extraordinary operating income, as per their respective year;

7.8. Decree-Law no. 299/2001 of 22 November determined the allocation of a percentage of the ICP's 2000 management balance to the State Budget.

On 11 December, by Order of the Minister of Finances, that percentage was fixed at 96.6%, i.e., EUR 54,797,857.

The ICP effected the bank transfer of that amount to an account of the Directorate-General of the Treasury, accounting for the exit of funds by debiting the "Investment Reserves" account.

8. OPINION

In view of the above, and except for the situation mentioned in the last paragraph of point 7.4 of this report, we are of the opinion that the following merit approval:

- a) the Annual Report and Accounts submitted by the Board of Administration of the ICP, for the fiscal year ending on 31 December 2001; and
- b) the transfer of the net fiscal year result of EUR 34,879,194 to the investment reserve account.

Lastly, the Statutory Audit Committee gratefully acknowledges and is thankful for the collaboration afforded by the Board of Administration and all the contacted services.

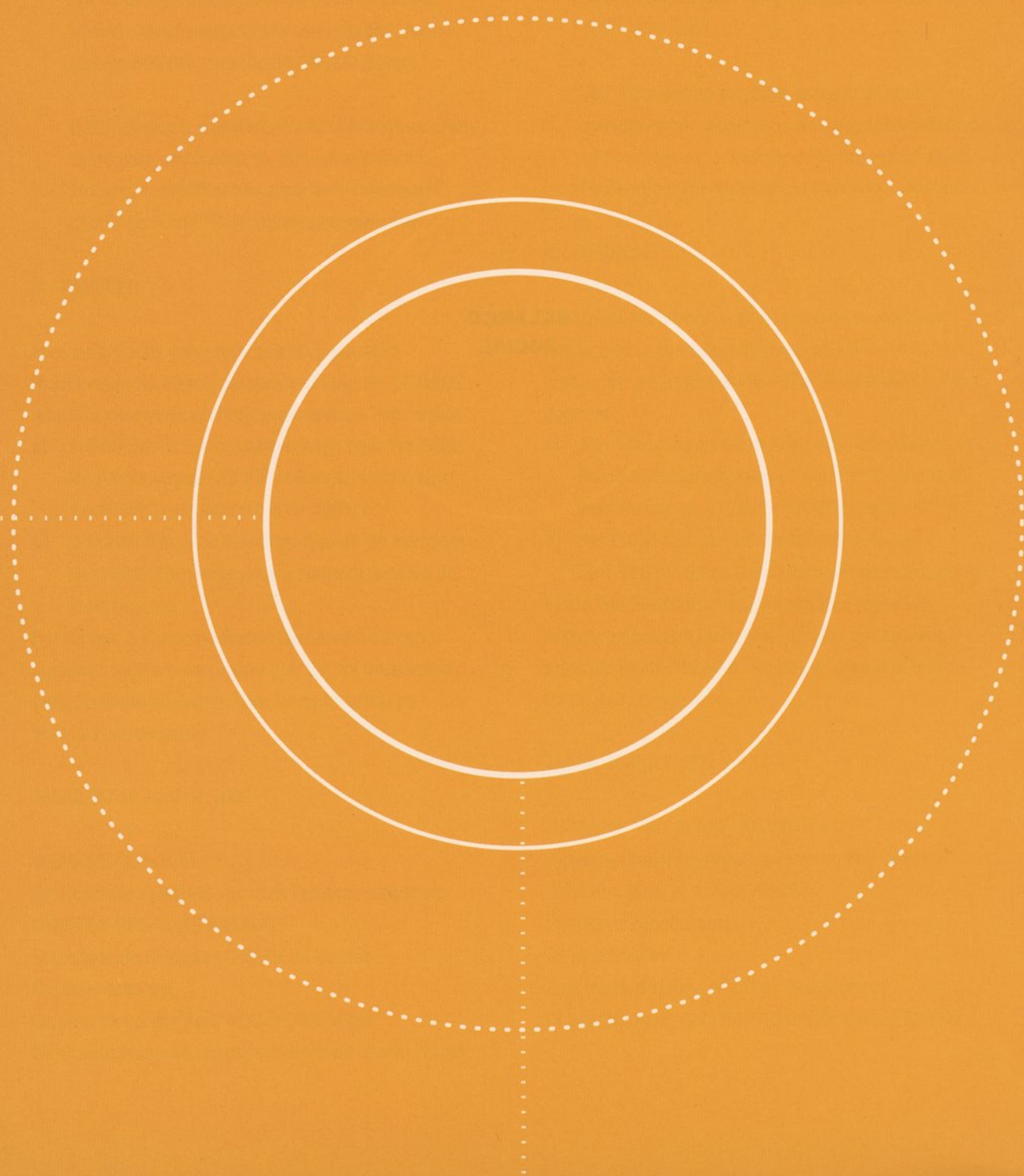
Lisbon, 30 April 2002

THE STATUTORY AUDIT COMMITTEE

Henrique Armando Antunes Ferreira, President
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS
Chartered Accountants
Represented by
José Vieira dos Reis, ROC no. 359, Member
Duarte Nuno de Carvalho Gomes de Castro, Member

**BALANÇO
SOCIAL**

SOCIAL BALANCE



10. BALANÇO SOCIAL

10. SOCIAL BALANCE

QUADRO 1 TABLE 1

EMPREGO EMPLOYEMENT

Repartição de Effectivos Workforce structure

		Dirigentes Directors	Quadros Superiores Senior Management	Quadros médios Middle Management	O. Intermedios (enc. cont. ch. equip) Middle managem. (cf. foremen, chargedhand)	Prof. Altamente Qualif e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Semi skilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizes Apprentices	Total
1.1 Pessoas ao serviço em 31 de Dezembro Employed as at 31 December	H/M	3	104	49	0	62	10	0	0	228
	M/W	0	82	32	0	57	4	0	0	115
	T	3	186	81	0	119	14	0	0	403
1.1.1 Com contrato permanente On permanent contract	H/M	0	98	46	0	62	10	0	0	216
	M/W	0	77	32	0	54	4	0	0	167
	T	0	175	78	0	116	14	0	0	383
1.1.2 Com contrato a termo certo On fixed-term contract	H/M	0	3	1	0	0	0	0	0	4
	M/W	0	1	0	0	2	0	0	0	3
	T	0	4	1	0	2	0	0	0	7
1.1.3 Com contrato a termo incerto On temporary contract	H/M	0	0	2	0	0	0	0	0	2
	M/W	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	T	0	0	2	0	1	0	0	0	3
1.1.4 Outros Others	H/M	3	3	0	0	0	0	0	0	6
	M/W	0	4	0	0	0	0	0	0	4
	T	3	7	0	0	0	0	0	0	10

1.2 Número médio de pessoas durante o ano

Average workforce numbers over the year

	H/M	3	100	48	0	62	11	0	0	224
	M/W	0	80	31	0	58	4	0	0	173
	T	3	180	79	0	120	15	0	0	397





1.3 Estrutura Etária do pessoal em 31 de Dezembro Age structure of workforce at 31 december

	Homens Men	Mulheres Women	Total Total
Até aos 15 anos 15 and under	0	0	0
De 16 a 17 anos 15 to 17 years	0	0	0
De 18 a 24 anos 18 to 24 years	4	7	11
De 25 a 29 anos 25 to 29 years	26	34	60
De 30 a 34 anos 30 to 34 years	38	49	87
De 35 a 39 anos 35 to 39 years	53	45	98
De 40 a 44 anos 40 to 44 years	55	16	71
De 45 a 49 anos 45 to 49 years	23	15	38
De 50 a 54 anos 50 to 54 years	17	7	24
De 55 a 59 anos 55 to 59 years	6	1	7
De 60 a 61 anos 60 to 61 years	1	0	1
De 62 a 64 anos 62 to 64 years	5	1	6
De 65 e mais anos 65 and over	0	0	0

1.4 Nível Etário Médio = Soma das idades/ nº de trabalhadores Average age= Sum of ages/number of employees

36,91

1.5 Nível de Antiguidade do pessoal ao serviço em 31 de Dezembro Seniority of service as at 31 st december	Homens Men	Mulheres Women	Total
Até 1 ano Up to 1 year	29	27	56
Mais de 1 até 2 anos 1 to 2 years	11	18	29
Mais de 2 até 5 anos 2 to 5 years	27	29	56
Mais de 5 até 10 anos 5 to 10 years	67	45	112
Mais de 10 até 15 anos 10 to 15 years	94	56	150
Mais de 15 anos 15 years and over	0	0	0

1.6 Trabalhadores estrangeiros Foreign workers	Homens Men	Mulheres Women	Total
1.6.1 De países da UE From EU countries	0	0	0
1.6.2 De países africanos de língua oficial portuguesa From Portuguese-speaking African countries	0	0	0
1.6.3 Do Brasil From Brazil	0	0	0
1.6.4 De outros países From other countries	0	0	0

1.7 Trabalhadores Deficientes Handicapped	Homens Men	Mulheres Women	Total
Número de trabalhadores Number of workers	0	0	0

1.8 Estrutura de Habilitações do pessoal ao serviço em 31 de Dezembro Structure of educational qualification as at 31 December	Homens Men	Mulheres Women	Total
Inferior ao 1º ciclo do ensino básico Less than primary education	0	0	0
1º ciclo do ensino básico Primary education	3	0	3
2º ciclo do ensino básico Grade 7	9	4	13
3º ciclo do ensino básico Grade 10	34	26	60
Ensino secundário Complete secondary education	74	59	133
Ensino superior de índole profissional Higher technical education	0	0	0
Ensino superior politécnico Higher education	18	4	22
Ensino superior universitário University degree	90	82	172
Outros Other	0	0	0

1.9 Contratados a Termo Certo (durante o ano) Temporary staff (during the year)		Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q.Intermédios (enc.cont.ch.equip.) Middle managem. (cf foremen, charged hand)	Prof.Altamente Qualif. e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Smskilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizes Apprentices	Total
1.9.1 Contratados a termo certo Fixed-term contracts	H/M	2	1	0	4	1	0	0	8
	M/W	3	0	0	1	0	0	0	4
	T	5	1	0	5	1	0	0	12
1.9.2 Contratados a termo incerto Temporary contracts	H/M	0	2	0	0	0	0	0	2
	M/W	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	2	0	0	0	0	0	2
1.9.3 Contratados a termo que passaram ao quadro permanente Temporary taken on permanently	H/M	2	0	0	1	1	0	0	4
	M/W	3	0	0	7	0	0	0	10
	T	5	0	0	8	1	0	0	14
1.9.4 Contratados a termo que transitaram do ano anterior Temporary workers from last year	H/M	1	0	0	1	0	0	0	2
	M/W	2	0	0	6	0	0	0	8
	T	3	0	0	7	0	0	0	10
1.9.5 Número médio anual de contratados a termo Annual average number of temporary staff	H/M	3	1	0	2	2	0	0	8
	M/W	2	0	0	5	0	0	0	7
	T	5	1	0	7	2	0	0	15

1.10 Movimento de Saídas Turnover		Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q.Intermédios (enc.cont.ch.equip.) Middle managem. (cf foremen, charged hand)	Prof.Altamente Qualif. e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Smskilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizes Apprentices	Total
1.10.1 Saídas de pessoal com contrato permanente Permanent workers leaving	H/M	5	1	0	0	0	0	0	6
	M/W	2	1	0	2	0	0	0	5
	T	7	2	0	2	0	0	0	11
1.10.2 Saídas de pessoal com contrato a termo Temporary workers leaving	H/M	0	0	0	0	0	0	0	0
	M/W	0	0	0	2	0	0	0	2
	T	0	0	0	2	0	0	0	2
1.10.3 Saídas de outros trabalhadores Other workers leaving	H/M	0	0	0	0	0	0	0	0
	M/W	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0



1.11 Movimento de saídas do pessoal com contrato permanente

Reasons for permanent workers' leaving

	Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q.Intermédios (enc.cont.ch.equip.) Middle managem. (cf.foremen,chargedhand)	Prof.Altamente Qualif. e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Semi-skilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizizes Apprentices	Total
1.11.1 Iniciativa do trabalhador Worker's initiative	7	0	0	2	0	0	0	9
1.11.2 Mútuo acordo Mutual agreement	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.3 Iniciativa da Empresa Company's initiative	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.4 Despedimento colectivo Collective redundancy	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.5 Despedimento Redundancy	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.6 Reforma por invalidez Retirement for disability	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.7 Reforma por velhice (normal) Retirement for old age (normal)	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.8 Reforma antecipada Early retirement	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.9 Pré-reforma Pre-retirement	0	2	0	0	0	0	0	2
1.11.10 Falecimento Death	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.12 Total	7	2	0	2	0	0	0	11

1.12 Movimento de Saídas do pessoal com contrato a termo

Reasons for temporary workers' leaving

	Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q.Intermédios (enc.cont.ch.equip.) Middle managem. (cf.foremen,chargedhand)	Prof.Altamente Qualif. e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Semi-skilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizizes Apprentices	Total
1.12.1 Por cessação do contrato a termo Expiry of fixed-term contract	0	0	0	2	0	0	0	2
1.12.2 Por cessação do contrato a termo incerto Termination of temporary contract	0	0	0	0	0	0	0	0
1.12.3 Por antecipação da cessação do contrato a termo certo Early termination of fixed-term contract	0	0	0	0	0	0	0	0
1.12.4 Por antecipação da cessação do contrato a termo incerto Early termination of temporary contract	0	0	0	0	0	0	0	0
1.12.5 Total	0	0	0	2	0	0	0	2

1.13 Outros motivos de saída do pessoal com contrato permanente ou a termo Other reasons for leaving permanent and temporary staff

1.13 Situação especial de saída por impedimento prolongado
Sp. dep. situations due to prolonged impediment

Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q. Intermediários (enc. cont. ch. equip.) Middle managem. (cf. foremen, charged hand)	Prof. Altamente Qualif. e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Semi-skilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizizes Apprentices	Total
---	-------------------------------------	--	--	---	-------------------------------------	---	-------

- - - - - - -

1.14 Postos de trabalho não ocupados por dificuldades de recrutamento Posts not filled because of recruitment difficulties

Profissões
Professions

Nº Postos trabalho
Number of posts

- - -

- - -

- - -

1.15 Promoções Promotions

Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q. Intermediários (enc. cont. ch. equip.) Middle managem. (cf. foremen, charged hand)	Prof. Altamente Qualif. e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Semi-skilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizizes Apprentices	Total
---	-------------------------------------	--	--	---	-------------------------------------	---	-------

1.15.1 Por antiguidade For length of service	H/M M/W T	2 1 3	0 0 0	0 0 0	3 2 5	1 0 1	0 0 0	0 0 0	6 3 9
1.15.2 Por mérito For merit	H/M M/W T	0 0 0	0 2 2	0 0 0	0 2 2	0 0 0	0 0 0	0 0 0	0 4 4
1.15.3 Outras Other reasons	H/M M/W T	3 1 4	1 1 2	0 0 0	0 0 0	0 0 0	0 0 0	0 0 0	4 2 6
1.15.4 Total	H/M M/W T	5 2 7	1 3 4	0 0 0	3 4 7	1 0 1	0 0 0	0 0 0	10 9 19

1.16 Reconversões/Reclassificações Reclassification

Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q. Intermediários (enc. cont. ch. equip.) Middle managem. (cf. foremen, charged hand)	Prof. Altamente Qualif. e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Semi-skilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizizes Apprentices	Total
---	-------------------------------------	--	--	---	-------------------------------------	---	-------

1.16 Número de trabalhadores Number of workers	H/M M/W T	0 2 2	2 5 7	0 0 0	4 1 5	0 0 0	0 0 0	0 0 0	6 8 14
---	-----------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--------------

1.17 Tempo de trabalho working hours		Nº de ocorrências Net of absences	Nº de trabalhadores Net of workers
1.17.1 PNT - Período normal de trabalho em vigor em Dezembro NWH - Normal working hours in force in December			
		36	346
		40	57
			Nº trabalhadores Number of workers
1.17.2 Tipos de horário predominantes durante o ano Predominant working systems number of workers			
Horário normal fixo Fixed normal hours			15
Horário normal flexível Flexible normal hours			281
Horário de turno (fixo e/ou rotativo) Shift work (fixed and/or rotating)			57
Horário irregular e/ou móvel Irregular and/or changing hours			0
Horário reduzido Short hours			0
Isenção de horário No hours			50
Outros Others			0
			Número de horas Number of hours
1.17.3 Potencial máximo anual (horas trabalháveis) Maximum annual potential (workable hours)			662.052
1.17.4 Total de horas efectivamente trabalhadas Total hours worked			739.955
1.17.5 Trabalho suplementar/horas extraordinárias Overtime			
1.17.5.1 Em dias úteis On weekdays	H/M		9.064
	M/W		1.790
	T		10.854
1.17.5.2 Em dia de descanso complementar e feriados At weekends	H/M		5.712
	M/W		2.039
	T		7.751
1.17.5.3 Em dias de descanso obrigatório On compulsory rest days	H/M		-
	M/W		-
	T		-

1.18 Ausências ao trabalho

Absenteeism

		Nº de ocorrências Ner. of absences	Nº de horas Ner. of hours
1.18.1 Por acidente de trabalho Accidents at work	H/M M/W	- -	986 79
	T	-	1.065
1.18.2 Por doença total Illness (total)	H/M M/W	- -	6.941 4.973
	T	-	11.914
1.18.2.1 Por doenças profissionais Occupational illness	H/M M/W	- -	0 0
	T	-	0
1.18.3 Por suspensões disciplinares Disciplinary suspension	H/M M/W	- -	0 0
	T	-	0
1.18.4 Por assistência inadiável Unavoidable assistance	H/M M/W	- -	903 6.094
	T	-	6.997
1.18.5 Por maternidade/paternidade Maternity/paternity	T	-	6.129
1.18.6 Por outras causas Other reasons	H/M M/W	- -	1.669 4.405
	T	-	6.074
1.18.7 Total de ausências (remuneradas e não remuneradas) Total leave (paid and unpaid)	H/M M/W	- -	10.499 17.373
	T	-	34.001
1.18.7.1 Ausências remuneradas Paid leave	H/M M/W	- -	10.499 15.551
	T	-	32.179
1.18.7.2 Ausências não remuneradas Unpaid leave	H/M M/W	- -	0 1.822
	T	-	1.822

1.19 Horas não trabalhadas

Hours lost

		Nº de horas Ner. of hours
1.19.1 Por formação profissional Personnel training	H/M M/W	14.446 10.987
	T	25.433
1.19.2 Por dedução legal da actividade (DL n.º 64-B/89) Short time working (Decree-Law no. 64-B/89)	H/M M/W	0 0
	T	0
1.19.3 Por desemprego interno Workers idle	H/M M/W	0 0
	T	0
1.19.4 Por descanso suplementar Supplementary rest hours	H/M M/W	2.622 706
	T	3.328
1.19.5 Por greves/paralisações Strikes/stoppages	H/M M/W	0 0
	T	0



QUADRO 2 TABLE 2

CUSTOS COM O PESSOAL PERSONNEL EXPENDITURE

Montantes expressos em Euros Values in Euros

	Órgãos sociais Direct and audit	Restantes trabalhadores Other employees
2.1 Salário directo Direct salary	248.344	7.727.928
2.1.1 Salário base Basic salary	199.458	6.554.537
2.1.2 Subsídios e prémios regulares Regular subsidies and bonuses	48.886	1.173.391
2.2 Subsídios e prémios irregulares Occasional subsidies and bonuses	35.725	1.397.602
2.3 Pagamentos em géneros Payment in kind	0	0
2.4 Encargos legais, convencionais e facultativos a cargo da entidade empregadora Legal, contractual and optional charges borne by the employer	5.308	1.513.629
2.5 Outros custos de carácter social Regular subsidies and bonuses	0	16.751
2.6 Custos com a formação profissional Personnel training expenditure	25.355	460.945
2.7 Outros custos com pessoal Other personnel expenditure	7.706	489.721
2.8 Total	322.438	11.606.576

Leques Salariais

2.9 Leque salarial líquido = Maior vencimento líquido/Menor vencimento líquido
Net salary range = Highest net base salary/Lowest net base salary

5,1

2.10 Leque salarial interpretativo = Maior vencimento líquido (retirar 5% mais elevados)/ Menor vencimento líquido (retirar 5% mais baixos)
Interpretative wage range = Highest net base salary (less the highest 5%)/Lowest net base salary range (less the lowest 5%)

2,4

QUADRO 3 TABLE 3
HIGIENE E SEGURANÇA
HEALTH AND SAFETY

3.1 Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere				
Accidents at work		At the work place					Traveling				
	Total	1 a 3 dias de baixa 1 to 3 days of sick leave	4 a 30 dias de baixa 4 to 30 days of sick leave	Mais de 30 dias More than 30 days	Mortais Mortal		Total	1 a 3 dias de baixa 1 to 3 days of sick leave	4 a 30 dias de baixa 4 to 30 days of sick leave	Mais de 30 dias More than 30 days	Mortais Mortal
3.1.1 N° total de acidentes Total no. of accidents	3	-	-	0	0	5	-	-	-	-	0
3.1.2 N° de acidentes com baixa Total no. of acc. leading to sick leave	2	0	2	-	-	4	0	2	2	-	-
3.1.3 N° de dias perdidos com baixa No. of days lost through sick leave	19	0	19	-	-	129	0	37	92	-	-

3.1 Acidentes de trabalho (cont.)
Accidents at work

	N° de casos Number of cases
3.1.4 N° de casos de incapacidade permanente declarados no ano No. of declared cases of permanent disability	0
3.1.4.1 N° de casos de incapacidade permanente absoluta No. of cases of permanent absolute disability	0
3.1.4.2 N° de casos de incapacidade permanente parcial No. of cases of permanent parcial disability	0

3.2 Doenças profissionais
Occupational illness

	Código Doença Illness code	N° de casos Number of cases
3.2.2		
3.2.3		
3.2.4		
3.2.5		
3.2.6		
3.2.7		
3.2.8		
3.2.9		
3.2.10		
3.2.11		
3.2.12		

3.3 Actividade da Medicina do trabalho Occupational medical care	Nº de casos Number of cases
3.3.1 Total de exames médicos efectuados Total number of medical examinations	183
3.3.1.1 Exames de admissão Initial recruitment tests	28
3.3.1.2 Exames periódicos Periodic check-ups	148
3.3.1.3 Exames ocasionais e complementares Occasional and compl. examinations	7
3.3.2 Número de visitas efectuadas aos postos de trabalho Number of work place visits	0
3.3.3 Despesa com a medicina do trabalho (em euros) Expenses with occupational medical care (euros)	37.961

3.4 Comissões de higiene e segurança Health and safety committees	Nº de casos Number of cases
3.4.1 Reuniões anuais de higiene e segurança Annual health and safety meetings	0
3.4.2 Visitas aos locais de trabalho Workplace visits	0

3.5 Pessoas reclassificadas ou recolocadas em resultado de acidentes de trabalho Workers reclassified or replaced due to accidents at work	Nº de casos Number of cases
3.5.1 Número de pessoas Number of workers	0

3.6 Acções de formação e sensibilização em matérias de segurança Safety training	Nº de casos Number of cases
3.6.1 Número de acções desenvolvidas Number of training activities	0
3.6.2 Número de pessoas abrangidas pelas acções Number of workers reached	0

3.7 Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais Cost of accident and illness prevention	Nº de casos Number of cases
3.7.1 Encargos de estrutura da medicina do trabalho e segurança no trabalho Health care and accident prevention overheads	0
3.7.2 Custos com equipamento de protecção Protective equipment expense	0
3.7.3 Custos com formação em prevenção de riscos Training in hazard prevention	0
3.7.4 Outros custos Other costs	0

QUADRO 4 TABLE 4

FORMAÇÃO PROFISSIONAL
PERSONNEL TRAINING

4.1 Número de acções Number of activities	Menos 100 horas Less than 100 hours	De 100 a 249 horas 100 to 249 hours	De 250 a 499 horas 250 to 499 hours	De 500 a 999 horas 500 to 999 hours	1000 e mais horas Over 1000 hours
4.1 Número total de acções Total training activities	509	6	9	0	0
4.1.1 Número de acções internas Internal training	5	0	0	0	0
4.1.2 Número de acções externas External training	504	6	9	0	0

4.2 Número de participantes Number of participantes	Dirigentes Directors	Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q.Intermédios (enc. cont. ch. equip.) Middle managem. (cf. foremen, chargedhand)	Prof. Altamente Qualif e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Smiskilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizes Apprentices	Total
4.2 Número total de participantes Total participants	6	526	110	0	172	0	0	0	814
4.2.1 Número de participantes em acções internas Internal training	0	26	6	0	3	-	-	-	35
4.2.2 Número de participantes em acções externas External training	6	500	104	0	169	-	-	-	779

4.3 Duração das acções Hours of training	Dirigentes Directors	Quadros Superiores Senior Management	Quadros Médios Middle Management	Q.Intermédios (enc. cont. ch. equip.) Middle managem. (cf. foremen, chargedhand)	Prof. Altamente Qualif e Qualificados Highly Skilled and Skilled	Prof. Semiquualificados Smiskilled	Prof. Não Qualificados Unskilled	Praticantes e Aprendizes Apprentices	Total
4.3 Número total de horas Total hours	260	16.699	3.029	0	5.355	0	0	0	25.343
4.3.1 Número de horas em acções internas Internal training	0	678	162	0	132	0	0	0	972
4.3.2 Número de horas em acções externas External training	260	16.021	2.867	0	5.223	0	0	-	24.371

4.4 Custos com formação training costs	Valor em euros euros
4.4 Custos totais de formação Total training costs	486.300
4.4.1 Custos em acções internas Internal training	6.808
4.4.2 Custos em acções externas External training	479.492



QUADRO 5 TABLE 5

PROTECÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR COMPLEMENTARY WELFARE BENEFITS

5.1 Encargos (prestações) de protecção social directamente suportados pela empresa Welfare expenses borne by the company

	Nº trabalh. Number of workers	Valor em euros Euros
5.1.1 Complementos de subsídio por doença e doença profissional Complementary sickness or occupational illness allowance	100	26.859
5.1.2 Complementos de pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência Complementary old age, disability or widow's pension	26	415.312
5.1.3 Complementos de outras prestações de segurança social Other complementary welfare benefits	0	0

5.2 Encargos (prémios) de protecção social não administrados pela empresa Welfare expenses (bonuses) not administ. by the company

	Nº trabalh. Number of workers	Valor em euros Euros
5.2.1 Complementos de subsídio por doença e doença profissional Complementary sickness or occupational illness allowance	0	0
5.2.2 Complementos de pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência Complementary old age, disability or widow's pension	96	1.770.085
5.2.3 Complementos de outras prestações de segurança social Other complementary welfare benefits	0	0

5.3 Prestações de acção social Welfare benefits

	Valor em euros Euros
5.3.1 Apoio à infância Child benefit	30.842
5.3.2 Apoio a idosos Old age benefit	0
5.3.3 Apoio a tempos livres Subsidised leisure benefits	0
5.3.4 Outros apoios Other	0

5.4 Outras modalidades de apoio social Other company benefits

	Valor em euros Euros
5.4.1 Grupos desportivos / casa de pessoal (designação equivalente) Sports groups/Staff common room	61.936
5.4.2 Alimentação Meals	685.252
5.4.3 Apoio a estudos Education	20.430
5.4.4 Saúde Health	103.674
5.4.5 Habitação Housing	0
5.4.6 Transportes Transport	0
5.4.7 Seguros especiais (vida, saúde, acidentes pessoais) Special insurance (life, health, personal accident)	256.737
5.4.8 Adiantamentos e empréstimos Advances and loans	0
5.4.9 Outros apoios Other	0



LISBOA (SEDE)

Av. José Malhoa, 12
1099 - 017 Lisboa
Tel: (+351) 217 211 000
Fax: (+351) 217 211 001

AÇORES

Rua dos Valados, 18 Relva
9500 - 652 Ponta Delgada
Tel: (+351) 296 302 040
Fax: (+351) 296 302 041

PORTO

Rua Direita do Viso, 59
4250 - 198 Porto
Tel: (+351) 226 198 000
Fax: (+351) 226 198 001

MADEIRA

Rua Vale das Neves, 19
9050 - 332 Funchal
Tel: (+351) 291 790 200
Fax: (+351) 291 790 201

BARCARENA

Alto do Paimão
2745 - 467 Barcarena
Tel: (+351) 214 348 500
Fax: (+351) 214 348 501

Atendimento ao Público
Chamada Grátis 800 20 66 65
URL: <http://www.anacom.pt>
E-Mail: info@anacom.pt

**ANACOM**

AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES